

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Karen Luana Wasem

**O PROGRAMA DE MORADIA ESTUDANTIL DA UFRGS: uma análise
documental e bibliográfica da assistência estudantil e moradia universitária**

Porto Alegre
2020

Karen Luana Wasem

O PROGRAMA DE MORADIA ESTUDANTIL DA UFRGS: uma análise documental e bibliográfica da assistência estudantil e moradia universitária.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Castella Sarriera

Porto Alegre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Wasem, Karen Luana

O PROGRAMA DE MORADIA ESTUDANTIL DA UFRGS: uma análise documental e bibliográfica da assistência estudantil e moradia universitária. / Karen Luana Wasem. -- 2020.

167 f.

Orientador: Jorge Castella Sarriera.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Moradia Estudantil. 2. Moradia Universitária. 3. Casa do Estudante. 4. Assistência Estudantil. 5. PNAES. I. Sarriera, Jorge Castella, orient. II. Título.

Karen Luana Wasem

O PROGRAMA DE MORADIA ESTUDANTIL DA UFRGS: uma análise documental e bibliográfica da assistência estudantil e moradia universitária.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Castella Sarriera

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Castella Sarriera
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Presidente (Orientador)

Prof. Dr. Sergio Antônio Carlos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Membro Interno

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Membro Interno

Prof. Dr. Francisco Arseli Kern
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS
Membro Externo à Instituição

*Dedico este trabalho os estudantes que de todos os
enfrentamento e desafios do cotidiano acadêmico... Ainda assim
sonham e lutam diariamente para realizarem o sonho
da sua diplomação na Universidade.
A todas as pessoas que dedicam seu trabalho na defesa
da dos direitos, e por uma Universidade Pública
e gratuita de qualidade.*

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, nosso Pai Maior... que trouxe luz e serenidade a este caminho, fonte de paz e refúgio espiritual nos momentos onde o caminho parecia obscuro e incerto...

À minha **MÃE, Diva** por ter ensinado tudo que sei e, que, em momento algum me abandonou... Pelo incondicional apoio e porto seguro nas horas de desespero, incertezas e tristezas; que me ensinou a ser forte, que sempre posso mais... Por me “aturar” nos picos de “stress” e sorrir junto nas horas alegres; por torcer e confiar muito em mim... **Mãe**: tu me ensinaste a lutar pelo que acredito, se hoje realizo este sonho, é porque tu caminhaste comigo, foste amiga, mãe e companheira; porque me ensinaste a ser corajosa e determinada para traçar o caminho em busca de meus ideais... Saibas que TE AMO, TE AMO, TE AMO, TE AMO, MUITO, MUITO, MUITO, MUITO... sempre...

À minha irmã e amiga **Hellen (in memoria)**, que infelizmente não presenciará esta etapa por ter feito sua passagem neste período... desculpa minha ausência... espero que possas vibrar e comemorar comigo. TU vai fazer uma grande falta por aqui...

Aos meus colegas de mestrado. Aos novos e maravilhosos amigos que foram um grande presente desse curso de mestrado... Obrigada por me oportunizarem conviver com uma turma de profissionais tão maravilhosos, que acolheu e me fez sentir parte dela. Obrigada pelo carinho e apoio dedicados nos mais diversos e importantes momentos de minha vida... Vocês são e foram muito importantes pra mim. Meu muito obrigada pelas conversas, apoio e coleguismo.

Um especial agradecimento a minha anja **Greiciane Vieira**, colega, amiga e maior presente que esse processo me deu... tu te revelou uma mais do que colega, mas uma ótima e grande amiga... Obrigada, por me acolher e ter aprendido a me entender, em uma mensagem de watts e não me deixar sozinha em nenhum momento e ter dedicado muito do teu tempo sempre! Tu és luz, podes contar comigo sempre! Te admiro e desejo todo sucesso do mundo.

À minha amiga do peito, ex-colega PRAE: **Carla Rosane Alves**, meu muito obrigada por ter sido presente nos momentos mais significativos da minha caminhada na UFRGS e nesta etapa, mesmo que distantes geograficamente, por telefone e visitas, acreditando e me incentivando para que eu pudesse vencer... E breve seremos mestres!!!

A todos **os meus amigos e familiares**: obrigada por estarem sempre comigo, me acompanhando e apoiando nesta etapa tão importante e por “saberem ouvir” e me entenderem quando não pude estar junto... Adoro vocês que são muito, muito importante prá mim...

A todos colegas e amigos que fiz durante todos os anos que passei na universidade. Este espaço seria pequeno para nomeá-los todos...

Às minhas “filhotas pets” **Kyra, Morgana e Mel**, pelos momentos em que queriam brincar e não pude dar o carinho e atenção que sempre dei a vocês...

As colegas da PRAE que me apoiaram no afastamento parcial para a realização do mestrado, em especial a **Licie Nardi**, que me incentivou desde antes da inscrição: “karen, tu já fez tua inscrição no mestrado? “Karen quando tu vai fazer o mestrado?” Quero que tu saiba que tu foi grande incentivadora nesse processo e meu muito obrigada com todo carinho. E aos demais colegas da PRAE, que nesses 10 anos, contribuíram de alguma forma pra construção de conhecimentos

Aos novos colegas da COMGRAD do Serviço social que me apoiaram incondicionalmente e vivenciaram junto comigo essa etapa final e a construção desse trabalho, pois sem a colaboração destes, este trabalho não seria concluído. Muito obrigada!

A todos os professores e mestres do PPG de Política social e Serviço Social, por reiterarem a importância da luta; ampliarem minha visão política sobre as políticas sociais.

Ao Professor e Orientador **Jorge Castellá Sarriera**, obrigada pela convivência e tempo dedicado e por fazer-me romper barreiras, acreditando na minha

competência, potencial e autonomia. Obrigada por guiar em meus passos e desvendar minha capacidade.

Enfim, a todos que contribuíram para construção e finalização desta etapa, direta ou indiretamente, através de um sorriso, afagos, palavras de incentivo, e que se fizeram presentes mesmo estando distantes... Meu muito obrigada de coração a todos! Cada um sabe da sua contribuição para que eu chegue neste momento... Eu seria injusta nomeando tantos amigos a tanto apoio recebido em meio a tanto imprevistos e tanta solidariedade recebida na Universidade, ainda bem, posso pensar!

RESUMO

Esta dissertação é produto final do curso de Mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social da UFRGS. Tratamos neste estudo sobre a Moradia Estudantil, sob a perspectiva de uma ação integrante e fundamental da Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior. Nossa reflexão tem como ponto de partida as diretrizes do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil (Portaria Normativa/MEC nº 39/2007 e Decreto nº 7.234/2010) e REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007). A pesquisa, de caráter qualitativo, delineada por uma pesquisa bibliográfica e outra documental, do tipo exploratória (GIL, 2016), está fundamentada no Paradigma Ecológico-Contextual para compreensão do universo da Moradia Estudantil. Com este, estudo pretendemos analisar como é desenvolvida a Política de Moradia Estudantil na UFRGS, em consonância com o PNAES. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para encontrarmos apoio na literatura produzida sobre a Moradia Estudantil, sua história, e para constituir um panorama nacional sobre este tema e os principais aspectos abordados e estudados sobre ele atualmente, já que a maioria dos estudos ressalta a pouca produção neste assunto. A pesquisa documental possibilitou levantar e conhecer a história das Casas de Estudante da UFRGS e verificar como esta trata a questão da moradia estudantil dentro da universidade. Para compreensão dos dados foi utilizada a análise temática de BRAUN e CLARCKE (2006). Os resultados apontam que a Assistência Estudantil é, portanto, desenvolvida dentro de uma política social e constitui um aspecto fundamental desta para garantir o direito à educação e às condições de permanência e conclusão do ensino superior de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Podemos afirmar que, como uma importante ação da Assistência Estudantil, a Moradia Estudantil possui um papel fundamental para que esses esforços das políticas sociais do governo sejam concretizados na formação do estudante. Dessa forma, é afirmativo e perceptível que tivemos avanços na atenção e execução da Assistência Estudantil, mas ainda são necessários investimentos nessa área.

Palavras Chaves: Moradia Estudantil. Moradia Universitária. Casa do Estudante. Assistência Estudantil. PNAES. Ensino Superior.

ABSTRACT

This dissertation is the final product of the master's course held in the Graduate Program in Social Policy and Social Work at UFRGS. In this study we deal with Student Housing, from the perspective of an integral and fundamental action of the Student Assistance Policy in Higher Education. Our reflection is based on the guidelines of the PNAES - National Student Assistance Program (Normative Ordinance / MEC nº 39/2007 and Decree nº 7.234 / 2010) and REUNI: Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans (Decree 6,096, of April 24, 2007). The qualitative research, outlined by a bibliographic and documentary research, of the exploratory type (GIL, 2016), is based on the Ecological-Contextual Paradigm for understanding the universe of student housing. With this study we intend to analyze how the Student Housing Policy at UFRGS is developed, in line with the PNAES. Bibliographic research was essential to find support in the literature produced on student housing, its history and to constitute a national panorama on this topic and the main aspects addressed and studied on it today, since most studies highlight the low production on this subject. The documentary research made it possible to survey and learn about the history of the UFRGS Student Houses and to see how it addresses the issue of student housing within the university. To understand the data, thematic analysis by BRAUN and CLARCKE, 2006 was used. The results show that Student Assistance is, therefore, developed within a social policy and constitutes a fundamental aspect of it to guarantee the right to education and the conditions of permanence and completion of higher education for students in situations of social vulnerability. We can affirm that, as an important action of Student Assistance, student housing has a fundamental role for these efforts of the government's social policies to be concretized in the formation of the student. Thus, it is affirmative and noticeable that we have made progress in the attention and implementation of student assistance, but investments are still needed in this area.

Key Words: Student housing. University housing. Student House. Student Assistance. PNAES. Higher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Linha do Tempo do Marco Legal Regulatório da Assistência Estudantil ...	19
Figura 2. Organograma da PRAE - UFRGS.....	37
Figura 3. Distribuição das vagas de ingresso via vestibular na UFRG	44
Figura 4. Mapa da Moradia Estudantil no Brasil – 66 IFES.....	52
Figura 5. Modelo Ecológico Contextual	79
Figura 6. Fluxo de busca nos bancos de dados	90
Figura 7. Mapa Temático.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Regulamentação Legal Atual da Assistência Estudantil.....	34
Quadro 2. Programa de Assistência Estudantil da PRAE/UFRGS.....	39
Quadro 3. Organização dos Departamentos de Benefícios e Assistência Estudantil	43
Quadro 4. Levantamento E-SIC	51
Quadro 5. As casas do Estudante da UFRGS	54
Quadro 6. Vídeos sobre a Moradia Estudantil da UFRGS	86
Quadro 7. Fases da Análise Temática	92
Quadro 8. Mapa Temático da Dissertação	94
Quadro 9. Produções por ano sobre o tema de pesquisa	97
Quadro 10. Áreas das produções encontradas	98
Quadro 11. – Estudos na área da Educação.....	100
Quadro 12. – Estudos na área da Saúde	108
Quadro 13. Estudos na área da Psicologia	115
Quadro 14. Estudos na área da História/Memória e bens culturais	120
Quadro 15. Estudos na área da Administração Universitária/Gestão	122
Quadro 16. Estudos na área da Política Social/Políticas Públicas	125
Quadro 17. Estudos na área das Ciências Sociais	127
Quadro 18. Estudos na área do Mercado Imobiliário	128
Quadro 19. Estudos na área do Serviço Social.....	130
Quadro 20. Estudos na área da Agronomia/Sustentabilidade.....	131
Quadro 21. Estudos na área da Arquitetura.....	132
Quadro 22. Produções por ano sobre o tema de pesquisa	136

SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ANDIFES	- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AT	Análise Temática
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASPP	Coordenação de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
CEB	Casa do Estudante do Brasil
CEFAV	Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária
CEP	Casa do Estudante da Paraíba
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEU	Casa do Estudante Universitário
CEUACA	Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida
CEUFRGS	Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS/RJ	Conselho Regional do Serviço Social do Rio de Janeiro
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DBA	Departamento de Benefícios e Assistência Estudantil
DIB	Divisão de Bolsas (DIB)
DCE	Diretório Central de Estudantes
DME	Divisão de Moradia Estudantil
DSSPRAE	Divisão de Seleção Acompanhamento Pedagógico, Psicológico e Social
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

FEUPA	Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME	Moradia Estudantil
MEC	Ministério da Educação
PAE	Política de Assistência Estudantil
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPCI	Plano de Prevenção Contra Incêndio
PPG	Programa de Pós Graduação
PPI	Pretos, Pardos e Indígenas
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PRUNI	Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAE	Secretaria de Assuntos Estudantis
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Catarina

UnB Universidade de Brasília

UNIPAMPA Universidade Federal do Pampa

URGS Universidade do Rio Grande do Sul

UNE União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA	20
1.2 QUESTÕES NORTEADORAS E OBJETIVOS DA PESQUISA	22
2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PANORAMA BRASILEIRO	24
2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL APÓS PNAES/REUNI	32
2.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	35
2.3 MORADIA ESTUDANTIL NO BRASIL: LEVANTAMENTO E-SIC	51
2.4 MORADIA ESTUDANTIL DA UFRGS.....	54
2.4.1 As Casas de Estudante da UFRGS – Breve Histórico.....	55
2.4.2 A Casa Do Estudante Universitário (CEU): Campus Centro.....	57
2.4.3 Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEUFRGS): Campus Saúde	60
2.4.4 Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV): Campus Agronomia/Vale	62
2.4.5 A Moradia Estudantil da UFRGS hoje.....	64
3 BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA	73
3.1 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: O PARADIGMA ECOLÓGICO-CONTEXTUAL	73
3.2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	83
3.2.1 Pesquisa Documental	84
3.2.2 Pesquisa Bibliográfica da Literatura.....	86
3.2.3 Análise dos Dados.....	90
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	97
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	98
4.1.1 Educação.....	99
4.1.2 Saúde	107
4.1.3 Psicologia	114
4.1.4 História, Memória Social e Bens Culturais.....	119
4.1.5 Administração universitária e Gestão	121
4.1.5 Política Social e Políticas Públicas	124
4.1.6 Ciências Sociais.....	127
4.1.7 Mercado Imobiliário.....	128
4.1.8 Serviço Social	130
4.1.9 Agronomia e Sustentabilidade	131
4.1.10 Arquitetura	132

4.1.11 Artigo de Jornal.....	133
4.1.12 Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade	133
4.2 SÍNTESE DOS RESULTADOS	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICE A – LISTA DE ESTUDOS INCLUÍDOS NA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	162

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a Moradia Estudantil como uma ação fundamental, importante e integrante da Política de Assistência Estudantil (PAE). Nossa reflexão tem como ponto de partida as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

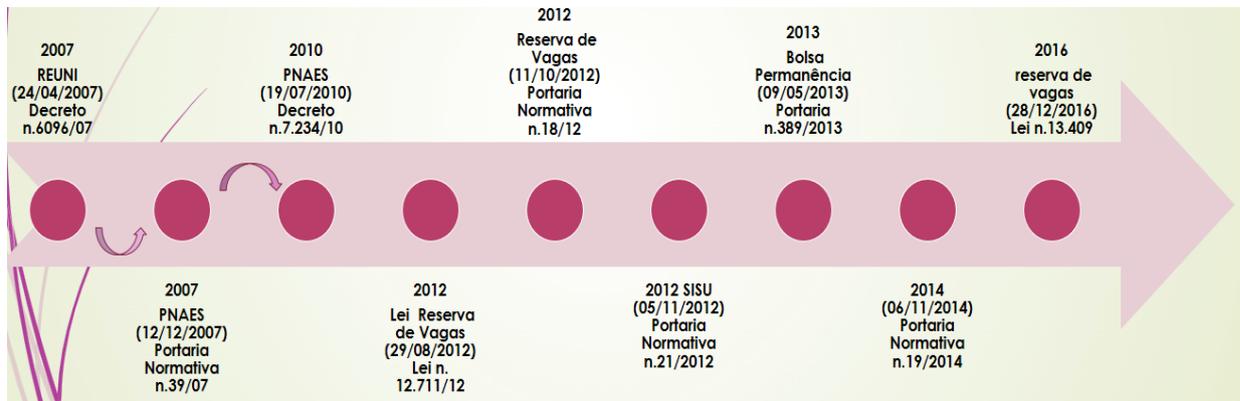
Esse Programa foi instituído pela Portaria Normativa publicada pelo Ministério da Educação, sob o nº 39/2007 e regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 7.234/2010. Outro marco legal importante nessa discussão é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007.

A pesquisa foi desenvolvida em uma Instituição Federal de Ensino (IFES) Superior, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde é possível perceber, dentre tantas outras instituições, que a nossa realidade político-econômica, capitalista e neoliberal, é geradora de desigualdades sociais; logo, exigindo das políticas públicas alternativas de respostas a essas causadas por este sistema. Essas ações são concretizadas por meio de políticas sociais, que visam enfrentamento e superação dessas diferenças.

No contexto desta pesquisa, sob a ótica do Ensino Superior Público Federal, essas são as ações necessárias para que se amplie o acesso e possibilite a permanência de jovens na educação formal, com diretrizes firmadas pelo Governo Federal. Iniciamos pela compreensão da estrutura da Assistência Estudantil (AE) no Brasil, com um breve histórico sobre o desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil (PAE) dentro da Política de Educação Superior.

Em seguida, abordamos o marco legal regulatório atual que trata especificamente sobre a Assistência Estudantil inserida no Ensino Superior Público Brasileiro. Logo, construímos a Figura 1, com uma linha do tempo, a partir de quando a Assistência Estudantil foi regulamentada como Política Nacional a ser desenvolvida em todas as Instituições Federais de Ensino, a fim de trazer ao leitor maior clareza sobre o assunto.

Figura 1. Linha do Tempo do Marco Legal Regulatório da Assistência Estudantil



Fonte: elaborado pela autora.

O destaque para o Marco Legal é importante para refletirmos sobre os riscos quanto à continuidade dessa importante política para a permanência de tantos estudantes na Universidade; considerando que a maioria da regulação é via Decretos e Portarias Normativas, e, elas estão em constante ameaça em conjunturas de desmonte das políticas sociais.

No Capítulo 1 introduzimos o tema de pesquisa explicitando a justificativa, relevância do tema, questão norteadora e objetivos da dissertação. No Capítulo 2 realizamos uma breve contextualização da Assistência Estudantil no Brasil, antes e após o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em seguida, ainda no Capítulo 2, tratamos sobre a Moradia Estudantil na UFRGS, trazendo um pouco da história das Casas de Estudante da Universidade: Casa do Estudante Universitário (CEU), Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEUFRGS) e Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV). No Capítulo 3 tratamos sobre o percurso metodológico da pesquisa, trazendo os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa do paradigma ecológico-contextual como referencial teórico, explicitando a metodologia e fases da pesquisa. O capítulo 4 trata dos resultados da pesquisa, trazendo a caracterização dos textos incluídos no estudo pelo levantamento bibliográfico e a análise dos resultados. Por fim as considerações finais e referências bibliográficas sobre as quais fundamentamos este estudo.

1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

Inserida na Assistência Estudantil, a Moradia Estudantil (ME) é uma das ações que merece destaque, dado a sua importância e complexidade. Essa possui um papel fundamental para que esses esforços das políticas sociais do governo sejam concretizados na formação do estudante. Há de se considerar aqui, também, que a distribuição das universidades públicas ainda é centralizada em grandes centros urbanos, sendo que as formas de ingresso até esse momento se caracterizam como um dos obstáculos, e a oferta de cursos por região (dificuldades na seleção destes); todos estes, até agora, são fatores importantes a serem considerados por implicarem em as decisões dos estudantes.

Apesar dos avanços no sentido legal, isto é, tendo regulamentado diretrizes nacionais para desenvolvimento dessa política, ainda há muito que ser feito, a fim de garantir que a execução dessas aconteça na prática. Dessa forma, aqui se tem a questão desta dissertação, pois acreditamos ser de muita relevância um estudo de cunho científico que se proponha a conhecer e estudar a literatura, no que se refere à realidade da Moradia Estudantil e seus aspectos, levando-se em consideração que o PNAES completa 12 anos de sua criação em 2019.

A importância também se destaca, pois apesar de poucas produções acerca da moradia estudantil, foi a partir das construções das casas de estudantes que o movimento estudantil organizou-se para reivindicar políticas de assistência ao estudante e que elas foram criadas (SILVA, 2004; HINTERHOLZ, 2017). Realizando a pesquisa bibliográfica, foram encontrados três artigos de revisão da literatura sobre o tema, referenciados neste estudo também: Garrido e Mercuri (2013), Cerqueira (2018) e Maurell e Machado (2019). Porém os resultados e critérios para escolha dos estudos foram diferentes e mais específicos; logo, a descrição de cada estudo encontra-se nos resultados dessa pesquisa.

Consideramos, assim, ser relevante e urgente conhecer, bem como aprofundar, estudos sobre a Moradia Estudantil e de como a UFRGS trata essa questão dentro da PAE. Desta forma, é possível contribuir com dados para atualização da regulamentação da política de atendimento à Moradia Estudantil e ser uma opção de referências para subsidiar as ações e planejamento das intervenções da UFRGS e equipes de trabalho.

Apesar dos esforços do Governo Federal em ampliar vagas para o ensino superior com a criação de programas para este fim, existem questões sobre as quais devemos refletir: é possível manter-se com as mesmas condições físicas estruturais nas universidades públicas e institutos federais de ensino, regionalizados e descentralizados, que atendam a demanda da população que vive em regiões não centrais?

Porquanto, presenciamos um momento histórico e também muito polêmico na sociedade brasileira, no que se refere ao Ensino Superior; pois no intuito de instaurar a ampliação do acesso, ao mesmo tempo, garante-se que estudantes oriundos de escolas públicas e auto-declarados negros, pardos e indígenas, por intermédio do sistema de cotas da Política de Ações Afirmativas, tenham garantido legalmente seu acesso à Universidade Federal. Assim, diante de uma política recentemente regulamentada (conforme Figura 1), o trabalho dos profissionais na Universidade está diretamente ligado a uma nova realidade que se apresenta e que demanda também desses uma preparação para enfrentar e intervir nessa nova realidade, imposta pelas próprias contradições, em cuja Política de Educação está inserida (CHAUÍ, 2003; SANTOS, 2011).

O interesse pelo tema surgiu pela experiência e inquietações vivenciadas no cotidiano da prática profissional como servidora Assistente Social da UFRGS, no setor responsável pela política de assistência estudantil da Universidade, de fevereiro de 2009 a agosto de 2019. Realizar o mestrado acadêmico, em minha trajetória profissional, surge como uma oportunidade de pesquisar e compreender melhor as situações com as quais nos deparamos frente a desafios impostos a nossa prática cotidiana. Importante também destacar que o papel da pesquisadora - como servidora neste espaço de trabalho -, não estava vinculado diretamente à Moradia Estudantil, porém realizávamos a seleção e alguns acompanhamentos relacionados a ela.

Esta temática, com a qual nos deparávamos, gerava constantes questionamentos entre os profissionais. Muitas vezes não havia como atender a demanda dos usuários, e aprendemos que “acolher” e fazer com que o usuário se sinta acolhido é de fundamental importância para desenvolver-se uma continuidade do acompanhamento, mesmo com a escassez ou, ainda, inexistência de recursos materiais que supram necessidades pontuais dos usuários.

A partir dessa experiência profissional na Pró-Reitoria de Assuntos

Estudantis (PRAE), foi possível identificar a necessidade de pesquisar algumas questões elencadas a seguir, para que assim a Universidade possa implantar um programa de acompanhamento efetivo aos estudantes usuários dessa política, uma vez que o conhecimento junto a experiência profissional é importante, segundo Maciel, Bordin e Costa (2014) para

[...] compreender este objeto de estudo, e na experiência profissional, vivenciada, em múltiplas organizações da sociedade civil. O que permite vivenciar as contradições e mediações existentes nesse espaço e na sua relação com o Estado, principalmente no que se refere à relação, papel e incidência nas demandas e políticas sociais (MACIEL; BORDIN; COSTA, 2014, p. 16).

Considerando o aumento das possibilidades e responsabilidades sociais da instituição, ainda presenciamos atualmente uma cultura de méritos e fracassos acadêmicos e pessoais, delegando então a própria integração e exclusão social aos indivíduos, mesmo que estes ocupem um lugar pré-determinado nas relações de poder definidas pelo sistema capitalista.

Assim, esperamos que este estudo contribua para uma reflexão aos profissionais que atuam nessa temática para que a atividade profissional contemple um atendimento e, em harmonia com seu projeto profissional junto aos profissionais de outras áreas envolvidas, um processo de acompanhamento e aprendizagem, suscitem providências que permitam, concretamente, satisfazê-las no âmbito da assistência e da moradia estudantil.

1.2 QUESTÕES NORTEADORAS E OBJETIVOS DA PESQUISA

De acordo com Creswell (2010, p. 25), a construção de um projeto de pesquisa “é também baseada na natureza do problema ou na questão de pesquisa que está sendo tratada, nas experiências pessoais dos pesquisadores e no público ao qual se dirige”. Consoante a isso e a partir do anseio de compreender e desvelar alguns aspectos relacionados à Moradia Estudantil, desenvolvemos essa pesquisa por meio de revisão bibliográfica sobre o tema e análise documental. Destacamos que o local escolhido para pesquisa foi a Moradia Estudantil da UFRGS a partir da nossa aproximação com este campo.

Compreendemos que o debate sobre a Moradia Estudantil precisa ser aprofundado, dada à complexidade e importância dessa ação de Assistência

Estudantil. Por isso, definimos como Questão Norteadora: Qual é a Política de Moradia Estudantil da UFRGS tendo como base o Programa Nacional de Assistência Estudantil?

O objetivo geral delineado foi analisar a Política de Moradia Estudantil na UFRGS, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil, com vistas ao fortalecimento de ações que contribuam para o acesso, permanência e conclusão do ensino superior dos/as estudantes na universidade. E os objetivos específicos desdobraram-se em:

- a. Compreender a estrutura da Política de Moradia Estudantil da Universidade em consonância com a legislação vigente e como ela contribui para a garantia do acesso, permanência e conclusão do ensino superior do estudante;
- b. Levantar e analisar quais são os documentos e dados disponíveis, normas vigentes sobre a Moradia Estudantil na UFRGS e a concordância com a legislação vigente;
- c. Realizar um levantamento e pesquisa, sistematizando o panorama da produção científica brasileira sobre as produções desenvolvidas sobre a Moradia Estudantil no que tange às contribuições, dificuldades e desafios para a garantia do acesso, permanência e conclusão do ensino superior pelos estudantes usuários deste programa.

2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PANORAMA BRASILEIRO

Para iniciarmos a discussão sobre a Assistência Estudantil na Educação e entrarmos no tema da pesquisa – a Moradia Estudantil, é preciso considerarmos brevemente a história da Assistência Estudantil, uma vez que abordaremos a importância dos avanços recentes e a necessidade de continuidade do investimento em ações de apoio ao estudante.

Encontramos nos estudos realizados sobre a Assistência Estudantil, registros datando em 1928, uma das primeiras ações de Assistência Estudantil realizada pelo Brasil com a construção da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris. Destinada a receber brasileiros que tivessem dificuldades de se manter na capital da França. Esta era uma ação com objetivo de proporcionar condições de manutenção dos seus estudos, ainda que fosse aos filhos da elite brasileira (SILVA, 2004; COSTA, 2010; KOWALSKI, 2012; IMPERATORI, 2017).

No Brasil, na “era Vargas”, em 1930, Getúlio Vargas aprova o Estatuto das Universidades Brasileiras. O Estatuto previa um modelo único de organização didático-administrativa e poderia ser adaptado conforme as particularidades das regiões brasileiras, consolidando e incentivando a criação de um sistema de casas de estudantes e alojamentos universitários com recursos públicos (MACHADO, 2007). A participação estudantil, por meio do Diretório Central de Estudantes (DCE) e dos seus diretórios acadêmicos, já era prevista neste Estatuto (MACHADO, 2007; COSTA, 2010; KOWALSKI, 2012)

Ainda em 1930, no Rio de Janeiro, a primeira Casa do Estudante do Brasil foi criada e constitui outro marco histórico para a Assistência Estudantil (MACHADO, 2007). Esta era uma grande casa, com um andar destinado a um restaurante popular e a atender estudantes com dificuldades socioeconômicas (KOWALSKI, 2012; GRAEFF, 2014).

Segundo Kowalski (2012) a Constituição Federal de 1934, no artigo 157, previa “doação de fundos aos estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica”. A autora ainda refere que a Constituição de 1946 no seu artigo 172, delibera sobre a elaboração de ações de “assistência educacional” aos estudantes que necessitarem,

assegurando condições de obterem “eficiência escolar” (KOWALSKI, 2012, p. 87).

Desde então, alguns projetos governamentais no ensino superior apontavam propostas de construção de Cidades Universitárias (KOWALSKI, 2012). No movimento estudantil, a criação de uma associação representativa dos estudantes, como fórum superior, era um desejo antigo. Em 1937, durante um encontro do chamado Conselho Nacional de Estudantes, ocorrido na Casa do Estudante do Brasil no Rio de Janeiro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada. O governo por meio do Ministério da Educação apoia a criação da UNE. No que se refere ao aspecto político, no cenário da época, para Kowalski (2012), o apoio pode ter se constituído numa estratégia do governo de constituir uma instituição sem caráter político (partidário).

A Casa do Estudante do Brasil passou a ser sede administrativa da UNE e, além de residência estudantil, ofertaria serviços de assistência em saúde e de caráter jurídico aos estudantes e organizaria uma biblioteca. As bolsas e cargos para sua administração também seriam de sua responsabilidade (COSTA, 2010; KOWASLKI, 2012)

A ligação da UNE com a Casa do Estudante do Brasil foi rompida em 1938, por diferentes posições de seus membros e estudantes. Este fato marcou uma mudança na posição política da UNE, de acordo com as autoras. A UNE foi oficialmente reconhecida como entidade representativa de todos os estudantes universitários brasileiros em 1942 pelo Decreto-Lei 4080 (COSTA, 2010; KOWALSKI, 2012).

Foi ainda na década de 30 que as Instituições de Ensino Superior passaram a ser denominadas Universidades. A UFRGS, que começou sua história em 1895 com as Escolas de Farmácia, Química e Engenharia, e posteriormente com as Faculdades de Medicina de Porto Alegre e de Direito, apenas em 1934 recebeu status de Universidade de Porto Alegre¹.

A década de 1940, no âmbito da Educação e Assistência Estudantil, começa a apresentar alguns pequenos avanços quando a Constituição Federal de 1946 incluiu no seu artigo 166, a Educação como direito de todos. E ainda, no seu artigo

¹ Quando implantou os cursos da Escola de Engenharia, Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; na Faculdade de Medicina, Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, sua Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes.

172, trouxe o seguinte conteúdo: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, p. 38). Assim, foi seguida por normativas que determinavam ser de responsabilidade das Universidades a oferta de estrutura para atendimento das situações relativas à assistência médico-social dos estudantes (COSTA, 2010; KOWALSKI, 2012; SOUZA, 2017).

Em 1947, a UFRGS passou por outra renomeação e grande mudança: passa a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (UGRS), quando incorporou as Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Posteriormente, essas faculdades foram redirecionadas para Universidade de Pelotas e para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), respectivamente.

A UFRGS foi federalizada em 1950, quando passou a ser de responsabilidade da União. Nessa época, o movimento estudantil deixa sua marca na história da UFRGS, em 1952, quando iniciou o movimento para uma greve, com grande repercussão social. Essa greve durou quase três meses, com atividades intensas, com protestos e caminhadas contra a permanência do reitor. Naquele ano uma lista tríplice para escolha de novo reitor foi encaminhada. Em 1958 a UFRGS elabora o “Plano Piloto da Cidade Universitária de Porto Alegre” para o Vale da Agronomia e cria a Colônia de Férias, em Tramandaí, em terreno doado pela Prefeitura de Osório, disponível para o lazer de funcionários, estudantes, professores.

Mesmo em tempos de ditadura militar, o movimento estudantil seguia realizando encontros e reuniões, discutindo sobre reforma universitária e direitos para os estudantes. As mobilizações estudantis resultaram no Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado pela UNE, em 1961, na cidade de Salvador/BA. O movimento deste seminário resultou em um documento reivindicando que as universidades passassem a ser um espaço pluralizado, com a criação de cursos acessíveis para todos. Neste ano ainda, a conturbada cena política traz temporariamente a sede da UNE para Porto Alegre.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) foi promulgada em 1961. Nela havia um artigo específico sobre a Assistência Social Escolar. Esta, definida como um direito igual a ser garantido para todos os estudantes pelos sistemas de ensino de forma técnica ou administrativa, abrangendo o provimento, a orientação,

fiscalização e estímulo ao desenvolvimento de serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos pelas instituições de ensino. Conforme descritos em seus artigos 90 e 91 (BRASIL, 1961):

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos;

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade.

A Assistência ao estudante, como política e responsabilidade de Estado, aparece na forma destes artigos, assim como a essencialidade delas. O que se pode afirmar é que foi um importante passo para a democratização do acesso e preocupação com a permanência no ensino, considerando a conjuntura conservadora da época (COSTA, 2010; KOWALSKI, 2012; SOUZA, 2017).

Paralelo a isso, o movimento estudantil seguia organizando-se:

Em 1962, a UNE, ao lado de outras instituições e intelectuais brasileiros, formou a Frente de Mobilização Popular. No contexto das reformas de base propostas pelo governo João Goulart, a UNE e a Frente defenderam mudanças sociais profundas no país, entre elas a reforma universitária para ampliar o acesso da sociedade à educação superior. No mesmo ano, a entidade lançou um projeto ousado, a mobilização a partir de caravanas que rodariam o Brasil (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2016).

Neste sentido, ainda durante a implantação da LDB, de 1961, a UNE realiza o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, debatendo, entre a pauta, questões sobre a Assistência Estudantil. Entre elas constavam reivindicações quanto a criação de gráficas universitárias para impressão de jornais, revistas, apostilas e livros; assistência médica; assistência habitacional, com a construção de casas de estudantes; e o aumento do número de restaurantes universitários. (COSTA, 2010; KOWALSKI, 2012)

Enquanto o movimento estudantil se organizava, o então governo militar estudava uma forma de reformar as estruturas da Universidade, chamada Reforma Universitária. Essa reforma era uma forma de desestabilizar a mobilização estudantil, vislumbrando uma nova forma de Universidade, com vistas à modernização e eficiência das instituições, flexibilidade administrativa e à

capacitação dos seus trabalhadores a serviço do desenvolvimento do país (KOWALSKI, 2012).

Desde os tempos do governo militar, o desenvolvimentismo econômico capitalista se fazia presente, prevendo os ganhos que se poderia alcançar com a reorganização das atividades universitárias, racionalizando suas atividades, visando um rico mercado. Ao passo que a ampliação e incentivo à criação de novas Universidades Federais e Estaduais e o desenvolvimento do ensino superior foram marcantes nessa época (KOWALSKI, 2012).

Vasconcelos (2010) afirma que o crescimento e criação das Universidades Federais em todo o Brasil foi expressivo, sendo uma pelo menos em cada estado, e isso se deu entre 1950 e 1970. A autora, além disso, afirma que neste período se observou crescimento também de universidades estaduais, municipais e particulares, seguindo a diretriz descentralizadora do Ensino Superior da LDB em vigor na época.

Neste período, em 1965, a UFRGS amplia sua estrutura e inaugura o novo Campus na Agronomia. No aspecto legal, a Constituição Federal de 1967, artigo 168, garante a educação como um direito de todos, sendo assegurada a igualdade de oportunidades, o que seria uma inovação à legislação. Nesta mesma Constituição, o acesso ao ensino gratuito, médio e superior eram garantidos por lei enquanto dever do Estado.

A Reforma Universitária foi efetivada por meio de legislação, em 1968, com a Lei Federal nº 5.540/68. No âmbito institucional, a Reforma estabelece as normas quanto à organização e funcionamento do ensino superior nas universidades brasileiras. Com a implantação da Reforma Universitária, em 1970, é que a UFRGS passou a funcionar com a sua estrutura atual: administrativamente dividida em faculdades, institutos, e dentro destes, os departamentos. Nessa época, na UFRGS, foi criado o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Este é um importante espaço de decisões da Universidade, especialmente por tratar-se de um órgão técnico, com funções deliberativa, normativa e consultiva sobre ensino, pesquisa e extensão, estando integrado por Plenário e câmaras de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, cujas competências são definidas em seu Regimento Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Nesta época, a UNE teve sua representatividade retirada pelo governo militar e a entidade tentava manter o movimento estudantil e sobreviver ao regime

militar. A sua luta pela educação pública e gratuita e melhoria dos serviços de assistência ao estudante seguiam. Porém, com a alta repressão e violência do regime militar o movimento se mantinha nas moradias estudantis e na informalidade por todo país, apesar de toda perseguição política (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2016).

Na década de 1970, o governo cria o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), sob responsabilidade do MEC- Ministério da Educação e Cultura. Este departamento deveria pensar a Assistência Estudantil para os cursos de graduação em nível nacional, priorizando questões de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico. O DAE foi extinto no fim dos anos 1980 (FONAPRACE, 1997; COSTA, 2010; KOWALSKI, 2012). As ações de Assistência Estudantil passam a ser desenvolvidas de forma fragmentada nas instituições de ensino em todo o País. A partir de então, torna-se fundamental o movimento estudantil nesse processo, para que essas ações fossem minimamente desenvolvidas institucionalmente (IMPERATORI, 2017).

Segundo Imperatori (2017), o DAE foi responsável pela implantação de Programas de Assistência ao Estudante, tais como Bolsas de Trabalho, instituído pelo Decreto nº 69.927/72 (BRASIL, 1972). Assim, o estudante poderia exercer atividades em órgãos públicos ou particulares em troca de uma bolsa remunerada ou então uma Bolsa de Estudos, neste caso, quando recebia auxílio financeiro sem contrapartida. Assim, os estudantes com dificuldades socioeconômicas recebiam auxílio financeiro e preparo para o mercado de trabalho. Conforme descrito no referido Decreto, tem-se que:

Art. 4º Além das rendas, subvenções, contribuições, donativos ou auxílio que lhe possam ser destinados por quaisquer órgãos, entidades ou pessoas, o Programa "Bolsa de Trabalho" será custeado pelos seguintes recursos: a) dotações específicas, incluídas no Orçamento da União; b) outros recursos disponíveis, para fim idêntico, em órgãos da administração pública, direta ou indireta; c) contribuição resultante de acordos ou convênios com entidades públicas ou privadas, seja para o engajamento de estudantes de determinadas instituições de ensino no Programa, seja para a admissão de estagiários por parte de quaisquer dessas entidades; d) contribuição especial de Serviço Social da Indústria, do Serviço Social do Comércio e do Programa Especial de Bolsas de Estudo do Ministério do Trabalho e Previdência Social, as quais se vincularão à respectiva área de aplicação.

Art. 5º A distribuição de Bôlsa de Trabalho a estudantes deverá aplicar-se prioritariamente àqueles carentes de recursos financeiros, mediante investigação sumária de suas declarações, podendo ser estabelecida pelo Conselho Diretor uma escala preferencial por área de estudos, segundo a sua importância para o desenvolvimento nacional (BRASIL, 1972, p. 1).

A prática de bolsa com contrapartida de trabalho para os estudantes, nas universidades, ainda é uma prática atual residual dessa política. No movimento estudantil discute-se a disposição de bolsas da Assistência Estudantil para os estudantes incluídos neste programa, sem a contrapartida do trabalho. Para a Universidade, os bolsistas auxiliam no trabalho administrativo, muitas vezes executando tarefas em setores com poucos servidores, tendo em vista o quadro reduzido cada vez menor destes.

Em 1977, a UFRGS inaugura o Campus do Vale. O movimento estudantil, no final dos anos 70, retoma suas atividades e começa a se reestruturar. Por meio da UNE, organizam um congresso que marcou sua reconstrução em 1979, em Salvador. A retomada se deu a partir dos acontecimentos políticos que apontavam para o enfraquecimento do regime militar. A pauta do movimento reivindicava mais recursos para a Universidade, defesa do ensino público e gratuito e pedia a libertação de estudantes aprisionados durante o regime militar (UNE, 2018).

A década de 1980 fica registrada e marca a história do Brasil pelo processo de lutas intensas a favor da democracia no País. Os movimentos sociais se fortaleceram, os trabalhadores fizeram greves reivindicando melhores condições de trabalho e salários. Nesta época, cerca de 35 mil professores universitários paralisaram suas atividades. Isso ocorreu devido a uma forte crise econômica presente no governo militar, que resultou na transição da ditadura para a república. Esse período de reordenamento da política do país vem constituir a Nova República Brasileira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015)

Também esteve presente nesse processo, após o final da ditadura militar, o movimento estudantil, retornando às ruas com suas lutas históricas e pela democracia, estando muito ativo e presente na campanha “Diretas Já”. A entidade volta a ser legalizada e reconhecida em 1985. O período que marca a transição da Ditadura para a Nova República Brasileira vem acompanhada das marcas sociais da Ditadura.

Os problemas sociais tais como o desemprego, as deficiências nos serviços de saúde, as desigualdades na educação superior decorrentes das dificuldades de acesso e permanência persistiam. Esses movimentos de disputas se convergem e provocam mudanças na agenda política que, por sua vez, culminam na criação de novas políticas públicas (KOWALSKI, 2012, p. 93).

Os ensinos médios e profissionais técnicos ganharam espaço e, com isso, os trabalhadores passaram a desejar o ingresso no ensino superior. Paralelo a isso, o debate sobre o acesso e permanência destes estudantes também se acentua. Assim em 1987, junto a criação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE), as primeiras discussões sobre as ações de Assistência Estudantil voltam-se para o ensino superior (SOUZA, 2017).

Já em um processo que buscava a redemocratização do acesso ao ensino superior, os representantes do FONAPRACE defendiam a ideia de garantir o acesso de estudantes de baixa renda e para isso a necessidade de desenvolver ações que possibilitassem reais condições de permanência destes estudantes no ensino superior. (VASCONCELOS, 2010; KOWALSKI, 2012; SOUZA, 2017).

É com base nesse histórico e no Referencial Legal sobre a Educação no Brasil, que a Constituição Federal de 1988 constitui-se como um marco na história do Brasil; pois foi instituída após o fim de um longo período de Ditadura Militar e incorporou, no seu texto, reivindicações dos movimentos populares e sociais, que garantem direitos fundamentais, sociais, políticos e liberdade ao povo brasileiro.

Entre os direitos garantidos na Constituição Federal, a Política de Educação recebe destaque sendo Universalizada em seu acesso. Estabelece como sendo de competência das três esferas de governo, a fim de proporcionar os meios de acesso à cultura, educação e ciência. Além disso, a Educação, conforme descrito em seu artigo 205, será direito de todos e dever do Estado e da família, sendo que este dever é fomentado e estimulado em conjunto com a sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Educação, portanto é uma Política Pública Social constituída no Estado Brasileiro como direito dos cidadãos. Atualmente regulada pela LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) cujas diretrizes e bases para o desenvolvimento na Educação Brasileira definem e esclarecem os papéis na Educação Básica - infantil,

fundamental e média e ensino superior.

Desde 1988 as Universidades também passam por um período caracterizado por processos significativos de reestruturação interna, inclusive acerca da sua própria missão. Neste sentido, a UFRGS tem seu novo Estatuto aprovado pela comunidade universitária, enunciando no seu artigo 2º:

A UFRGS, como Universidade Pública, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença, e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 3).

A Assistência Estudantil é, portanto, desenvolvida dentro de uma política social e constitui um aspecto fundamental desta para garantir o direito à educação e a condições de permanência e conclusão do ensino superior de estudantes em situação de vulnerabilidade social.

2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL APÓS PNAES/REUNI

É a partir desse processo histórico dos aspectos da Assistência Estudantil na Educação que tratamos e consideramos as seguintes regulamentações legais acerca desta, um marco na Legislação Brasileira, sendo de fundamental importância no processo denominado pelo governo como democratização do ensino superior. O Quadro 1 sistematiza esta evolução normativa.

Considerando que a nossa realidade política e econômica, capitalista e neoliberal são geradoras de desigualdades sociais, e isso vem exigindo das políticas públicas alternativas de respostas a estas causadas por este sistema. Essas ações são concretizadas por meio de políticas sociais de enfrentamento com vistas a superação dessas diferenças.

No contexto deste trabalho, no Ensino Superior Público Federal, estas são as ações que possibilita a ampliação do acesso e permanência de jovens na educação formal, com diretrizes firmadas pelo Governo Federal. Conforme apontado por CHAUI (2003, p. 12) isso significa:

Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada.

É, então, neste cenário que a Assistência Estudantil está inserida dentro da Política Pública de Educação Superior, das quais tratam REUNI, PNAES, Reserva de vagas, Programa Bolsa Permanência e Sistema de Seleção Unificada (SISU) (conforme Quadro 1), compondo, portanto, o processo de democratização do acesso ao ensino público brasileiro.

O PNAES, em sua portaria e decreto, define como diretriz central combater “as desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal” (BRASIL, 2010). Os objetivos constam em seu artigo 2:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010 p. 1)..

O PNAES (Decreto nº 7234/2010), ainda no seu artigo 3º, determina a articulação nos 3 níveis acadêmicos: Ensino, Pesquisa e Extensão para o atendimento dos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais de graduação nas Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Ainda neste artigo, no parágrafo primeiro, determina as áreas prioritárias das ações de atenção ao estudante:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, p. 1).

Na sequência, no artigo 3º, § 2, considera e reconhece a autonomia universitária e as ações que já eram desenvolvidas no âmbito da Assistência Estudantil e destaca que é de responsabilidade da IFES a definição “dos critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (BRASIL,

2010, p. 1). Logo em seguida, no artigo 4º, destaca ainda em seu Parágrafo Único que o objetivo dos projetos e ações da Assistência Estudantil:

[...] devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010, p. 1).

Quadro 1. Regulamentação Legal Atual da Assistência Estudantil

Ano	Nomenclatura	Data	Instrumento Legal	Finalidade
2007	REUNI	24/04/2007	Decreto nº 6.096/2007	Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.
2007	PNAES	12/12/2007	Portaria Normativa nº 39/2007	Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES
2010	PNAES	19/07/2010	Decreto nº 7.234/2007	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES
2012	Lei ingresso reserva de vagas	29/08/2012	Lei nº 12.711/2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências
2012	Reserva de vagas	11/10/2012	Portaria Normativa nº 18/2012	Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012
2012	SISU	05/11/2012	Portaria Normativa nº 21/2012	Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - SISU.
2013	Programa Bolsa Permanência	09/05/2013	Portaria nº 389/2013	Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências.
2014	SISU	06/11/2014	Portaria Normativa nº 19/2014	Altera a Portaria Normativa MEC nº 18, de 11/10/12, que dispõe sobre a reserva de vagas nas IFES, que tratam a Lei nº 12.711, de 29/08/2012, o Decreto nº 7.824, de 11/10/12, e a Portaria Normativa MEC nº 21, de 21/11/2012, que regulamenta o SISU.
2016	Reserva de vagas PCD	28/12/2016	Lei nº 13.409	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como vimos que uma das áreas prioritárias de atuação definida pelo PNAES, e primeira das ações definidas, é a moradia estudantil. Procuramos, então, aprofundar o conhecimento e debates atuais sobre essa área; porém, na época do projeto, tanto em buscas no Google, quanto no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), deparamos-nos com poucas produções e registros acerca da Moradia Estudantil desde 2009. O maior número de produções encontradas tem como foco as Ações Afirmativas e Assistência Estudantil no contexto de levantamento de perfil, criação e outras ações desenvolvidas por essas políticas (FONAPRACE, 2019)

Dessa forma, acreditamos que este estudo será de muita relevância, uma vez que se propõe a conhecer e estudar a realidade da Moradia Estudantil e seus aspectos, ainda mais considerando que em 2019 o PNAES completa 12 anos de sua implementação. A importância também se destaca, pois apesar de poucas produções acerca do tema, ela é histórica, e constituinte da Assistência Estudantil. Foi a partir das construções das casas de estudantes que o movimento estudantil organizou-se para reivindicar Políticas de Assistência ao Estudante (SILVA, 2004; HINTERHOLZ, 2017; FONAPRACE, 2019).

A partir do reconhecimento do percurso da AE na história da Educação no Brasil e do conhecimento da Regulamentação Legal da Assistência Estudantil, temos na democratização o aumento das possibilidades de inclusão e acesso ao Ensino Superior Público. O REUNI reitera esse compromisso legal com a ampliação de oferta de cursos, especialmente noturnos e a Lei de Reserva de Vagas, garantindo o acesso para estudantes egressos do Sistema Público de Educação no Ensino Superior Público, a partir de 2012.

2.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

O programa do Governo Federal - REUNI - trouxe um aumento significativo na infra estrutura da Universidade e do quadro de servidores técnicos administrativos e docentes com a sua adesão, em 2007. Este programa tinha como objetivo principal apoiar projetos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que apresentassem propostas de ampliação de cursos oferecidos e de

cursos noturnos.

É importante esclarecer que as Ações Afirmativas² vinham sendo debatidas em todas as Universidades Federais desde antes da Lei de Reserva de Vagas em 2012. Entre 2007 e 2012 engajadas nesse processo, as IFES vinham implantando as cotas sociais e/ou raciais, conforme critérios específicos definidos em cada Universidade. A Legislação em 2012, unificou estes procedimentos e critérios a serem utilizados para o acesso ao Sistema de Ações Afirmativas em todas as IFES, sendo válida também para os IF's³, tal como PNAES.

A UFRGS, desde 2008, implantou cotas sociais/raciais para o acesso à Universidade, determinando uma porcentagem do seu total de vagas do Concurso Vestibular de 2008 a estudantes que tivessem cursado metade do ensino fundamental mais todo ensino médio em escolas públicas. Dentro deste perfil, ainda, havia uma subdivisão, onde parte dessas vagas era destinada aos estudantes com este perfil de origem autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI).

Portanto, pode-se dizer que com o início do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS e outras políticas implantadas pelo Governo Federal, a partir de 2008, inicia-se um movimento apontando para um processo de mudança de perfil dos estudantes que ingressam através do vestibular na UFRGS.

É, então, em rumo à democratização e ampliação do acesso ao Ensino Público Superior que apontam as ações do governo até 2016, no sentido de aumentar o acesso de estudantes oriundos do Ensino Público ao Ensino Superior. O Governo Federal inclusive, reformulou, ao longo dos últimos anos o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e criou o SISU em 2012 - Sistema de Seleção Unificada,

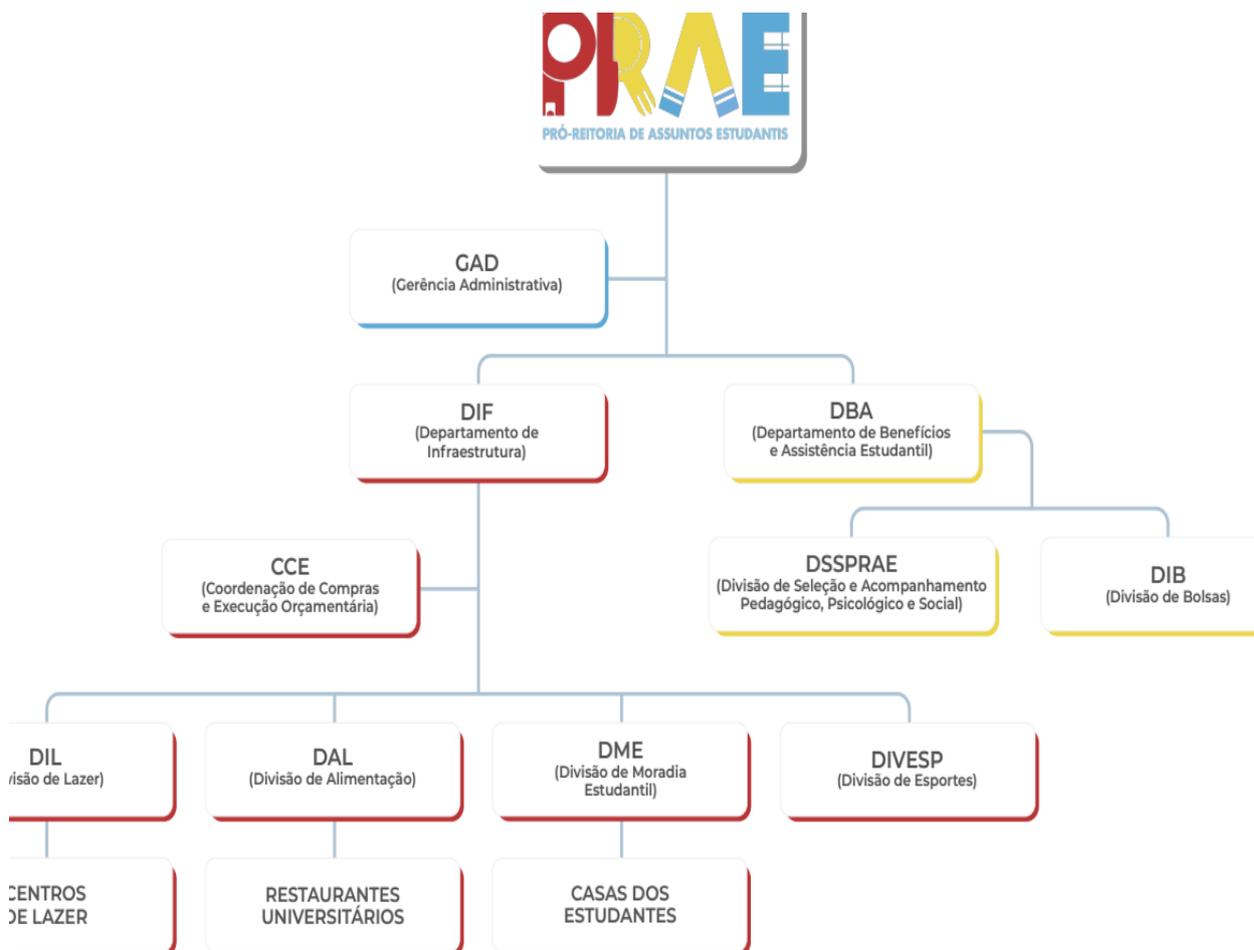
² O termo *Ação Afirmativa* se refere a um conjunto de políticas públicas de uma determinada sociedade para a proteção de minorias e grupos discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, a universidades e a posições de liderança. O Programa de Ações Afirmativas da UFRGS tem como objetivo ampliar o acesso destes grupos sub-representados a todos os cursos de graduação da Universidade, redimensionando teorias e metodologias acadêmicas na produção de conhecimento; promover um espaço plural, resultado de diferentes trajetórias; garantir a permanência dos alunos ingressantes por esse sistema, por meio de programas de bolsas, ampliação de vagas de moradia estudantil e aumento do acervo bibliográfico, entre outras ações. Este Programa reafirma o compromisso da UFRGS com políticas que colaborem para a redução das desigualdades sociais e econômicas, permitindo uma igualdade de oportunidades para que mais jovens oriundos de escola pública possam ingressar no ensino superior público (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

³ Lei Nº 11.892, de 29 De Dezembro De 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

um programa criado pelo Ministério da Educação⁴. É a partir de adesão das Universidades ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), que o acesso à Universidade é ampliado para os processos seletivos além do vestibular, constituindo-se em uma nova opção aos candidatos de acesso e ingresso em instituições públicas de Ensino Superior.

Na UFRGS, atualmente, o órgão responsável pela Assistência Estudantil é a PRAE. A PRAE está dividida em departamentos, com diferentes responsabilidades, conforme organograma apresentado na Figura 2. No entanto, os departamentos que lidam diretamente com a moradia estudantil são a Divisão de Moradia Estudantil (DME) e Coordenação de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico (CASPP).

Figura 2. Organograma da PRAE - UFRGS



⁴ Art. 2. O Sisu é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem. § 1o O processo de seleção dos estudantes para as vagas disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação àqueles realizados no âmbito das instituições de ensino superior, e será efetuado exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Antes desses programas, a UFRGS já desenvolvia ações no âmbito da Assistência ao Estudante, com verba e orçamento próprios, de custeio da Universidade, sempre com foco principal no Restaurante Universitário e Casas do Estudante. Mas foi a partir do REUNI e PNAES que houve um maior investimento com a destinação de verba específica e incentivo à criação de novos programas específicos de assistência aos estudantes, tais como auxílio creche, auxílio transporte, auxílio material, entre outros.

Através do Relatório das Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, publicado em 2018, é possível visualizar o montante de Recursos disponibilizados através da PNAES e o número de beneficiários, no período de 2010 a 2018, conforme listado na Tabela 1. Demonstra a situação sobre o repasse de verbas para Assistência Estudantil da UFRGS, nesse período.

Tabela 1. Recursos PNAES recebidos e Nº de beneficiários, período 2010-2018.

Ano	Recursos PNAES (R\$)	Reajuste %	Nº de beneficiários	Aumento de beneficiários com relação ao ano anterior %
2010	7.735.805,00		1.590	
2011	10.908.977,00	41,02%	1.637	2,95%
2012	11.538.143,00	5,77%	1.889	15,39%
2013	12.124.281,00	5,08%	2.215	17,25%
2014	15.046.735,00	24,10%	2.426	9,52%
2015	17.963.284,00	19,38%	2.819	16,19%
2016	18.724.923,00	4,24%	3.810	35,15%
2017	18.626.373,00	- 0,53%	4.348	14,12%
2018	18.482.080,00	-0,77%	4.569	5,08%

Fonte: PROPLAN e Sistema de Benefícios (valores revistos em 2018)

Houve alteração na estrutura organizacional da PRAE durante o período pesquisado. Atualmente os assistentes sociais desse setor estão vinculados à equipe de trabalho da Coordenação de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico (CASPP), antiga Divisão de Seleção e Acompanhamento Pedagógico, Psicológico e Social (DSSPRAE). A CASPP, por sua vez, é responsável por benefícios, auxílios e suporte aos alunos beneficiários, com foco nos estudantes que

apresentam vulnerabilidade socioeconômica; isso, com base no PNAES, a política que dá diretrizes para o trabalho no âmbito da assistência estudantil de 2007 até os dias atuais. E complementando esse trabalho, a partir de 2013, a Lei de Reserva de Vagas, nº 12.711/12, chamada Lei de Cotas, que delimita o público que vinha sendo atendido, determinando o perfil econômico a ser prioritariamente atendido: estudantes com renda per capita até 1,5 salários mínimos.

A PRAE denomina suas ações como programa de benefícios, oferecidos aos estudantes que passaram por sua avaliação socioeconômica na Pró-reitoria, os quais são divulgados via editais semestralmente na página da PRAE. Os critérios para seleção e objetivos dos benefícios são divulgados e regulados pelos mesmos editais.

A UFRGS oferece dois tipos de benefícios da Assistência Estudantil: benefícios de serviços oferecidos e benefícios em forma de auxílios financeiros. Para acessar, os estudantes precisam ter passado por avaliação socioeconômica realizada pela PRAE. Em 2019/1, os benefícios divulgados na página da PRAE estão sistematizados no Quadro 2:

Quadro 2. Programa de Assistência Estudantil da PRAE/UFRGS

Auxílio transporte (auxílio-financeiro)	<p>É um auxílio financeiro mensal para custear parte das despesas do estudante com deslocamento para atividades acadêmicas regulares durante o período letivo, oferecido nas seguintes formas:</p> <p>a) valor equivalente a 50 passagens escolares de Porto Alegre para estudantes dos campi de Porto Alegre matriculados em, no mínimo, 12 créditos;</p> <p>b) valor de 100 passagens escolares de Porto Alegre para estudantes do campus Litoral Norte matriculados em, no mínimo, 12 créditos;</p> <p>c) metade do valor definido em (a) e metade do valor definido em (b) para os estudantes, respectivamente, dos campi de Porto Alegre e do campus Litoral Norte, matriculados em menos de 12 créditos;</p> <p>d) custeio, fornecido uma vez ao ano, do valor da inscrição no Passe-Livre Metropolitano para estudantes moradores da região metropolitana, exceto Porto Alegre, estudantes dos campi de Porto Alegre. O beneficiário PRAE é dispensado pela METROPLAN de apresentar nova documentação comprobatória da condição socioeconômica familiar para acesso ao benefício.</p>
---	--

Quadro 2. Programa de Assistência Estudantil da PRAE/UFRGS. CONTINUAÇÃO

Restaurante universitário (serviços)	Acesso aos restaurantes universitários nas seguintes modalidades: a) Refeições diárias - almoço e jantar -, de 2ª a 6ª feira, com isenção de custo para todos os estudantes beneficiários; b) Refeições diárias - almoço, jantar e café da manhã -, de 2ª a 6ª feira, com isenção de custo para estudantes beneficiários que são moradores das Casas de Estudante da UFRGS; c) Auxílio-alimentação final de semana no valor de R\$160,00 mensais para estudantes beneficiários que são moradores das Casas de Estudante da UFRGS e para os beneficiários do Auxílio-Moradia; d) Auxílio Extraordinário de R\$ 30,00 por dia, em forma de ressarcimento, caso ocorra interrupção dos RUs por razões técnicas ou de manutenção nos casos citados em edital
Auxílio-material de ensino (auxilio-financeiro)	É o repasse de auxílio financeiro semestral no valor de R\$ 180,00, para custear parte das despesas do estudante com material de consumo para as atividades de ensino, da seguinte forma: a) 100% do valor do auxílio para alunos matriculados em, no mínimo, 12 créditos; b) 50% do valor do auxílio para alunos matriculados em menos de 12 créditos.
Programa saúde (serviços e auxilio-financeiro)	Nas seguintes modalidades: a) Atendimento clínico individual e em grupos no Núcleo de Assistência Nutricional da Divisão de Alimentação, com agendamento pelo nan@prae.ufrgs.br ; b) Acolhimento em saúde mental, realizado por profissional de Psicologia da DSSPRAE, com agendamento pelo psicologiaprae@prae.ufrgs.br ou acompanhamentomoradia@ufrgs.br (exclusivo para estudantes com o benefício Moradia Estudantil, inclusive Auxílio-Moradia).
Auxílio-creche (auxilio-financeiro)	Auxílio-Creche: auxílio financeiro mensal para custear parte das despesas do estudante quando este for responsável legal por criança até a idade de 05 anos, 11 meses e 29 dias, no valor de R\$250,00 por dependente, vedado o acúmulo no caso de ambos os pais serem beneficiários.
Apoio pedagógico complementar (bolsa com contrapartida)	O deferimento de pelo menos um dos benefícios definidos de I a V habilita o estudante a se candidatar a quaisquer das modalidades de bolsas PRAE exclusivas para estudantes beneficiários, distribuídas conforme a disponibilidade de vagas do Programa de Bolsas PRAE, no cumprimento de 20 h em algum órgão da Universidade.

Quadro 2. Programa de Assistência Estudantil da PRAE/UFRGS. CONTINUAÇÃO

<p>Auxílio-material de ensino – odontologia</p> <p>(auxílio-financeiro)</p>	<p>É benefício concedido na modalidade de auxílio financeiro, de caráter pessoal e intransferível, para estudantes integrantes do Programa de Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e com vínculo ativo com o curso de graduação em Odontologia, destinado à compra de materiais para uso nas disciplinas com atividades práticas obrigatórias a serem cursadas no semestre vigente.</p> <p>a) Este auxílio financeiro destina-se exclusivamente para a compra de materiais odontológicos solicitados para uso nas disciplinas obrigatórias do curso de Odontologia.</p> <p>b) Somente serão concedidos valores correspondentes a itens padrão; não serão contemplados valores extras para confecção de itens que visam a atender especificações individuais.</p> <p>c) O valor solicitado pelo estudante poderá ser concedido de modo integral ou parcial, conforme a análise da solicitação e a disponibilidade de recursos no planejamento orçamentário da PRAE.</p> <p>d) Neste semestre, a disponibilidade orçamentária para o Auxílio Material de Ensino Odontologia é de, no máximo, R\$100.000,00 para atender a todos os solicitantes.</p>
<p>Auxílio-extraordinário</p> <p>(auxilio-financeiro)</p>	<p>Este edital dispõe sobre as normas para concessão de Auxílio Extraordinário ao estudante regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFRGS, com perfil condizente com o definido no Art.5º do Decreto nº 7234/2010 – PNAES e com alguma situação de vulnerabilidade extrema, grave ameaça ou risco que esteja interferindo na sua capacidade de participação nas atividades acadêmicas e que não tenha sido atendida pelos demais editais da PRAE em razão de fechamento dos prazos de inscrição.</p>
<p>Moradia estudantil: moradia temporária</p> <p>(auxilio-financeiro)</p>	<p>Este Edital dispõe sobre critérios e normas de seleção para concessão do benefício de Moradia Estudantil - modalidade Auxílio-Moradia, de caráter pessoal e intransferível, ao estudante regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFRGS de qualquer dos Campi, com perfil condizente com o definido no Art.5º do Decreto nº 7234/2010 – Plano Nacional de Assistência Estudantil e que não recebam auxílio de outras fontes para custeio de moradia ou hospedagem.</p> <p>1.2. O benefício de moradia estudantil será concedido na modalidade de Auxílio Moradia Temporário, no valor R\$ 450,00 mensais, com a finalidade de custear parte das despesas do estudante com moradia durante um ano: de abril de 2019 a abril de 2020.</p>

Quadro 2. Programa de Assistência Estudantil da PRAE/UFRGS. CONTINUAÇÃO

**Moradia estudantil:
Casa do Estudante
Universitário-CEU
(serviços)**

Este Edital dispõe sobre critérios e normas de seleção para concessão do benefício de Moradia Estudantil, de caráter pessoal e intransferível, ao estudante regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFRGS, exceto de curso sediado no Campus Litoral Norte, com perfil socioeconômico condizente com o definido no Art.5º do Decreto nº 7234/2010 – Plano Nacional de Assistência Estudantil e que não receba auxílio de outras fontes para custeio de moradia ou hospedagem.

a) Devido à especificidade do curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo em sua estruturação “Tempo Universidade-Tempo Comunidade” e a forma de custeio do “Tempo Universidade”, a finalidade do benefício de Moradia Estudantil não se aplica aos estudantes desse curso.

b) O benefício será concedido na modalidade vaga na Casa do Estudante Universitário-CEU, localizada na Av. João Pessoa, Nº 41, Bairro Centro, Porto Alegre/RS, telefone (51) 3308-3386.

c) A(o) estudante que se tornar mãe(pai) durante a vigência do uso de vaga na Casa do Estudante Universitário CEU poderá solicitar a conversão da vaga em auxílio-moradia pelo tempo máximo de vigência do benefício, sujeita à disponibilidade de recursos orçamentários.

Fonte: Sistematizado a partir de Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019 a; b; c; d; e; f; g; h; i; j)

O planejamento e a organização do programa de benefícios publicados nos editais são realizados pelo Departamento de Benefícios e Assistência Estudantil (DBA), que ainda é responsável pela coordenação dos projetos e ações de seleção, concessão e acompanhamento dos benefícios da assistência estudantil no âmbito da PRAE. Administrativamente, é o departamento responsável por articular o funcionamento dos processos de trabalho entre a CASSPP e a DIB e promover a articulação destas Divisões com os demais setores da PRAE. A execução das ações fica a cargo das equipes que trabalham nos departamentos: CASPP, Divisão de Moradia Estudantil (DME) e Divisão de Bolsas (DIB). No Quadro 3 é apresentada a finalidade de cada um dos referidos departamento.

Desde então vêm sendo identificadas uma série de questões e demandas que causavam inquietações no conjunto dos profissionais que atuavam e passaram a atuar com essa política. Novos projetos foram surgindo, como reestruturação do trabalho de atendimento e acompanhamento a estudantes, desenvolvimento de

pesquisas que envolveram a Assistência Estudantil, as Ações Afirmativas e estudos sobre a questão indígena. (registros pessoais, arquivos pessoais).

Quadro 3. Organização dos Departamentos de Benefícios e Assistência Estudantil

CASP	DME	DIB
Finalidade: Seleção da Moradia.	Finalidade: Execução da política de moradia.	Finalidade: Gestão do Programa de Bolsas da PRAE.
Ações: <ul style="list-style-type: none"> • Seleção e concessão dos benefícios e auxílios da Assistência Estudantil; • Acompanhamento dos estudantes beneficiários. • Suporte e orientação ao longo da graduação até a diplomação. 	Ações: <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação da moradia estudantil na UFRGS. • Gestão das três casas de estudante da universidade. • Planejamento e articulação com outros setores da universidade pela manutenção da infraestrutura e relação com os moradores para ingresso e permanência nas vagas. 	Ações: <ul style="list-style-type: none"> • Suporte quanto a oferta de vagas de Bolsa de Aperfeiçoamento e Informática. • Suporte quanto ao cumprimento da regulamentação desse Programa. • Gerenciamento da concessão de auxílios financeiros para os alunos participarem ou organizarem evento de caráter acadêmico, esportivo ou cultural.
Responsáveis: Assistentes Sociais Pedagogos Psicólogos	Responsáveis: Direção Secretaria Manutenção Núcleo de acompanhamento e Acolhimento ao Morador	Responsáveis: Direção Assistentes Administrativos

Fonte: Elaborado pela autora. Sistematizado de Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019)

A partir dessa perspectiva, o público da Universidade começa a modificar, sendo perceptível a presença, dentro da UFRGS, das desigualdades sociais entre os estudantes, apresentando situações com fortes elementos que contrapõem suas condições em manterem-se enquanto estudantes na Universidade, ou seja, as diferenças começam a ser evidenciadas.

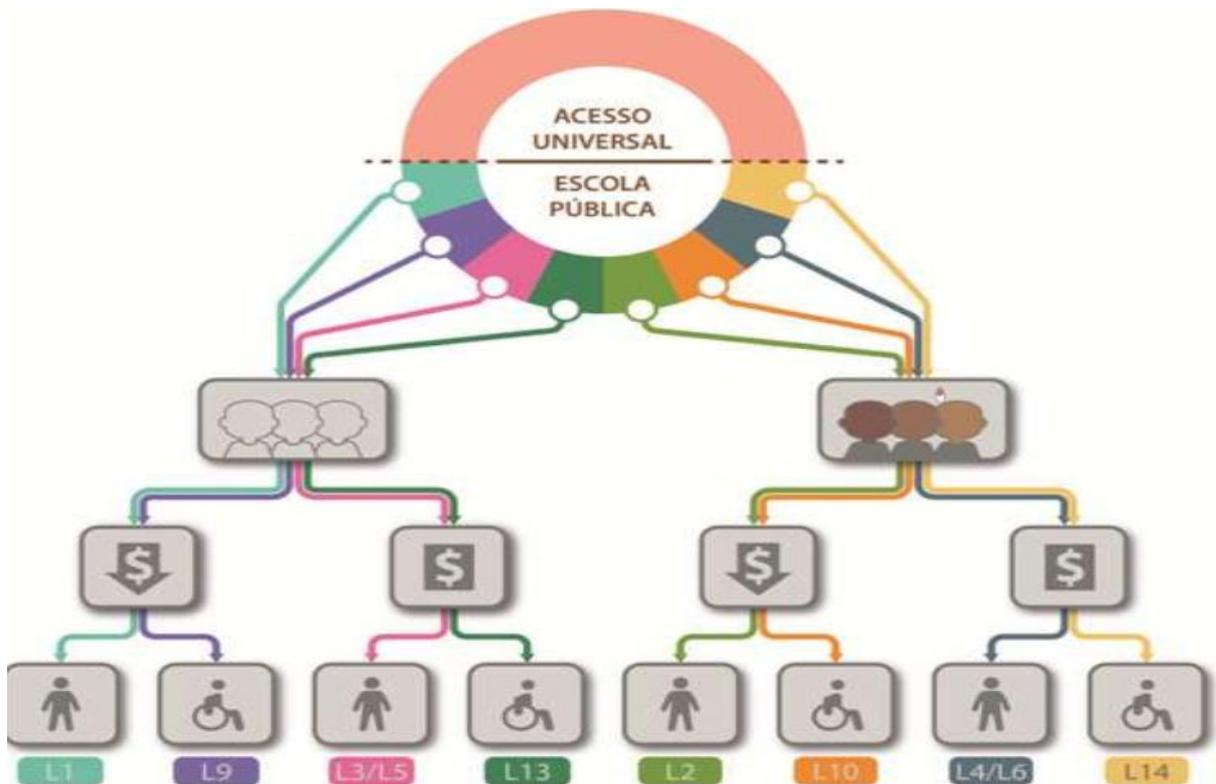
De acordo com o senso comum, há muito tempo, afirmava-se que o acesso à UFRGS, praticamente, era e/ou acabava sendo restrito ou privilégio a uma parcela de estudantes oriundos de escolas particulares. E, sim, historicamente este era o público que acessava a Universidade, devido aos elementos facilitadores para isso,

sem, no entanto, quaisquer distinção entre estudantes advindos de escolas públicas, visto o acesso único ser via concurso vestibular com vagas de acesso universal. Logo, com o advento das Ações Afirmativas, a Universidade contemplou alunos por meio destas, ampliando vagas e absorvendo tal demanda.

A partir de 2012, com a chamada Lei de Cotas, nº 12.711/12 (BRASIL, 2012), o ingresso nas Universidades Públicas Federais, significou novas alterações sociais neste processo. Os ingressos nos processos seletivos passam a ser divididos em duas opções no vestibular: o acesso universal destinado, a qualquer pessoa que apresente certificação de conclusão do ensino médio, e o acesso pela política de cotas, destinada a estudantes oriundos das escolas públicas.

Dentro da reserva de vaga para a escola pública, a Lei garante que metade dessas vagas sejam destinadas a estudantes autodeclarados negros, pretos, pardos ou indígenas. E que, ainda, dentro dessas categorias de ingresso, haja vagas reservadas com seleção do perfil socioeconômico - incluindo a análise de renda familiar de até um salário mínimo e meio per capita, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3. Distribuição das vagas de ingresso via vestibular na UFRG



Fonte: Assessoria de Comunicação UFRGS/2019.

A partir desse momento, a reserva de vagas passa oficialmente a uma política unificada em âmbito nacional de Ações Afirmativas, ou seja, conjunto de medidas especiais com objetivo de combater desigualdades históricas, com características de política compensatória das desigualdades.

Assim, podemos dizer que se tem como ação esperada e consequência dessas políticas, o aumento de estudantes com perfil de acesso ao programa de Assistência Estudantil da Universidade. Por sua vez, e desta forma dentro da política de assistência, ocorre o aumento da demanda por Moradia Estudantil a cada ano (BARRETO, 2014; SANTOS, 2018). Temos, portanto a necessidade de um novo pensar sobre esta política. Conforme publicado pelo Observatório da FONAPRACE:

Com programas, tais como o Enem/Sisu e a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) que permitiram mais mobilidade territorial e justiça social e étnico-racial. Levamos para dentro da graduação pessoas que inauguraram nas suas famílias a presença neste nível de ensino. São jovens que orgulham e enchem de esperanças milhões de familiares que enxergam pela primeira vez a oportunidade da ascensão social. São também estudantes que realizarão o papel social das universidades no seu tripé ensino-pesquisa-extensão, aprendendo e criando conhecimento, dialogando-o com a comunidade (FONAPRACE, 2016, p.7).

Este cenário representa um marco na Política de Educação Superior nas Universidades Públicas, pois garantem o acesso à Universidade Pública a estudantes historicamente deixados à margem desse processo. Ainda assim, estes estudantes enfrentam dificuldades para estudar, investir na sua educação e dependem da sua condição de trabalhador assalariado para arcar com os custos de estudar, pois raramente a família possui condições para proporcionar a continuidade de seus estudos.

Vivemos em um sistema capitalista e presenciamos tempos onde, apesar da nossa conjuntura social, político e econômica brasileira, em termos atuais de inserção no mercado de trabalho formal, o fato de possuir uma graduação parece não ser mais um diferencial, e, sim uma, exigência de um mercado de trabalho capitalista cada vez mais competitivo e desigual. Marilena Chauí (2003) aponta que:

[...] isso se torna também muito evidente quando se vê a discussão da segunda ideia, qual seja, a educação permanente ou continuada. Afirma-se que, diante de um mundo globalizado e em transformação constante, a educação permanente ou continuada é uma estratégia pedagógica indispensável, pois somente com ela é possível a adaptação às mudanças incessantes, se quiser manter-se ativo no mercado de trabalho (CHAUÍ 2003, p. 11).

Isto posto, acrescenta-se aqui a peculiaridade do momento onde geralmente, o jovem recém-formado no ensino médio vê-se em vias de escolher uma profissão, travando assim uma difícil tarefa entre a esfera de suas condições econômicas e a satisfação de suas necessidades básicas, fato que define um amplo e denso compromisso dessas políticas públicas e suas transformações necessárias. (SARRIERA, 1999; SILVA, 2016).

Apesar de não ser o foco deste estudo, faz-se necessária uma breve introdução sobre a influência do mundo do trabalho na vida acadêmica do estudante, pois a necessidade e uso dos programas de Assistência Estudantil e Moradia Estudantil são diretamente influenciados pela categoria trabalho/estudante trabalhador. Por isso o assunto não será aprofundado nesta dissertação.

Para o jovem de famílias que dependem do trabalho assalariado, onde estudar não acarreta um ganho imediato de salário, esta atividade é mais um dos inúmeros desafios a serem enfrentados pela idade de transição para a vida adulta. Entrar no mundo acadêmico, preparar-se para estudar em um ritmo peculiar da graduação exige acesso a alguns recursos específicos, à informação, recursos digitais, conhecimentos destes e, por vezes, domínio de língua estrangeira; e junto a tudo isso uma rede de apoio e estímulos de sonhos que proporcionem suporte para a elaboração de seus projetos de vida.

Esta situação se expressa de modo significativo à realidade individual destes estudantes e suas famílias de origem, assim como destacado por Vargas e Paula (2013):

Nessa direção, estudo do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes (Nunes; Martignoni; Carvalho, 2003) revelava que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que “não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito”. São pessoas que vivem em situações adversas tais como não possuir geladeira e fogão no domicílio, e possuem rendimento domiciliar mensal inferior a dois salários mínimos. Esse percentual representa 2,1 milhões de potenciais estudantes que, para serem incluídos no sistema de educação superior dependerão - mais do que da gratuidade - de bolsas de estudo, de trabalho, de monitoria, de extensão, de pesquisa, de restaurantes universitários subsidiados, de moradia estudantil, ou de outras formas que, combinadas a essas, tornem viável a sua permanência no campus. Além disso, sabe-se que o índice de desemprego é alto entre os jovens, dificultando a obtenção de renda para fazer frente às despesas com educação. E quando os jovens estão no mercado, a maioria ganha menos de 2 salários mínimos e trabalha mais de 40 horas por semana, uma combinação que em nada favorece a busca por maior escolaridade (VARGAS; PAULA, 2013, p. 17).

Em consideração a esses pressupostos, os autores acima nos remetem aos grandes desafios impostos ao nosso sistema público de educação, onde sua (ainda, e lamentável) grande maioria das escolas não consegue tratar o tema “acesso ou ingresso no ensino superior”. Essa discussão raramente está inserida nas grades curriculares durante a formação do jovem, desde o ensino fundamental básico ao médio. Quando ela ocorre, acontece geralmente no ensino médio, mais precisamente no último ano de escola. Nessa ocasião, emergem e surgem muitas dúvidas e os estudantes vivenciam as muitas contradições a respeito de trabalhar e estudar. Sobre essa realidade e o papel da Universidade Pública, Chauí (2003) afirma que:

A universidade pública tem que se comprometer com a mudança no ensino fundamental e no ensino médio público. A baixa qualidade do ensino público nos graus fundamental e médio tem encaminhado os filhos das classes mais ricas para as escolas privadas e, com o preparo que ali recebem, são eles que irão concorrer em melhores condições às universidades públicas, cujo nível e cuja qualidade são superiores aos das universidades privadas. Dessa maneira, a educação superior pública tem sido conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública. Portanto, somente a reforma da escola pública de ensino fundamental e médio pode assegurar a qualidade e a democratização da universidade pública. A universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus do ensino público (CHAUI, 2003, p. 13)

Estudar é, sem dúvidas, um importante passo e investimento no futuro. Porém para o público que atendemos e de que trata a lei de reserva de vagas, conforme ilustra o parágrafo acima, considerando a necessidade de “trabalhar para ajudar em casa” ou ser a “pessoa que trabalha lá em casa”, geram desafios e até obstáculos que dificultam a dedicação, mesmo parcial ou exclusiva, à vida acadêmica. Incurrendo portanto, em uma das grandes dificuldades envolvidas nesse contexto: a continuidade de sua formação, ou seja, o investimento na educação permanente. Essa realidade é reconhecida, tanto que a ampliação de ensino em cursos noturno foi uma das prerrogativas do REUNI, para atendimento ao público que vive do trabalho e tem disponibilidade para frequentar cursos noturnos.

Como Assistentes Sociais inseridos na Política de Educação, na UFRGS, deparamos-nos cotidianamente com jovens adultos, ingressantes no ensino superior, oriundos de escolas públicas, com situações pessoais e familiares diversas

e de vulnerabilidades sociais bastante significativas que influenciam diretamente em suas decisões pelos cursos. Também, a continuidade ou não de seus estudos e/ou outras formações, esbarram em condições, como por exemplo, a dificuldade de horários, que vem ao encontro do que Souza (2014) destaca em sua dissertação:

Apesar dos esforços para inclusão de estudantes trabalhadores na educação superior, esta continua sendo elitista e excludente, na medida em que o setor privado continua sendo a porta de entrada mais concreta para o acesso ao nível superior pelo estudante-trabalhador, tendo em vista que no setor público, as possibilidades de acesso a cursos de período integral e mais concorridos, como os da área da Saúde, por exemplo, ainda é restrito (SOUZA, 2014, p.17).

É consenso que a Educação Superior Pública no Brasil é reconhecida pela sua qualidade e excelência acadêmica, sendo respeitada por órgãos nacionais e internacionais de avaliação acadêmica, com notas altas nos rankings de avaliação do ensino superior. No entanto, ao mesmo tempo em que ser pública é sinal de qualidade no ensino superior, o inverso é real, atual e contraditório. O que infelizmente ainda é realidade no ensino superior público: a classe social que historicamente ocupa as vagas em universidades públicas é declaradamente contra cotas para negros e oriundos de ensino público nas universidades públicas.

Com a justificativa de que estão dessa forma, defendendo igualdade de oportunidades com o discurso de que “todos são iguais, igualmente capazes” e “não precisamos de cotas”, sem considerar as desigualdades sociais geradas pelo nosso sistema capitalista. Não aprofundaremos esse debate sobre cotas e ações afirmativas, mas algumas colegas de trabalho desenvolveram suas dissertações e teses sobre este assunto recentemente. Marilena Chauí (2003) afirma que:

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço (CHAUÍ, 2003, p.11)

A prática profissional cotidiana junto aos acadêmicos, na realidade, reflete as contradições e a realidade desses e os vieses desse discurso. A mesma autora ainda refere que:

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUI, 2003, p.1).

O discurso de quem é contra ações afirmativas ocorre, teoricamente, na defesa pública em nome de um bem comum, patrimônio de todos os cidadãos, sob o falso pretexto de igualdade de oportunidades. Na realidade com esse discurso igualitário defendem a restrição do acesso a uma classe social historicamente marginalizada.

A autora fortalece a característica de instituição social da Universidade e sua autonomia intelectual, que a relação com a comunidade, sociedade e Estado poderá ser uma conflituosa, substanciando as diferenças internas entre os que são favoráveis e os que são contrários “à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas” (CHAUI, 2003, p.6).

Estamos tratando de uma política compensatória, que visa proporcionar a igualdade de acesso a partir do nível de ensino recebido no percurso escolar. Os usuários – alunos do sistema público de educação, infelizmente, encontram-se à mercê de uma Educação Básica Pública em uma Política Pública Brasileira, dada como sucateada. Este tema – o papel da universidade no cenário atual - é tratado com maestria por autores como Boaventura de Souza Santos (2011) e Marilena Chauí (2003). Os autores afirmam como uma das condições da mudança nesses aspectos:

Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada. Romper, portanto, com o modelo proposto pelo Banco Mundial e implantado no Brasil com a pretensão de resolver os problemas da educação superior por meio da privatização das

universidades públicas ou pelos incentivos financeiros dados a grupos privados para criar estabelecimentos de ensino superior, que provocou não só o desprestígio das universidades públicas (porque boa parte dos recursos estatais foram dirigidos às empresas universitárias) como a queda do nível do ensino superior (cuja avaliação era feita por organismos ligados às próprias empresas) (CHAUI, 2003, p.12).

Nesse conflito, a democratização e a ampliação do acesso ao ensino público não são suficientes para a superação das desigualdades sociais. Como vimos, após o acesso à Universidade os estudantes ainda encontram obstáculos no sentido de necessidades materiais e concretas; sendo assim, ainda são necessárias ações que contribuam para a manutenção – chamada ações de permanência - e que possibilitem a conclusão da graduação. E é nessa direção que o PNAES atua, disponibilizando diretrizes para as ações institucionais se consolidarem em políticas sociais que garantam, além do Acesso, a Permanência e Conclusão dos cursos de graduação. De acordo com a publicação do FONAPRACE:

Isso tudo é a Graduação nas IFES hoje, a prosperidade em potência, certificando o acerto às escolhas de algumas políticas e prometendo vencer velhos gargalos. Todavia, promessas e potências expõem da mesma forma a dimensão do atual desafio. Estudantes que ingressaram, agora querem ficar, querem permanecer e querem concluir seus cursos. Toda a dinâmica e todo o mecanismo das desigualdades sociais que graça fora das IFEs, também opera em seu interior, dificultando a manutenção de vínculo ou diminuindo oportunidades (FONAPRACE, 2014, p. 7).

Ainda assim, para o acesso ao ensino superior público, as dificuldades são inúmeras. No entanto, essa população, especialmente aqueles que se veem mais excluídos desse discurso de igualdade, na prática, quando acadêmicos, muitas vezes têm de optar entre o gasto com sua locomoção e o seu sustento, e suas escolhas implicarão, por consequência, no decorrer do curso acadêmico (FONAPRACE, 2014).

Portanto, podemos afirmar que, como uma importante ação da Assistência Estudantil, a Moradia Estudantil possui um papel fundamental para que esses esforços das políticas sociais do governo sejam concretizados na formação do estudante. Visto que a distribuição das universidades públicas ainda é centralizada, as formas de ingresso até agora caracterizam-se como um dos obstáculos, e a oferta de cursos por região ou dificuldades na seleção destes, além do mais, são motivos importantes considerados, que constituem as decisões dos estudantes.

2.3 MORADIA ESTUDANTIL NO BRASIL: LEVANTAMENTO E-SIC

Consideramos também que o levantamento realizado de moradias ofertadas no Brasil pelas IFES e a revisão do marco legal – a partir de 2007, acerca do tema dessa dissertação foram fundamentais neste processo metodológico.

Para ilustrar a realidade da Moradia Estudantil no contexto das Universidades Federais, realizamos, para essa pesquisa de mestrado, um levantamento solicitando informações via E-SIC⁵ a todas as Universidades Federais. Seguimos o registro das IFES cadastradas no FONAPRACE. No total, foram consultadas 66 IFES, selecionadas de acordo com as IFES relacionadas no site Andifes⁶, com acesso em 09/10/18 e 10/10/18. Realizamos cinco perguntas, conforme listadas no Quadro 4.

Quadro 4. Levantamento E-SIC

<ol style="list-style-type: none"> 1. A universidade possui política de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL REGULAMENTADA (além da execução do PNAES, nesse caso, entende-se por regulamentação uma política interna da universidade que regule a Assistência Estudantil dentro da universidade). Caso sim, DESDE QUE ANO? Em qual lugar pode ser acessada essa regulamentação? 2. Os estudantes participam formalmente da construção da política e ações da Assistência Estudantil da universidade? 3. A universidade possui programa de Moradia Estudantil/Casa do Estudante? Caso sim, desde que ano? Em qual lugar pode ser acessada essa regulamentação? Quanto tempo podem usufruir/utilizar a moradia estudantil? 4. A universidade possui programa de Auxílio Moradia? Caso sim, DESDE QUE ANO? EM qual lugar pode ser acessada essa regulamentação? 5. Qual o site para encontrar essas informações?

Fonte: Elaborado pela autora.

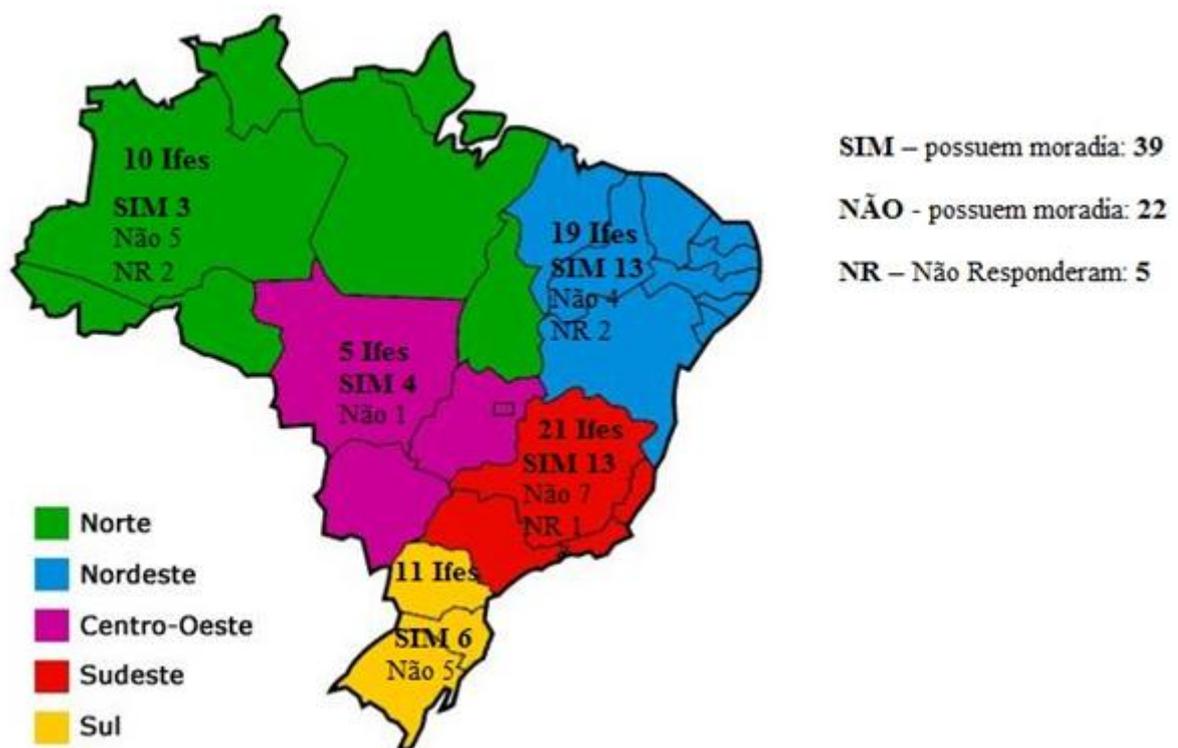
Das 66 IFES consultadas, 64 universidades responderam, apenas duas não se manifestaram até dezembro de 2018. Temos, então um levantamento da situação

⁵ O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

⁶ Site de acesso: <http://www.andifes.org.br/>

contexto da regulamentação e desenvolvimento da Política de Moradia Estudantil no País. Os dados obtidos, com base nas respostas do portal E-SIC, foram registrados em uma tabela para controle e, com base nesta, foi construído o mapa para ilustrar visualmente, por regiões, a situação das Moradias Estudantis Federais, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4. Mapa da Moradia Estudantil no Brasil – 66 IFES



Fonte: Elaborado pela autora.

O mapa acima nos remete à situação atual de Moradias Estudantis do País separadas por regiões. No total, temos 39 universidades que oferecem Moradia Estudantil e 22 que ainda não possuem. Na região Sul, à qual pertence a UFRGS, seis das dez Universidades Federais possuem Moradia Estudantil.

Não foi possível contabilizar os outros dados levantados, pois, apesar de interessantes e relevantes para o tema da Assistência Estudantil, nem todas responderam ou, ainda, consideram participação estudantil ou regulamentação de forma bastante diferentes. Mesmo não sendo o foco deste projeto, os dados foram

armazenados pela pesquisadora e estão disponíveis, caso seja do interesse de outro pesquisador ou para considerações futuras.

Em algumas instituições onde esse recurso da moradia não é ofertado existe a modalidade de Auxílio Moradia – a Universidade repassa um valor ao estudante para auxiliar nos gastos com a moradia, que variam desde aluguéis de quartos, divisão de aluguel com outros estudantes, aluguel individual, entre outros. (arquivos e registros pessoais).

O impacto do Auxílio Moradia precisa ser discutido: pois as Moradias Estudantis não geram custo ao estudante. Tampouco é necessário se preocupar com a sua manutenção financeira em termos de moradia, tais como luz, água, condomínio, acesso à internet e outros, inerentes a custos fixos de uma residência. Já quando o estudante é responsável por encontrar um lugar para morar, além dessas preocupações, depara-se com outras: possíveis cortes decorrentes da descontinuidade do repasse de verbas, condicionalidades do acesso a este chamado “benefício” que podem acarretar em cortes imediatos do repasse do auxílio.

Além da insegurança, outras questões são importantes: o valor deste auxílio raramente é compatível com o valor de um local adequado à moradia. Os familiares e estudantes não possuem conhecidos ou rede de apoio em Porto Alegre. Sem orientação ou informações, no anseio de encontrarem logo um local para morar, tornam-se reféns do mercado mobiliário em Porto Alegre, que exige fiadores, contratos extensos e multas onerosas e dispendiosas a essas famílias.

Importante considerar também sobre esse aspecto da estrutura da Moradia Estudantil da UFRGS, conforme será exposto no item 2.4 deste capítulo, e sobre as suas diferenças. Elas são diferentes na estrutura e na sua forma de gestão (BARRETO, 2014). Apesar de suprir uma necessidade imediata, a UFRGS está recentemente criando uma política, diferenciando um público que prefere receber o Auxílio Moradia no aspecto financeiro. De acordo com a PRAE/UFRGS, 2018:

Até então a opção era sempre pela vaga física na CEU e, enquanto a vaga não era disponibilizada, o estudante recebia o auxílio em pecúnia. Esta mudança deve-se a uma percepção de que há um grande número de estudantes que prefere o Auxílio Moradia em pecúnia do que assumir a vaga física na CEU. A intenção da PRAE, é fazer com que sejam selecionados para a CEU estudantes com perfil para a moradia estudantil (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 9).

Estudos no aspecto desse auxílio devem envolver os estudantes e levar em conta a realidade da Universidade, pois os auxílios financeiros dependem do repasse de verba, e, havendo atrasos, as despesas, juros e encargos ficam a cargo dos estudantes; e aspectos relacionados a infra-estrutura e manutenção das casas demoram um pouco mais a serem afetadas.

2.4 MORADIA ESTUDANTIL DA UFRGS

A UFRGS possui três casas de estudantes: Casa do Estudante Universitário (CEU); Casa do Estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária (CEFAV) e Casa do Estudante da UFRGS (CEUFRGS). O edital para acesso a CEU é administrado pela PRAE, e as outras duas possuem editais estabelecidos pelos moradores. Os processos de seleção específicos são estabelecidos em editais. A CEU é exclusiva para alunos de graduação; além disso, a seleção é realizada pelos profissionais da UFRGS. Dentro desta linha há também o Auxílio Moradia, no valor de R\$ 450,00. (site PRAE/UFRGS). No Quadro 5 é apresentada as casas de estudantes, formas de ingresso e suas formas de gestão.

Quadro 5. As casas do Estudante da UFRGS

CEU UFRGS	CEUFRGS	CEFAV
Localização: Campus Central	Localização: Campus Saúde	Localização: Campus Agronomia/Vale
Vagas: 396	Vagas: 42	Vagas: 105
Ingresso: seleção socioeconômica pelos profissionais PRAE	Ingresso: seleção socioeconômica realizada pelos estudantes	Ingresso: seleção socioeconômica realizada pelos estudantes
Gestão: Gestão PRAE	Gestão: Autogestão (compartilhada com os estudantes)	Gestão: Autogestão (compartilhada com os estudantes)
Permanência na casa: tempo do curso + 50%	Permanência na casa: tempo do curso + 50%	Permanência na casa: tempo do curso + 50%

Fonte: Sistematizado pela autora. (2019)

2.4.1 As Casas de Estudante da UFRGS – Breve Histórico

Contar a história da Moradia Estudantil na UFRGS, é um desafio, considerando os poucos registros e documentação sobre a constituição delas e ainda as poucas produções que sobre ela versam. Em Porto Alegre, em 2004, a UFRGS e a primeira Casa do Estudante de Porto Alegre completaram 70 anos de fundação. Para comemoração destes aniversários, a UFRGS lançou o Livro “As Casas de Estudante da UFRGS”, neste mesmo ano, onde conta e resgata um pouco da história da constituição das três Casas de Estudante da UFRGS.

É com base nesse livro, organizado pelo responsável pela SAE - Secretaria de Assuntos Estudantis da época, Ângelo Ronaldo Pereira da Silva, que destacamos abaixo os principais aspectos históricos do surgimento das Moradias Estudantis da UFRGS relacionados ao tema dessa pesquisa, de forma condensada.

A demanda por ampliação de espaços universitários e luta por moradia já estavam presentes antes da década de 1930. No meio institucional houveram, inclusive, discussões e projetos (não concretizados) de construção de uma Cidade Universitária, pensando em toda estrutura que a Comunidade Acadêmica pudesse necessitar, além da questão de moradia ou residências universitárias. De acordo com Silva (2004), no livro “As casas de Estudantes da UFRGS”, parte dessas ideias foram colocadas em práticas, outras não.

Ao longo dos anos, a UFRGS construiu os prédios da Casa do Estudante Universitário – campus Centro - e das Faculdades de Agronomia e Veterinária – campus Agronomia. Posteriormente a cedeu para os estudantes o prédio da Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – campus Saúde, todas abertas e atendendo o público da UFRGS atualmente (SILVA, 2004).

A primeira moradia na UFRGS surgiu em forma de internato. Destinada aos estudantes da Escola de Engenharia que fariam o Curso de Capatazes Rurais, no intuito de que estes estudantes, “filhos de lavradores ou agricultores pobres ou de cidadãos”, tivessem acesso, além do ensino gratuito, à moradia na forma de internato. Mesmo sendo em Porto Alegre, já considerando o deslocamento precário da época, essa iniciativa se fazia necessária pela localização do Campus longe do Centro de Porto Alegre. Residências para funcionários e professores do internato também foram construídas nas proximidades (SILVA 2004, p. 20).

O Movimento Estudantil sempre esteve vinculado à história de constituição e ampliação das Moradias Estudantis pelo País. Em Porto Alegre, foi o protagonista na criação da primeira Casa do Estudante da UFRGS. Assim, com muita dificuldade, luta, solicitando auxílios à comunidade e instituições que algumas casas de estudante foram sendo constituídas (SILVA, 2004).

Na década de 1930, os estudantes da Faculdade de Direito realizaram uma campanha pela construção de uma “casa do estudante pobre”, que foi inaugurada em 1934. Aberta apenas para os estudantes do sexo masculino que precisassem de moradia e não tivessem recursos para frequentar o ensino superior em Porto Alegre. Com essa campanha, o centro dos Estudantes de Direito organizou, em 1933, uma caravana pelo interior do Estado. Tinham a finalidade de arrecadar fundos para a construção de uma Casa do Estudante, apresentando uma peça de teatro denominada “Revista ou... Coisa Parecida: Segundo a Revista do Globo”, tendo a peça teatral “notável êxito e era representada, exclusivamente por acadêmicos de Direito” (SILVA, 2004, p. 34).

Tendo obtido bons resultados, no ano seguinte organizaram novamente uma segunda caravana com a peça “Revista e... Mais Alguma Coisa”, a qual também teve sucesso. Enquanto a caravana percorria cidades do interior, o Centro dos Estudantes de Direito organizava festas na Capital com intuito de complementar e angariar verbas, também para Casa do Estudante (SILVA, 2004).

Em agosto de 1934 foi inaugurada a Casa do Estudante com capacidade para quarenta estudantes. Além disso, é importante destacar que apenas um professor – Francisco Rodolpho Simch - contribuiu financeiramente para a Casa inicialmente “fornecendo-lhe parte de seus rendimentos”. Porém, pouco depois este professor veio a falecer. Em 1935, em Assembleia Geral, os estudantes de Direito decidiram entregar todo o patrimônio da Casa do Estudante para a Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA) (SILVA, 2004, p. 35).

Em 1938, a estrutura física desse prédio foi demolida pela prefeitura. Os moradores foram alocados no Pavilhão Paraná, porém com estruturas precárias. O movimento por moradia é retomado pela FEUPA após 1940, resultando na locação de um novo prédio no centro, em 1942. Em 1944, a casa muda-se para o Edifício Almeida, na Rua Riachuelo (SILVA, 2004).

Este prédio foi doado ao governo do Estado por Israel Almeida e Maria Antônia Cora de Almeida, em 1945, com algumas condições. A utilização do prédio

tinha como finalidade expressa servir como Casa do Estudante e propiciar acesso ao ensino superior a “universitários pobres”. Devendo estar à disposição e pertencer sempre à Casa do Estudante. Em 1954, com verbas da UFRGS e dos governos Federal, Estadual e Municipal foi executada a ampliação do prédio estendendo de 80 para 112 vagas (SILVA, 2004).

A prefeitura declarou a Casa do Estudante do Rio Grande do Sul entidade de utilidade pública pela Lei nº 585/1951. O Governo do Estado toma esta medida em 1959 e, em 1962 o Governo Federal também, reconhecendo a moradia como entidade de Utilidade Pública Federal (SILVA, 2004).

A Casa do Estudante mudou de nome em 1962, quando passou a se chamar Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA), em homenagem ao filho⁷ do casal que doou o prédio nome que mantém até hoje. Com o passar dos anos, os auxílios para manutenção desta pela UFRGS foram reduzindo até romper-se o vínculo com a Universidade. Principalmente após 1971, quando a UFRGS inaugura a CEU – Casa do Estudante Universitário, localizada na Av. João Pessoa (SILVA, 2004).

2.4.2 A Casa Do Estudante Universitário (CEU): Campus Centro

A UFRGS tinha intenção e vontade de construir um prédio que atendesse a Casa do Estudante para 500 estudantes e um Restaurante Universitário no mesmo prédio. A procura era por terrenos nas proximidades do Campus Central. Em 1959, as obras foram iniciadas na Av. João Pessoa, na área destinada à construção da Casa. O prédio foi parcialmente inaugurado com a conclusão e atendimento apenas do RU do Centro, na década de 60 (SILVA, 2004).

A inauguração e conclusão da CEU levaram alguns anos desde o início da obra, tendo em vista que a Universidade enfrentou cortes de verbas durante o período. Em 1968, o então presidente do DCE manifestou-se quanto ao atraso da obra no Jornal a Folha da Tarde. Referiu que apesar de estar quase concluída, não

⁷ O filho do casal Israel de Almeida e Maria Antonia Cora de Almeida, esteve envolvido no movimento para construção da Casa do Estudante. A doação do prédio foi uma forma de homenagear a memória do filho. Aparício, advogado recém-formado, foi assassinado em 1934 violentamente com um tiro na cabeça (SILVA, 2004, p. 38).

tinha esperanças de ver inaugurada a Casa do Estudante. Além disso, passaram-se mais três anos até a conclusão da obra, em 1971 (SILVA, 2004).

Desde a sua inauguração, a CEU está localizada no Campus Central, compõe a estrutura da Universidade e “era a única que consistia em um órgão da Universidade, não sendo dada aos seus moradores a autonomia administrativa” (SILVA, 2004, p. 77). Quanto ao Regimento interno dessa época: em vigor desde 1971, define que cada andar teria um representante a ser eleito pelos moradores do respectivo andar, e a representação seria válida por um ano. Sendo de sua competência, entre outras, manter e providenciar a “ordem e disciplina” nos seus andares. No regimento também consta a formatação da sua administração. A CEU será dirigida por um Conselho Administrativo e um Administrador:

O Conselho Administrativo será composto de 7 (sete) titulares: 3 (três) designados pelo Reitor, dentre os membros dos corpos docente, técnico e administrativo da Universidade; o Administrador, membro nato; e 3(três) moradores da CEU, dos quais um será o Diretor do Pavimento dos Cursos de Pós-Graduação e 2(dois) Diretores de Pavimentos dos Cursos de Graduação, escolhidos pelos moradores dos respectivos andares (SILVA, 2004, p.78).

Segundo o autor, a organização e constituição deste Conselho garantia que decisões atendessem ao interesse da Administração da Reitoria. Os relatos dos moradores da época afirmam que as condições materiais e de infraestrutura da Casa eram ótimos, mas não havia atenção para questões como autonomia, moradia mista e integração entre moradores (SILVA, 2004, p.78).

Em 1975, as reivindicações e movimento dos estudantes na CEU são retomados com maior intensidade. Um jornal interno foi criado para comunicação entre os moradores, tendo apenas uma edição. Em 1978, uma nova tentativa denominada o Jornal “O Cortiço” tem algumas publicações. Foi uma época marcada por ativas reivindicações dos estudantes, ocupação do RU e manifestações públicas, sendo geralmente repreendida pela Brigada Militar, inclusive dentro da moradia (SILVA, 2004).

A abertura para moradia mista era uma discussão presente. A entrada de mulheres era expressamente proibida. Assim como na CEFV, em 1980 a CEU também discutiu em Assembleia Geral o ingresso feminino e decidiram pelo seu livre acesso. Após essa decisão houve um corte, por parte da Reitoria, de quarenta bolsas dos moradores. Como resposta, o movimento de estudantes se organizou,

mobilizando a comunidade acadêmica por meio de cartazes e panfletos, chamando para doze dias depois essa retaliação, o que denominaram de uma “invasão feminina na CEU” (SILVA, 2004, p. 86).

Porém, um dia antes dessa mobilização, a Reitoria publica um documento que autoriza a entrada (visitas) feminina na CEU. Mesmo assim, no dia seguinte, a mobilização foi mantida. Deste modo, um grande ato marcou o início da livre entrada de mulheres na Casa. Mas, como moradia universitária, apenas em 1982 se tornou mista.

[...] iniciaram a invasão feminina à Casa, no talvez mais memorável evento já ocorrido nas Casas de Estudante porto-alegrenses. Faixas foram estendidas nas sacadas e janelas da Casa e uma chuva de papel picado desceu sobre aqueles que aplaudiam ou que de alguma forma tinham contribuído para a existência daquele momento. Durante alguns momentos os policiais da Brigada Militar formou um cordão no canteiro central da Avenida João Pessoa, enquanto eram vaiados pelos estudantes que estavam nas sacadas (SILVA, 2004, p. 86).

Atualmente a CEU tem capacidade para acolher até 396 moradores. A seleção é semestral, realizada pela PRAE. Os critérios de seleção são divulgados via edital semestral, através do site⁸ institucional.

- *Localização:* Avenida João Pessoa, no centro de Porto Alegre, edifício de 9 andares, 204 dormitórios, divididos em 6 andares e 9 banheiros de uso compartilhado . Os quartos são duplos, havendo por andar 1/ou 2 quartos individuais, e a ocupação destes é por sorteio entre os moradores residentes na CEU, que moram há mais de um ano. Há um andar designado apenas para alojamento temporário, em forma de dormitório coletivo.
- *Estrutura:* prédio com 9 andares, 1 andar administrativo, portaria 24 h, Restaurante Universitário no Térreo, Gestão e seleção realizados pela PRAE.
- *Dificuldades encontradas no site:* na pagina da PRAE destinada a moradores atuais, não tem regimento na pagina, não há informações sobre histórico da casa.
- *Facilidades encontradas no site:* editais de seleção, atualizam a pagina da UFRGS quanto às notícias de seleção, localizada no campus centro, tem equipe administrativa.

⁸ Ver em: www.ufrgs.br/editais

2.4.3 Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEUFRGS): Campus Saúde

A história da CEUFRGS começa em 1950 com o plano de Organização da Escola de Enfermagem de Porto Alegre. Este plano previa residência para as alunas em regime de internato. Fundada então a Residência das Alunas da Escola de Enfermagem, em imóvel inicialmente alugado para essa finalidade, a moradia feminina foi, posteriormente, alocada no Campus Saúde, onde está localizada atualmente (SILVA, 2004).

Ainda nesta época Porto Alegre tinha duas casas para estudantes, uma masculina CEU e outra feminina – a de estudantes de Enfermagem. Em 1954, no intuito de acolher as demais estudantes que vinham do interior, três estudantes da UFRGS (Dirce Caputo, Henriqueta Morais e Cecy Schmitz) se reuniram. Começaram um movimento em prol da criação de uma Casa de Estudante que atendesse as demais estudantes do público feminino, de outros cursos, que não tivessem condições de manter-se em Porto Alegre durante seus estudos. E, posteriormente, as vestibulandas do interior do Estado puderam acessar a hospedagem da moradia (SILVA, 2004).

Em 1956 foi fundada a CEURGS, ainda sem sede definida⁹. Sua primeira sede foi na Rua Riachuelo, em imóvel alugado. A residência foi inscrita como Sociedade Civil em agosto de 1956. A UFRGS auxiliava nesta época com bolsas (auxílios financeiros) para as moradoras, ou alguma dívida ou manutenção. Porém dívidas com aluguel geraram ação de despejo em 1965. Resistiram com orientação jurídica por um ano e, em 1966, veio a primeira mudança de endereço (SILVA, 2004).

Na sua segunda sede, em 1974, o proprietário do imóvel solicitou sua , e a Universidade cedeu o prédio da atual sede, na Rua São Manoel. Segundo Silva (2004), registros constam que em 1977 foi inaugurada a nova e definitiva sede, passando a abrigar de 29, 42 moradoras. A Casa, então, foi incorporada pela Universidade, passando a denominar-se CEUFRGS. Assim, começou a ser de responsabilidade da UFRGS sua manutenção, destinação de verba mensal para alimentação das moradoras e outras necessidades (SILVA, 2004).

⁹ A sua diretoria eleita: Maria Rosalina Fim e Gladys Campos (estudantes de Odontologia) ; Dulci Caputo e Eloá Dias (estudantes de Medicina) e Nina Rosa Wilner (estudante de Filosofia) (SILVA, 2004, p. 48).

Após a inauguração da CEUFRGS começam os movimentos para permissão de uma moradia mista no Rio Grande do Sul. As moradias, CEU e CEFAV, foram pioneiras na autorização para moradia mista, em 1982; nestes casos, abrindo para o público feminino. No entanto, para a CEUFRGS a abertura seria inversa- para o público masculino (SILVA, 2004).

Diferente das outras casas, a resistência aqui também vinha, por parte das moradoras, muito em função da origem da Casa, dos costumes e educação e de como eram vistos os direitos dos homens e mulheres da época. O autor refere que a mudança foi lenta e gradual. Em março de 1988, após muitas discussões sobre o assunto nas assembleias, a Casa conta com o apoio das outras Casas e da UNE e a CEUFRGS passa a ser mista. Começa, então, a ser chamada de Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SILVA, 2004).

O último regimento interno da CEUFRGS encontrado é datado de 28/08/2008. No edital da CEUFRGS – 2019/2, consta a seguinte informação:

A CEUFRGS é uma das três casas de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Moradoras e moradores possuem autonomia para o planejamento, tomada de decisões e construção de medidas que beneficiem as pessoas que residam neste espaço como casa de estudante; dentre outras competências que caracterizam uma autogestão. Para que isso ocorra, moradoras e moradores precisam participar ativamente da organização da CEUFRGS, que é dividida em seis departamentos (Limpeza, Manutenção, Informática, Cultural, Seleção, Coordenação). Ainda, as casas de estudante, incluindo a própria CEUFRGS, estão inseridas num contexto maior, que é o Movimento de Casas de Estudantes (MCE). O MCE tem representação pela Secretaria Nacional das Casas de Estudantes (SENCE), e luta permanentemente pela continuidade e melhorias dos programas de Assistência Estudantil, bem como pelos direitos de inclusão, acessibilidade e permanência estudantil. Assim, ao acessar a moradia estudantil, moradoras e moradores precisam se comprometer em contribuir para que estes espaços de acesso e permanência se perpetuem (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 1).

A casa tem capacidade para atendimento de 42 estudantes. A seleção é semestral, realizada pelos próprios moradores por meio de uma comissão. Os critérios de seleção são divulgados via edital semestral no site¹⁰ institucional.

- *Dificuldades encontradas no site:* não há regimento na página, apenas os editais de seleção, não há informações sobre histórico da casa.

¹⁰ Ver em: <http://www.ufrgs.br/ceufrgs>.

- *Facilidades do site:* O edital informa ao candidato que há outras duas casas de estudantes na UFRGS com seleção próprias e informa os contatos. O edital é claro quanto ao processo de seleção.

2.4.4 Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária (CEFAV): Campus Agronomia/Vale

Em 1954, a UFRGS inicia a construção de uma sede social na Faculdade de Agronomia e Veterinária. Essa obra foi concluída em 1957. Porém, ainda havia demanda não atendida relacionada às questões de moradia pertinente aos estudantes destes cursos, pois estes ocupavam até então as antigas instalações do extinto internato. Tendo em vista essa situação, parte desse novo prédio da sede social foi ocupado pelos estudantes (SILVA, 2004).

Dessa ocupação resultou a iniciativa da Reitoria de construir um prédio, ainda em 1957, neste mesmo local. Essa obra foi concluída e inaugurada em 1960, inicialmente chamada de Centro Residencial de Agronomia e Veterinária, também conhecido como Núcleo Residencial. Nos primeiros anos da residência havia uma vinculação ao Centro Acadêmico da Faculdade de Agronomia e Veterinária. A presidência da residência era nomeada pelo presidente do Centro Acadêmico (SILVA, 2004).

Em 1968 ocorreu a separação administrativa do Centro Acadêmico, quando a administração do Restaurante Universitário passou a ser responsabilidade da Casa do Estudante. Sendo assim ficou “sob a administração direta da CEFAV o Núcleo Residencial, o restaurante, o bar e o Salão”. Em 1971 os estudantes propuseram um novo regimento, dessa vez, elaborado por eles. O novo regimento interno foi aprovado, após algumas negociações. Nele já constava o novo nome da Casa: Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária (SILVA, 2004, p. 63).

Em 1978, a moradia mista na CEFAV foi aprovada pelos estudantes em Assembleia Geral, porém com resistência da administração da Universidade. Quando a Casa admitiu sua primeira moradora, a administração da UFRGS ameaçava intervenção institucional e punição dos responsáveis pela direção da moradia. Tendo em vista essa discordância e tensão entre administração e CEFAV,

em uma nova Assembleia Geral Extraordinária de Estudantes, em 1979, a decisão pela moradia mista foi legitimada. Porém, a Reitoria seguiu com a determinação de não ser mista a moradia e manteve a proibição (SILVA, 2004).

Em 1980, as mulheres passaram a ocupar a CEU, mesmo sem permissão da administração da Universidade. A autorização para receber estudantes moradores do sexo feminino ocorreu apenas em 1982, para CEFAV e CEU. Em 1982, o Restaurante Universitário passou, desde então, até os dias de hoje, a ser administrado pela Gestão da Universidade, após uma denúncia anônima de irregularidades na administração do Restaurante Universitário da Agronomia, que vinha sendo feita pela CEFAV (SILVA, 2004).

Desde 1981 a CEFAV solicitava a Reitoria da Universidade providências para reforma elétrica do prédio. Em 1983, a história da CEFAV é marcada por um triste incidente causado por um curto-circuito, provocando um grande incêndio que interditou 50% do prédio. Por este motivo, os moradores ficaram desalojados ou instalados de forma precária, pela perda de seus pertences, nos outros 50% da casa, por tempo prolongado. No final deste ano os moradores fizeram um manifesto em frente a Reitoria reivindicando a reconstrução urgente da moradia (SILVA, 2004).

Seguindo a tensão entre a Administração da UFRGS e a CEFAV, a Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária (PRUNI), pedia a desocupação do prédio para reconstrução. Os estudantes não aceitavam, por temerem o fechamento definitivo da moradia. Com o movimento, luta e resistência dos estudantes, a reforma e obra da CEFAV foram iniciadas. Em 1985, as novas instalações ficaram prontas para serem ocupadas. As benfeitorias e melhores condições para permanência sempre foram bandeiras de luta do movimento estudantil (SILVA, 2004).

Da mesma forma que a CEUFRGS, a CEFAV é um órgão da Universidade dotado de autonomia administrativa. A gestão da moradia é compartilhada com os estudantes. Sua manutenção provém da Universidade, caracterizando o regime de autogestão. Conforme o Regimento Interno, “a Assembleia Geral é soberana” e a administração é formada por um Conselho Administrativo no mínimo cinco membros, sendo que “existem alguns departamentos do qual se ocupam os moradores da Casa, garantindo a sua manutenção” (SILVA, 2004, p. 73).

A CEFAV hoje tem capacidade para acolher até 105 moradores. A seleção é semestral, realizada por uma Comissão de estudantes da Casa. Os critérios de seleção são divulgados via edital semestral no site¹¹ institucional.

- *Dificuldades encontradas no site:* não encontrado editais do ano nem antigos, apenas os resultados.
- *Facilidades encontradas no site:* regimento na página, editais de seleção, atualizam a pagina da UFRGS quanto às notícias de seleção, atualizam página no Facebook, há informações sobre histórico da casa.

2.4.5 A Moradia Estudantil da UFRGS hoje

Podemos afirmar que, como uma importante ação da Assistência Estudantil a Moradia Estudantil possui um papel fundamental para que esses esforços das políticas sociais do governo sejam concretizados na formação do estudante, pois a distribuição das Universidades Públicas ainda é centralizada, formas de ingresso ainda caracterizam-se como um dos obstáculos e a oferta de cursos por região ou dificuldades na seleção destes ainda são considerados motivos importantes que constituem as decisões dos estudantes (FONAPRACE, 2014).

É neste contexto que a Moradia Estudantil está inserida, haja vista ser ela uma necessidade/demanda histórica dos estudantes dada a centralização dos grandes centros educacionais, principalmente universitários em locais de regiões metropolitanas. Essa ainda é uma realidade a ser superada ou reduzida, apesar das medidas governamentais já citadas nessa dissertação e fazer parte do REUNI a proposta de expansão e interiorização do Ensino Superior público e tecnológico (FONAPRACE, 2014).

Em Porto Alegre, temos registros de criação de Casas Estudantis desde 1931, e a realidade econômica, social e cultural da sociedade, em geral, sofreu significativas mudanças desde então (SILVA, 2004).

Segundo a pesquisa realizada pelo Observatório do FONAPRACE, em 2014:

¹¹ Ver em: <http://www.ufrgs.br/cefav/selecao.php>

Por outro lado, 407.097 (43,33%) graduandos informaram que moravam em outra cidade antes de ingressarem na Universidade. Analisando esse grupo, pode-se perceber que 80,6% informaram que o principal motivo para a mudança foi a própria Universidade. O mesmo pode ser observado em nível regional, uma vez que em todas as regiões a Universidade foi apontada como o principal motivo pela maioria dos estudantes que mudaram de cidade. Na região Centro-Oeste esse percentual é de 67,52%; no Nordeste, 81,02%; no Norte, 66,85%; no Sudeste, 87,46%; e no Sul, 81,81%. (FONAPRACE, 2014, p. 47).

Nesses casos, e para que o estudante prossiga com os estudos, o fato de morar perto da universidade, a Moradia Estudantil torna-se chave/parte essencial do processo de acesso e inclusão ao Ensino Superior, sendo algumas vezes, inclusive, determinante para sua permanência, ou seja: se houver onde morar e ficar, poderá continuar e permanecer nos seus estudos.

Caso contrário, terá que retornar para a cidade de origem/familiares/comunidade para apenas trabalhar visando seu sustento, pois não tem condições de manter-se apenas estudando; além de, muitas vezes, enfrentar dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ocasionando a sua dependência de familiares, que por sua vez, a maioria com a mesma dificuldade social e econômica (VARGAS; PAULA, 2013; FONAPRACE, 2014).

Sobre a situação vivenciada por esses estudantes, suas famílias, suas peculiaridades e demandas apresentadas à assistência estudantil, é importante diferenciar, no âmbito da assistência e das relações humanas, o conceito de necessidade que transita por diferentes campos de abrangência conceitual, considerando a demanda por moradia uma realidade.

Costa e Oliveira (2018) consideram adequado o uso do termo Moradia Estudantil, pois juridicamente,

Os termos 'residências' e 'casas' indicam um outro tipo de realidade. Moradia indica um imóvel em que há um vínculo de caráter provisório com os seus moradores; é um conceito mais adequado para denotar uma morada de finalidade específica e temporária, como é o caso das moradias estudantis, diferentemente do termo residência (que indica um animus de permanência do indivíduo em um imóvel, muito embora possa se ausentar periodicamente, mas a regra é a permanência, ao contrário das moradias, em que a regra pode ser vista como a temporariedade) e do termo casas (que pode representar até um domicílio, que é o vínculo mais permanente possível de um indivíduo com um móvel, entendendo-se qualquer domicílio como bem de família, tamanha é o animus de permanência) (COSTA; OLIVEIRA, 2018, p.1).

Portanto a necessidade apresentada pelo estudante de moradia ou auxílio para a obtenção do direito à Moradia Estudantil não pode ser confundida como opção por morar sob essa condição. Segundo Maranhão (2016), é preciso considerar que a necessidade de morar e a moradia são espaços orientados

[...] pelas necessidades sociais e culturais da integração homem-casa, que corresponde a vida privada, conforto, intimidade, os trabalhos e rotinas domésticas, significados e valores, desenvolvidos em um espaço físico que se transforma com a evolução da família e da sociedade (MARANHÃO, 2016, p. 37).

Pereira (2002), em seu livro “As necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais”, no capítulo II, destaca que muito atualmente se discute na tentativa de definir conceituar o que seriam necessidades sociais básicas, tendo em vista uma recente garantia dos direitos sociais e reconhecimento das políticas públicas como direitos de cidadania estabelecidos por legislação específica. Refere que é frequente que as necessidades sociais sejam consideradas como:

[...] falta ou privação de algo (tangível ou inatingível); preferência por determinado bem ou serviço em relação a outro ou a outros[...]; demanda, como procura por satisfação econômica, social ou psicológica de alguma carência. Há ainda, quem confunda necessidade com motivação, expectativa ou esperança de obter algo de que se julga merecedor, por direito ou promessa (PEREIRA, 2002, p.39-40).

Apesar disso, sabemos que muitas pessoas estabelecem moradias em espaços e locais precários sem as mínimas condições básicas de infraestrutura nos locais construídos e na relação com o ambiente que interagem, podendo gerar insatisfações. Uma casa é habitável quando possui espaço suficiente para seu morador, como também todos os utensílios que forem necessários para que a pessoa desenvolva as suas atividades cotidianas (GOETTEMS, 2012).

Sobre a satisfação com este espaço, é importante ressaltar “que o grau de satisfação é definido de acordo com as normas culturais e familiares de cada indivíduo”. Para obtenção da satisfação das necessidades de moradia, dessa forma, o indivíduo interage com este espaço transformando-o do “em um local receptivo, buscando a harmonia das pessoas, e que estas encontrem sua identidade individual e coletiva” (MARANHÃO, 2016, p. 38).

Os dados publicados pelo FONAPRACE apontam para a reflexão sobre o desafio das IFES e sobre o déficit de Moradia Estudantil. Consideram os dados a

partir das necessidades dos estudantes, com o perfil atendimento, conforme critério do PNAES, e que fazem seu deslocamento com mais de 50 km entre a moradia e a Universidade, considerando estes já potenciais moradores.

Levando-se em conta ainda o total de estudantes com este perfil de renda que mora a menos de 50km, mas que se mudaram de municípios localizados a mais de 50km para cursar a universidade, e que já gastam parte de sua remuneração ou auxílio moradia com aluguel em repúblicas, pensionatos etc., este número é ainda maior. De qualquer forma, em posse apenas dessas informações parciais, pode-se afirmar que existe um grande déficit de moradia estudantil nas IFES, o que nos permite concluir que a política de investimento em construção de unidades habitacionais para os estudantes de mais baixa renda seria uma forma de contribuir para a permanência estudantil e a melhoria da qualidade da vida acadêmica nas universidades públicas brasileiras (FONAPRACE, 2019, p.85).

Partimos então do entendimento de que a moradia é um direito básico do cidadão, garantido por lei. Um dado empírico que parece fundamental na análise da realidade socioeconômica destes estudantes é o fato de que a questão e a demanda por moradia estudantil ocorrem e/ou aparecem quando os jovens apresentam necessidade ou desejo de se desvincular por alguns motivos de suas famílias – sejam eles apenas por distância geográfica da universidade, condições sociais e materiais ou outras situações específicas, as quais podem envolver a família de origem ou a falta dela (BARRETO, 2014; FONAPRACE, 2014).

Em consonância com o PNAES, é função da Universidade garantir o acesso, permanência e conclusão. Dessa forma, temos um público a ser atendido que irá acessar a Universidade, vai estudar longe de casa e precisa encontrar um lugar para morar. Entre as opções, estão as Moradias Estudantis, inicialmente construídas para atrair alunos de outras localidades e hoje, após o acesso à Universidade, para garantir a permanência ao ensino superior dos estudantes que, além de serem de outras cidades, não possuem condições de arcar com custos de deslocamento ou aluguéis. Hoje, a maioria das Moradias Estudantis possui um público pré-definido: para acessar, é preciso comprovar o perfil socioeconômico (BARRETO, 2014).

Pretendemos explorar a demanda por Moradia Estudantil a partir das relações estabelecidas em torno da Política de Assistência Estudantil – da UFRGS, cuja finalidade é a de ampliar o acesso e as condições de permanência dos jovens na Educação Superior Pública Federal. A Moradia Estudantil é um espaço de diversidade de pessoas convivendo coletivamente, vivências diversas e um espaço rico de complemento à formação acadêmica, tendo em vista que, além do espaço de

moradia, ela contribui para que o estudante usufrua da Universidade em todas as suas atividades, não apenas aquelas formais, previstas nos currículos de graduação. Mas é preciso pensar na estrutura para isso (GARRIDO, 2012; GOETTEMS, 2012).

No que se refere à infraestrutura da Moradia Estudantil oferecida e mantida pela UFRGS, atualmente, possui três casas do estudante com cerca de 572 vagas subsidiadas para moradores e oferece mais 330 auxílios moradias para os estudantes na fila de espera por vaga na CEU (relatório PRAE 2018,p.9-10) demanda que vem aumentando desde 2008, reflexo das políticas citadas neste trabalho. Segundo dados do V perfil do FONAPRACE (2019, p. 74), “Nota-se maior tendência de estudantes do Sudeste de viver em república e a menor tendência de viver na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] e de outros familiares”.

Nas três casas de estudantes universitários mantidas pela UFRGS – CEU UFRGS / CEUFRGS / CEFVAV – é necessário, para o seu acesso, ser estudante e apresentar documentação para avaliação socioeconômica, com critérios, tendo em vista a renda familiar de até 1,5 salários mínimos *per capita*, conforme legislação vigente, citadas anteriormente.

Sobre o perfil dos moradores, podemos afirmar que houve uma mudança no perfil dos ocupantes e até então moradores das casas nos anos anteriores a 2008. Desde 2008, a demanda por Moradia Estudantil e o público que a ocupa vem sendo modificada. A realidade de origem do grupo familiar dos estudantes e suas diversas circunstâncias de vida, devido ao impacto gerado pelas ações afirmativas governamentais já referidas aqui; as diferenças, entre o público que historicamente utilizava as casas do estudante e o novo perfil de estudantes (SILVA, 2004; BARRETO, 2014; FONAPRACE, 2019), geram uma série de demandas para atendimento e desafios nas intervenções da UFRGS/PRAE e da equipe técnica da PRAE, composta por uma equipe multidisciplinar.

É, pois, urgente conhecer e aprofundar estudos sobre a Moradia Estudantil, estudos das relações dos estudantes com a Política de Assistência Estudantil na Universidade e a convivência nas casas, e, assim, contribuir com dados para atualização da regulamentação da desta política e ser uma opção de referências para subsidiar as ações e planejamento das intervenções da UFRGS e equipes de trabalho (FONAPRACE, 2014; SANTOS, 2018).

Apesar dos esforços do Governo Federal em ampliar vagas no ensino superior com a criação de programas para este fim, evidentemente há questões

sobre as quais devemos refletir. É possível manter-se com as mesmas condições físicas nas Universidades Públicas e Institutos Federais de ensino regionalizados e descentralizados, que atendam a demanda da população que vive em regiões não centrais? Observa-se que, na prática, não se constata uma contínua reformulação nesse contexto de atendimento da demanda por moradia estudantil na capital – Porto Alegre/RS, que por sua vez não reduz nem não reduziu, pelo contrário, acarretando em desafios a serem contemplados por projetos diante da demanda que se apresenta, conforme dados a seguir.

A Moradia Estudantil já era um programa consolidado na Universidade há muitos anos e talvez por isso que não houve grandes alterações neste programa em termos de infraestrutura. A estrutura das casas e números nas vagas não acompanhou a demanda por moradia estudantil, que desde 2009, vem aumentando sua lista de espera. A alternativa encontrada pela Universidade foi a criação e o aumento progressivo do Auxílio Moradia, tendo em vista a demanda de moradia pelos estudantes.

O Auxílio Moradia foi criado em 2009. Inicialmente nasceu para atender a demanda de uma seleção de um edital em 2009, onde o resultado teve muitos recursos de estudantes questionando o indeferimento por falta de vaga. Nesta modalidade os estudantes recebem Auxílio Financeiro destinado a custear parte das despesas com moradia do estudante.

Nos editais para Moradia Estudantil posteriores, passou a integrar os editais, de forma a atender os estudantes selecionados, para o recebimento do benefício Moradia Estudantil, não contemplados com o benefício CEU, sempre com seleção pela equipe da PRAE.

Em 2018 há uma alteração na seleção da moradia CEU: os Editais da Moradia Estudantil passaram a ofertar ao estudante, no momento da seleção, a opção da vaga física na moradia estudantil ou o recebimento do Auxílio Moradia temporário, por 12 meses, podendo ser renovado a cada edital, mediante nova concorrência (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2018).

A grande mudança está em que até então o estudante não podia optar. A seleção realizada era apenas para vagas na CEU e o Auxílio Moradia era disponibilizado enquanto não houvesse vaga física na casa. Quando a vaga surgisse o estudante automaticamente migrava do Auxílio-Moradia para vaga na CEU. Segundo a PRAE

Esta mudança deve-se a uma percepção de que há um grande número de estudantes que prefere o Auxílio Moradia em pecúnia do que assumir a vaga física na CEU. A intenção da PRAE, é fazer com que sejam selecionados para a CEU estudantes com perfil para a moradia estudantil (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 9)

Neste relatório, a gestão da PRAE destaca também que dirige seus esforços, em 2018, em um acompanhamento e controle maior dos registros de entrada e saída e do desenvolvimento de ações do Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento na Moradia Estudantil (AAME), com vistas a finalizar a lista de espera dos estudantes selecionados nos editais anteriores de Moradia Estudantil. Essas ações resultam, assim, na divulgação de editais com vagas, o que já não acontecia há algum tempo devido a lista de espera por vaga do edital anterior à seleção.

Existem tensões políticas na relação entre a gestão da Universidade e os movimentos estudantis em geral e das casas. Temos um déficit de registros que sistematizem a história das Casas do Estudante, sua regulamentação interna e organização administrativa destes registros dentro na Universidade. Sobre o regimento e normas que regulam internamente o Programa de Moradia Estudantil da UFRGS: há muitos anos é o mesmo. Não há alterações significativas mantendo-se o número de vagas pelo menos desde 2004 (SILVA, 2004). A Tabela 2, publicada no relatório da PRAE em 2018, apresenta o número de vagas nas casas de estudantes da universidade.

Tabela 2. Número de Vagas nas Casas de Estudante – 2014-2018

Nº de Vagas nas três Casas de Estudante UFRGS		
Casa	Apto.	Aloj.
CEU	396	20
CEUFRGS	42	4
CEFAV	105	6
Total	542	30

Fonte: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/DME, 2017.

Como exemplo dessa tensão, temos a reforma da CEUFRGS. De acordo com o relatório da PRAE, houve um projeto para atender a demanda dos estudantes por uma reforma geral da CEUFRGS- campus Saúde. O projeto previa reforma do

telhado, fachada e espaços internos, adaptações para receber moradores PNE e atendimento de alterações decorrentes do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) aprovado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 9).

Houve um esforço por parte da administração que destinou recursos para esta obra para que ela fosse executada em 2018. Para que a obra fosse realizada, a PRAE ofertou auxílio-moradia para os estudantes no período de sua execução. Porém o movimento dos estudantes optou pela não desocupação da casa. A solicitação era que a reforma fosse feita com a permanência dos estudantes na residência, o que não foi possível por motivos técnicos. Dessa forma a CEU/FRGS teve apenas o telhado e parte elétrica reformados.

Sobre os regimentos da moradia também é necessário considerar suas particularidades, conforme a forma de gestão de cada moradia. Sobre o regimento da CEU: Internamente não há consenso sobre a versão mais atual e nem registros sistematizados sobre o histórico dessas alterações, estando de posse de ex-moradores, moradores antigos e servidores. Nos documentos atuais que se referem a esse regimento não há registro de data, e, nas buscas internas, encontramos uma proposta de alteração do regimento antigo, datada no ano de 1994; porém, não temos nada concreto sobre essas alterações. Contudo, em 2019 a PRAE lançou uma Instrução Normativa nº 03/2019, aprovada em 30/05/2019, Ata nº 43, que regulamenta o Benefício da Moradia Estudantil, modalidade vaga física na CEU (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019m).

Esta instrução normativa é um importante instrumento, pois atualiza minimamente algumas questões em debate há algum tempo pelos estudantes e profissionais, tais como a garantia do auxílio-moradia para estudantes com filhos, por exemplo. Assim, oficialmente a PRAE posiciona-se sobre o assunto polêmico, considerando que a CEU não é local adequado para moradia de crianças.

As outras duas moradias da PRAE são organizadas por gestão compartilhada entre os estudantes e a Universidade, conforme previsão em seus regimentos internos. O Regimento Interno da CEUFRGS – Campus Saúde, foi datado de 20/08/2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2008). O Regimento da CEFVAV - Campus Agronomia – sem registro de data¹². Na

¹² Acesso em: http://www.ufrgs.br/cefav/Regimento_Interno_CEFVAV.pdf

prática, a manutenção e os orçamentos são definidos pela Universidade e o cotidiano da moradia é gerido por comissões eleitas em Assembleias Gerais de moradores, responsáveis pelo diálogo com a PRAE no que se refere à demanda das casas.

Sobre a Moradia Estudantil, então, pode-se dizer que se trata de um programa muito importante e complexo devido às particularidades que envolvem esse programa e suas relações (BARRETO, 2014; FONAPRACE, 2014). A Moradia Estudantil concentra no mesmo espaço uma diversidade de estudantes (GARRIDO, 2012) e, conseqüentemente, por isso é possível afirmar, com base na prática e experiência profissional nessa área, que lá podemos encontrar as múltiplas expressões da questão social, objeto de trabalho e intervenção do Assistente Social. Ainda sobre essa prática profissional no recorte do Serviço Social atual em debate, tem-se que:

[...] o assistente social lida com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar, da vida dos sujeitos singulares que atendem, as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando- -a em fóruns e espaços coletivos (IAMAMOTO, 2017, p. 30).

No intuito de desvendar o objeto e tema dessa pesquisa sobre a Moradia Estudantil, considerando a complexidade do universo da pesquisa, adotamos o Paradigma Ecológico-Contextual (SARRIERA, 2017; KELLY *et al.*, 2018) e seu olhar sobre o contexto comunitário como referencial teórico que irá orientar nossa forma de olhar e analisar a Moradia estudantil. Conforme explicitado no capítulo a seguir.

3 BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA

Realizamos uma investigação de cunho qualitativo, delineada por uma pesquisa bibliográfica e outra documental, do tipo exploratória (GIL, 2016). A pesquisa bibliográfica foi fundamental para encontrarmos apoio na literatura produzida sobre a moradia estudantil, sua história e aspectos para constituir um panorama nacional sobre este tema e os principais aspectos abordados e estudados sobre este tema atualmente, tendo em vista que a maioria dos estudos encontrados ressalta a pouca produção neste assunto. A análise documental possibilitou levantar e conhecer a história das Casas de Estudante da UFRGS e verificar como esta trata a questão da moradia estudantil dentro da universidade.

3.1 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: O PARADIGMA ECOLÓGICO-CONTEXTUAL

Parte-se do pressuposto que, em uma pesquisa, não basta apenas escolher os instrumentos, recursos e procedimentos relacionados com o processo da investigação. É importante compreender o método, para além da técnica, a sua relação com a filosofia, epistemologia e metodologia, compreendendo as teorias de base, fazendo a aplicação e, mesmo, ressignificando o método (ou os métodos) conforme as especificidades do objeto da pesquisa. As teorias, portanto, são compreendidas como versões do mundo, perspectivas a partir das quais o mundo é percebido, sem um julgamento de certo ou errado, mas preliminares e relativas, conduzindo a um aprimoramento do referencial teórico e do processo de pesquisa empírica em relação ao objeto de pesquisa (FLICK, 2009).

Diante disso, para compreensão do nosso objeto de estudo e desenvolvimento da pesquisa nosso referencial teórico estará fundamentado no Paradigma Ecológico-Contextual. Porém considerando a origem e vertente do materialismo histórico-dialético que orienta a profissão do Assistente Social, este estará presente nas discussões, pois entendemos não há como dissociar essa base teórica dessa pesquisa, visto a origem formação em Serviço Social da pesquisadora. Entendemos que os múltiplos pensamentos e teorias contemporâneos não são

desenvolvidas de forma isoladas, mas podem ser enriquecidas respectivamente. Elas não se fundem num sistema único, mas partem da totalidade da realidade descoberta, considerando suas particularidades e princípios gerais (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005).

Consideramos a escolha desta teoria como pertinente ao tema uma vez que realizaremos a pesquisa sobre moradia estudantil – onde os estudantes moradores das casas, que estão vinculados a esta instituição de ensino, nela desenvolvem seus estudos além de muitos(quase) todos aspectos da sua vida, pois nela vivem, estudam e moram. Neste sentido Sarriera e Saforcada (2017), sobre a relevância e importância das teorias afirma que:

Cada teoria tem se construído mediante o conhecimento produzido a partir de determinadas práticas e em determinados contextos. Uma teoria terá mais consistência e força explicativa dentro do campo no qual foi validada. Assim existem boas teorias para explicar os processos de aprendizagem, a clínica psicológica, o contexto social, educacional, laboral e da saúde (SARRIERA; SAFORCADA, 2017, p. 28).

Dessa forma, para fundamentar a compreensão da estrutura da moradia estudantil e dos seus aspectos, encontramos no Paradigma Ecológico possibilidades “de uma visão mais holística da realidade, com um instrumental de análise mais próximo do contexto psicossocial no qual estão imersas pessoas e comunidades” (SARRIERA, SAFORCADA, 2017, p. 30).

O paradigma ecológico reconhece a responsabilidade do observador para eleger um referencial e sua justificativa para tal escolha. Requer também que os observadores sejam flexíveis na seleção de metodologias alternativas ou complementares quando realizam sua pesquisa em diferentes condições ambientais, o que se mostra apropriada para caracterização dos principais traços específicos de um espaço comunitário (KELLY *et al.*, 2018).

A viabilidade de utilizar este enfoque teórico por ser uma teoria conhecida e difundida na psicologia comunitária. A aplicabilidade se dá pela semelhança em alguns aspectos e objetivos de prática comunitária com o Serviço social: ambos visam a transformação social, são profissões interventivas e que inseridas em contextos sociais, lidam portanto com as expressões da Questão Social, objeto de trabalho do Serviço Social.

A articulação de um trabalho intersetorial e a prática interdisciplinar impõem desafios que vêm sendo enfrentados arduamente e diariamente, nos espaços profissionais. Estes entraves são impostos tanto pelo macrosistema - por posições políticas e forças conservadoras, sendo essas, manifestadas e atingindo diretamente os demais sistemas – exossistema e mesossistema, desde a gestão até por trabalhadores que fazem a administração dos recursos e intervenção direta e atendimento dos estudantes - microsistemas.

Fazendo um breve resgate histórico sobre a constituição do mundo do trabalho e os conceitos sobre a interdisciplinaridade, Potyara Pereira (2014) refere que esta tem sido uma nova lógica de gestão sendo uma estratégia política de articulação, sendo uma ação dialética e complexa. A ação intersetorial e de rede é vista como possibilidade de avanços no acesso ao sistema de garantia dos direitos, tornando factível uma rede de proteção apta e ágil para intervenção nas situações de risco. A intersetorialidade é aplicada como articulação de saberes e experiências desde o planejamento, implementação e avaliação das políticas, tem como objetivo dessa articulação obter melhores níveis do desenvolvimento social, ações conjuntas. (BIDARRA, 2009; PEREIRA, 2014).

A realidade social é constituída de aspectos multidimensionais e ações isoladas não podem esgotar a complexidade dessa realidade. A intersetorialidade ainda é um desafio e é um trabalho a ser construído na forma de ações e intervenções nas políticas. Desafios ainda enfrentados pelas disputas e relações de poder no debate e cenário político e sob a escassez de investimentos e recursos. Neste trabalho, a intervenção deve ser no sentido de compartilhar responsabilidades e organização das atribuições necessárias a essas práticas onde é imprescindível o compromisso dos atores sociais envolvidos (GATTÁS; FUREGATO, 2006; PEREIRA, 2014).

Neste sentido, ainda temos a interdisciplinaridade: um recurso – uma nova maneira de aprofundar análises e intervenção. Ações não verticalizadas das especificidades entre as áreas. Pereira (2014) ressalta que na:

[...] relação dialética é inconcebível a existência de saberes absolutos desvinculados de um movimento de um conjunto que os condiciona, assim como é inconcebível a existência de um conjunto ou do universal que não esteja inscrito no particular (PEREIRA, 2014, p.35).

A separação é feita por necessidades de aprofundamento temático, para conhecimento da realidade. É um processo vivo, dinâmico e conflituoso, porém necessário para defesa do interesse público. Observa-se, conforme esses autores, que existem diversas leituras sobre os conceitos de interdisciplinaridade e intersetorialidade, muitas possibilidades, mas uma direção – o trabalho deve ser feito em conjunto, as áreas e políticas sociais devem atuar de forma integrada.

Então consideramos necessário a articulação com teorias que possuam afinidade com o projeto ético-político do Serviço Social e desenvolver projetos e produções científicas nas áreas comuns nas ciências humanas e sociais, tendo em vista a sua inserção nas políticas públicas e sociais. Importante destacar que o Serviço Social:

É uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que utiliza um instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da "questão social", isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO, 2017, p. 1)

Dessa forma sua inserção profissional se dá nas diversas políticas públicas e sociais, em instituições governamentais ou não governamentais, estando habilitado para prestar atendimento em diversas áreas: educação, assistência social, segurança pública, previdência social, saúde, habitação, infância, justiça entre outras. Sua intervenção e postura ética está pautada em valores e princípios fundamentais de cidadania, defesa da democracia, equidade e justiça social. Sempre na perspectiva da defesa do acesso aos direitos da população, mobilização social. Destaca-se ainda a “intervenção nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços” (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO, 2017, p. 1)

Ainda no Código de Ética Profissional do Assistente Social, um dos princípios fundamentais: “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores” (BRASIL, 1993). Na Psicologia Social Comunitária também há o caráter político, prática em parceria com outras profissões e o compromisso social com:

[...] a mudança social por melhores condições de vida, a participação dos cidadãos, a elaboração de políticas públicas que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais e a busca de melhores condições de saúde, trabalho e moradias dignas para todos. [...] transformação crítica [...] dando ênfase a aplicação dos avanços da ciência a serviço da mudança social e da melhoria da qualidade de vida (SARRIERA; SAFORCADA, 2017, p. 30).

Netto (2001) contextualiza historicamente, quando a pobreza deixa de ser chamada assim e passa a ser vista como Questão Social e reforça a ordem do nascimento da questão social, o que traz fundamentos para compreender a razão dessa resistência a chamada democratização do ensino superior:

[...] mais precisamente: o cuidado com as manifestações da 'questão social' é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da 'questão social' sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar (NETTO, 2001, p. 44).

A política de ensino superior no Brasil funciona sob a ótica do sistema capitalista, e o ensino superior público não é diferente. Tradicionalmente os ocupantes de vagas nessas universidades públicas, contraditoriamente é proveniente de uma classe que repudia o uso do ensino público fundamental e médio, pela larga diferença de aplicação e investimentos financeiros da ordem pública (Estado), no entanto, essa mesma classe luta e com afinco, para o ingressar em universidades públicas por reconhecerem sua qualidade.

Dessa forma temos aqui uma clara contradição e luta de classes a partir do momento em que estudantes de origem do ensino público tenham garantido seu direito de acesso a universidades por meio da chamada lei de cotas. Há de se reconhecer a origem dessas desigualdades e segundo Netto:

A questão social, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver exclusivamente, com sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2001, p. 46).

Como se a “pobreza” e a condição econômica de um estudante influenciasse na sua capacidade de aprendizado. Na verdade ela desafia a Universidade no

sentido de atualizar suas práticas de ensino e exige o acolhimento deste estudante, a partir do momento em que a Universidade, agora, oficialmente se depara com as consequências da precarização da política de educação básica e média.

Portanto sabemos que intervir na realidade e fazer o desvelamento e enfrentamento das raízes das expressões da questão social não é uma tarefa fácil, ao contrario, é uma tarefa complexa que nos exige considerar o todo que envolve o todo de cada situação que se apresenta e que abrange todas as esferas da vida do sujeito: pessoal, econômica, política, social, ambiental, religiosa entre outras. Isso faz com que o paradigma ecológico se coloque como uma alternativa:

[...] para além das abordagens clássicas, buscando junto à postura da crítica marxista, a análise e compreensão do espaço social como um todo interligado em suas partes, por mais diversas que estas possam parecer, ou seja, um pesquisador social, um profissional com uma visão de mundo ecológica que carregue o entendimento de uma sociedade complexa e integrada em sua sociodiversidade (BORTOLETO; TRUGILHO; VIGNA, 2007, p. 346).

É por meio do Paradigma Ecológico, segundo Kelly *et al.* (2018), que a possibilidade de observar os indivíduos em seus ambientes originários, entende como indissociável a separação: da definição dos problemas, dos métodos de investigação, dos valores subjacentes e o trabalho ou posição do interventor social, pelo que a investigação comunitária é uma intervenção no fluxo contínuo da vida comunitária. Além disso entende que o comportamento humano não é linear tendo múltiplos fatores que interferem na sua vida (ORNELAS, 1997, p.377).

A abordagem nesta pesquisa seguirá então na perspectiva ecológico-contextual onde o indivíduo – estudante morador – será compreendida a partir do contexto onde está inserido – a moradia estudantil da UFRGS. Consideramos que o mesmo ambiente ou a mesma experiência podem ter efeitos muitos diferentes nas pessoas. Entendendo-se que:

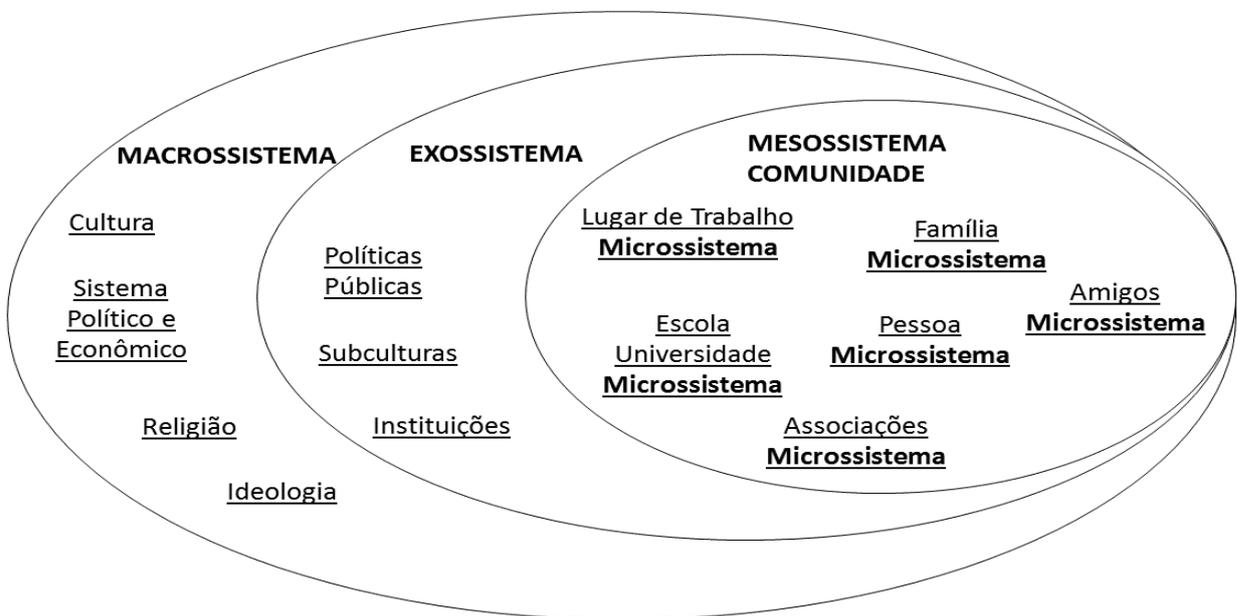
O meio ecológico se compõe de estruturas físicas, sociais e psicológicas que caracterizam o intercambio entre pessoas e seus ambientes. É concebido como uma serie de estruturas concêntricas chamadas microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema (SARRIERA; SAFORCADA, 2017, p. 35)

Nesta abordagem o ambiente é considerado como ambiente percebido pela pessoa, compondo um sistema articulado em 4 níveis crescentes e interconectados .

Este ambiente dessa forma recebe modificações a partir das ações dos indivíduos assim como exercem influência no comportamento destes (FRANCO; BASTOS, 2002; SARRIERA; SAFORCADA, 2017).

Podemos observar na Figura 5 que um conjunto de microssistemas que se relacionam entre si formam o mesossistema, que por sua vez configura um contexto maior onde a pessoa está inserida, assim podemos observar de forma dinâmica a interação pessoa-ambiente.

Figura 5. Modelo Ecológico Contextual



Fonte: Sarriera e Saforcada (2017, p. 35).

Desde o nascimento e no decorrer da sua vida a pessoa vai constituindo, no seu ambiente mais próximo: vínculos, papéis e relações interpessoais conforme características muito particulares, formando assim um microssistema (FRANCO; BASTOS, 2002; SARRIERA; SAFORCADA, 2017).

[...] os contextos nos quais a pessoa desenvolve sua vida e suas atividades recebem o nome de **microssistemas**. A família, a escola, o trabalho, a igreja, a rua, o posto de saúde etc. são diferentes **microssistemas** que fazem parte do cotidiano de nossas vidas. Cada Microssistema tem características físicas e materiais particulares e entre eles se dão as relações, se atribuem papéis e se desenvolvem atividades (SARRIERA; SARFOCADA, 2017, p.35. Grifos nossos).

A moradia estudantil - casas do estudante, nesse contexto, caracteriza-se como um *microssistema*, sendo um dos ambientes que integram a vida do estudante morador das casas de estudante da UFRGS, formando o *mesossistema*. Estes por sua vez integram o *Exossistema*, por se tratar de uma política pública em uma instituição - de ensino, que por sua vez, compõem um *Macrossistema*.

Em maior medida, num contexto mais amplo então temos o *mesossistema* que são as inter-relações onde a pessoa desenvolve duas ou mais atividades relacionadas a sua vida, de forma ativa, no mesmo ambiente que outras pessoas. Aqui temos o locus comunitário, composto de um conjunto de microssistemas.

Em maior e próximo nível está o *exossistema*, composto por um ou mais ambientes, aqui apesar da pessoa não participar ativamente do sistema, os eventos ocorridos nestes ambientes interferem ou são afetados pelos fatos que ocorrem no ambiente onde encontra-se inserida a pessoa. Por exemplo políticas públicas (de educação, saúde, segurança, assistência social, habitação entre outras), subculturas, instituições.

Por ultimo, em maior nível e abrangendo os demais sistemas está o *macrossistema* que inter-relaciona e perpassa todos os sistemas anteriores. Aqui temos o sistema em sua forma macro e geral, que engloba aspectos culturais e de modo de vida mais amplo em geral. A cultura de forma geral reunindo a diversidade de subculturas, valores, tradições; o sistema político e econômico e o modelo econômico vigente; as crenças e ideologias entre outros. Tomemos como exemplo:

- Macrossistema: Brasil
- Exossistema: Política Pública de Educação; Universidades públicas; e, IFES.
- Mesossistema: UFRGS; Comunidade acadêmica; Casas de estudante.
- Microssistema: Estudante morador da Casa do estudante.

No Brasil as IFES integram a política pública de educação. De uma forma geral elas apresentam similaridades e particularidades, inclusive administrativas. As suas diferenças variam principalmente em recursos e estrutura física. A alteração ou lançamento de alguma regulamentação na Política de educação superior pelo MEC refletirá diretamente na comunidade acadêmica. Mesmo se tratando uma norma

administrativa, que diga respeito a execução interna do trabalho e estrutura da Universidade, afetarão os estudantes: Macro sobre o micro.

[...] outro exemplo são as instituições políticas, de saúde, educação etc., das quais dependem o mesossistema comunitário e que exercem notável influência na qualidade dos atendimentos aos membros da comunidade. Este sistema, do qual a pessoa ou a comunidade não participa diretamente, mas do qual sofre indiretamente sua influência, se denomina exossistema (SARRIERA; SARFOCADA, 2017, p. 36).

Na Transição Ecológica: As relações são reais e dinâmicas. Na medida em que uma mudança de posição de uma comunidade ou pessoa se modificar, este processo chama-se transição ecológica. A mudança pode ser de políticas, de atividades, de papéis ou de recursos do sistema (FRANCO; BASTOS, 2002; SARRIERA; SARFOCADA, 2017).

O microsistema tem como característica a proximidade física, a interação direta, sendo então importante o fator a localização para inserção nos sistemas. Já a transição para o meso e exossistema referem-se a conquistas de novos espaços na medida do desenvolvimento humano, podendo ser este diferenciado também na medida da participação nas relações (FRANCO; BASTOS, 2002).

Essa transição pode ser orientada e planejada e se assim for, poderá ser menos estressante e mais saudável. (SARRIERA; SARFOCADA, 2017). Exemplo: a saída da CEU, os programas de preparação para aposentadoria, ingresso no mercado de trabalho entre outros.

Podemos afirmar que o modelo ecológico-sistêmico permite uma compreensão acerca do ambiente – As Casas de Estudantes, onde vivem e convivem os estudantes moradores, possibilitando uma análise dos fenômenos “psicossociais, respeita e não reduz a complexidade dos mesmos, propõe o desenvolvimento da pessoa através da otimização de seu potencial para exercer mudanças no meio” (SARRIERA; SARFOCADA, 2017, p. 37). Considerando assim, portanto um olhar amplo reconhecendo também a influência determinante do ambiente em todos os aspectos da vida cotidiana e seu comportamento.

O PNAES como abordado anteriormente é a referência legal, normativa e teórica atual para o desenvolvimento e execução da política assistência estudantil, onde uma das principais linhas de ação é a moradia estudantil, tema desta pesquisa. As ações devem propiciar o acesso, permanência e conclusão no curso superior.

Este estudo irá abordar um dos aspectos da permanência que é a moradia estudantil.

Neste sentido, temos que o Acesso a Universidade é materializado por meio de políticas de inclusão que estimulem e possibilitem o acesso ao ensino sistema público de ensino superior e tecnológico por meio de legislação específica que garantem esse direito.

O acesso está presente na discussão desta pesquisa. Será tratado especificamente neste trabalho como o acesso aos programas de permanência – de assistência da Universidade, uma vez que os estudantes moradores das casas do estudante já acessaram a Universidade. A Permanência é concretizada por meio de ações governamentais e institucionais que possibilitem ao estudante que acessou a universidade, condições de continuar estudando e concluir seu curso de graduação. A Conclusão do curso de graduação é o resultado almejado pelas ações descritas anteriormente. Uma dessas ações é a moradia estudantil. A seguir apresentaremos alguns conceitos centrais e princípios do paradigma ecológico que norteiam a nossa leitura e análise do objeto de pesquisa.

Do ponto de vista da política de assistência estudantil e as relações em torno da moradia estudantil, consideramos o sujeito – estudante morador- inserido em um contexto ambiente – microssistema inserido em um contexto maior, macrossistema.

Para isso é importante considerar o seu contexto, as influências do ambiente e das suas relações e no ambiente comunitário, as redes de apoio estabelecidas em torno deste ambiente. Os *princípios* fundamentais para o entendimento deste Enfoque Ecológico que permitem a compreensão da dinâmica de um contexto comunitário são: Interdependência, Congruência e adaptação, Evolução e sucessão e por fim troca e desenvolvimentos dos recursos (SARRIERA; SARFOCADA, 2017).

A *Interdependência* entre os diferentes sistemas – micro, meso e macro – se referem ao fato que todos os níveis estão e são interrelacionados, havendo alterações e mudanças em nível todos os outros serão afetados. Pessoas e ambientes podem e são agentes de transformações. Neste sentido, se contrapõe as visões que individualizam o sujeito negando sua interação e participação social (SARRIERA; SARFOCADA, 2017).

A *congruência e adaptação* se refere a necessidade de encontrar o equilíbrio, sobre as relações e circunstâncias nas quais interagem pessoa e ambiente, o modo de agir diante das situações acerca de enfrentamento e adaptação, entendida esta

de forma dinâmica entre sujeito e ambiente em transformação (SARRIERA; SARFOCADA, 2017).

Na *evolução e sucessão* é imprescindível o conhecimento da história pessoal, a sua história, reconhece o mesmo a partir do contexto histórico da comunidade para que assim seja possível identificar seus recursos, mudanças e potenciais, quais são os recursos disponíveis (SARRIERA; SAFORCADA, 2017).

Troca e desenvolvimento de recursos, é o intercambio de recursos comunitários, sempre considerando a pessoa inserida neste contexto. Aqui, é possível trabalhar a partir da perspectiva das forças e recursos, o empoderamento entendido como mobilização e participação, com vistas ao processo de trocas na comunidade todas as dimensões que implicam em trocas constantes das pessoas e comunidades em um contexto de mudanças contextuais.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO

A dissertação de mestrado foi estruturada a partir de uma investigação qualitativa do tipo exploratória, delineada por uma pesquisa bibliográfica e outra documental (GIL, 2016). A pesquisa qualitativa envolve um processo dialógico entre o que originalmente foi pensado e a riqueza da dinâmica e do confronto com a realidade complexa que vai sendo descortinada ao longo da investigação. Dessa relação surgem elementos que reorientam e redefinem o processo de pesquisa, trazendo a importância do diálogo com a realidade, o aprimoramento e sistematização do pensamento e dos construtos teóricos, que ocorrem com a clarificação e aproximação do pesquisador com o objeto de estudo e o amadurecimento decorrente do processo (FLICK, 2009).

Esta abordagem busca a “intensidade do fenômeno”, ou seja, trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas (MINAYO, 2017, p. 02).

Nas pesquisas qualitativas, o problema de pesquisa, os objetivos gerais e objetivos específicos são elementos norteadores, para que o pesquisador não se perca no processo. Contudo, as questões da pesquisa podem ser revistas,

aprimoradas e ampliadas, desde que se mantenha o foco, a delimitação do assunto e a perspectiva de análise; as etapas podem ser redefinidas conforme o desenvolvimento e amadurecimento provocado pela pesquisa (FLICK, 2009).

Nesta direção, o processo de construção do conhecimento e elaboração de um estudo qualitativo exige do pesquisador definições de um processo metodológico que seja explícito e transparente, em todas as fases da investigação (MINAYO, 2005). Destaca-se ainda que um balizador da construção do conhecimento é seu caráter aproximado, isto é, o conhecimento é uma construção que se faz a partir de outros conhecimentos sobre os quais se “exercita a apreensão, a crítica e a dúvida.” Esse processo exige inúmeras tentativas de aproximações com o objeto de pesquisa, tornando importante outros ponto de vista e assim quem sabe “poderá formar um objeto inteiramente diverso ou indicar dimensão inteiramente novas ao objeto” (MINAYO, 2005; ASSIS; SOUZA, 2004, p. 89).

A pesquisa foi realizada através de duas fases independentes. Na primeira, foi realizada uma Pesquisa Bibliográfica da Literatura, a partir de artigos científicos, teses e dissertações publicados e indexados no Banco de dados da CAPES. Na segunda, foi desenvolvida uma Pesquisa Documental, a partir de dados secundários, produzidos e divulgados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme descrito na sequência.

O projeto também passou por avaliação de banca de qualificação conforme regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social. Após o processo de qualificação do projeto de pesquisa, passamos para fase da execução da pesquisa. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente UFRGS estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Importante destacar que desde o início da pesquisa diferencia o seu papel como servidora da instituição e setor que parcialmente interage e possui contato com a moradia estudantil do papel de pesquisadora respeitando os aspectos éticos que garantam a necessária objetividade para sua isenção e seu compromisso com a pesquisa.

3.2.1 Pesquisa Documental

Apesar de semelhante a pesquisa bibliográfica, aqui a pesquisa documental se diferencia natureza das fontes utilizadas (GIL, 2016) As coletas destes dados

foram realizados na instituição para a análise documental e são utilizados como fonte secundárias (LAKATOS; MARCONI, 1992).

Esta fase da pesquisa foi realizada na primeira etapa, na parte inicial, que nos permitiram a construção de uma linha do tempo histórico da assistência estudantil e sobre a constituição da moradia estudantil no Brasil e na UFRGS, formando o capítulo 2 deste trabalho.

Foram necessários e utilizados dados de origem institucional de acesso público disponíveis na UFRGS nos sites e documentos oficiais relacionados a este tema de pesquisa, no período de janeiro de 2018 e janeiro de 2020. A busca pelo material se deu de forma ampla e conforme a disponibilidade dos dados. Os documentos utilizados foram o site, relatórios e editais do PRAE, regimentos das casas dos estudantes, livro que conta a história das casas, PDI da UFRGS, relatórios e perfis construídos pela FONAPRACE, site da UNE, arquivos e registros pessoais e outros documentos informativos.

No início dessa pesquisa, solicitamos acesso a dados secundários ao banco de dados PRAE. Foram solicitados alguns dados ao departamento responsável pela Assistência Estudantil da Universidade, os quais no tempo de elaboração deste projeto foram negados com a justificativa de ser necessária aprovação no comitê de ética da universidade para fornecer dados genéricos sobre a execução do programa. Como o acesso foi negado, retiramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido construído pela pesquisadora da dissertação.

Essa análise torna fundamental ao processo de pesquisa pois permite aproximações com a execução da Política de Assistência Estudantil pela Universidade. E a dificuldade de acesso aos dados que possibilitariam justificar e demonstrar a importância de pensar essa pesquisa em termos quantitativos, e mesmo com o devido cuidado ético foram negados, ou prorrogados até ter o projeto passado por comitê de ética.

As perguntas feitas inicialmente foram: quantos estudantes solicitaram e quantos entraram na moradia estudantil desde 2009. A afirmação realizada no início dessa pesquisa foi feita com base de fontes de acesso produzido pela equipe, uma vez que não fazemos os controles de dados, mas gerávamos os resultados em editais, semestralmente até 2017.

Realizamos busca por documentos históricos, nos arquivos da instituição, onde nos foi permitido acesso e nos arquivos e salas antigas de arquivos da casa do

estudante. Porém o que encontramos em grandes quantidades são orçamentos, que tratam do Restaurante Universitário. A maior parte histórica da casa foi contada em 2004 na publicação “As casas de Estudante da UFRGS”, organizado pelo Angelo Ronaldo Pereira da Silva, Secretário de Assuntos Estudantis da UFRGS em 2004, em comemoração os 70 anos da UFRGS e da primeira casa do estudante do UFRGS.

Pesquisamos também alguns vídeos na internet e encontramos poucos relacionados sobre a moradia estudantil da UFRGS, conforme apresenta o Quadro 6.

Quadro 6. Vídeos sobre a Moradia Estudantil da UFRGS

- | | |
|------|---|
| 2004 | <ul style="list-style-type: none"> • Vídeo com depoimentos de alunos que moravam na Casa do Estudante da UFRGS, no centro de Porto Alegre. • Gravado em 2004 para uma disciplina da Fabico, curso de Jornalismo. CEU. • Direção: Ederson Nunes e Karine Endres Entrevistas e Produção: Karine Endres Imagens e Edição: Ederson Nunes • Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aBdk_VAU-Oo |
| 2012 | <ul style="list-style-type: none"> • Um apanhado de imagens aleatórias da rotina da casa do estudante da UFRGS • Sem áudio de entrevistas, apenas imagens • Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-5igchovall |
| 2018 | <ul style="list-style-type: none"> • UFRGS TV • Publicado em 14 de dez de 2018 • Segundo estudante indígena a se formar em Medicina, Mauro Vãn Féj Vergueiro escolheu a Casa do Estudante da UFRGS como seu lugar especial na Universidade. • Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7E5Da7HUIGQ |

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2 Pesquisa Bibliográfica da Literatura

Iniciamos o processo com uma pesquisa bibliográfica, como etapa inicial com o objetivo de encontrar informações e dados que poderiam servir de base e

contribuir para de Assistência Estudantil. Uma pesquisa bibliográfica é a fundamentação teórica sobre a Moradia Estudantil como uma ação dentro da Política geralmente aplicada em estudos de caráter descritivos ou exploratórios, quando há poucos estudos sobre o objeto estudado dificultando a delimitação e criação de hipóteses precisas e a sua operacionalização dentro da pesquisa (GIL, 2016; LIMA; MIOTO, 2007).

Toda pesquisa científica utiliza pesquisa de fontes secundárias para formação do referencial teórico sobre seu objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica exige o levantamento e utiliza das contribuições de diferentes autores sobre determinada temática (GIL, 2016; LAKATOS; MARCONI, 1992).

A utilização da pesquisa bibliográfica permite que o pesquisador faça a aproximação com o seu objeto com um olhar ampliado sobre determinado fenômeno a partir do material e fontes bibliográficas já produzidas. Desta forma temos acesso a uma amplitude de informações sobre o tema que auxiliam o pesquisador na construção do seu objeto de estudo. Foi nesta fase inicial com dados da pesquisa bibliográfica que também foi possível construir a sustentação e revisão de fatos históricos e constitutivos da assistência estudantil e moradia estudantil no Brasil e na UFRGS, fundamentando o capítulo 2 desta dissertação (LIMA; MIOTO, 2007).

Definido o tema de interesse da pesquisa e o objeto, desenvolvemos a pesquisa seguindo as seguintes fases e passos da pesquisa bibliográfica conforme Gil (1991): a) determinação dos objetivos; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação das fontes; d) localização das fontes e obtenção do material; e) leitura do material; f) tomada de apontamentos; g) confecção de fichas; e, h) redação do trabalho.

Na segunda fase da pesquisa bibliográfica, temos como objetivo específico: sistematizar o panorama da produção científica brasileira sobre as produções desenvolvidas sobre o tema da Moradia Estudantil, no que tange as contribuições, dificuldades e desafios para a garantia do acesso, permanência e conclusão do ensino superior, pelos estudantes usuários do programa.

A busca do material empírico ocorreu de forma ampla através da busca sistemática no banco de dados da CAPES, sendo os dados levantados no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações, desta instituição. O acesso se deu via CAFE, mediante vínculo da pesquisadora com a UFRGS. A escolha pelo banco de dados da CAPES se justifica por se tratar de uma instituição de

reconhecimento nacional, especialmente no âmbito da divulgação científica brasileira, viabilizando o acesso público aos dados produzidos e publicados em diferentes áreas do conhecimento.

Neste estudo foram incluídos artigos científicos, teses e dissertações oriundos de estudos empíricos, realizados no Brasil, resultantes de pesquisas com abordagens qualitativa e quantitativas, a partir de dados primários e secundários, que tratassem sobre o tema da Moradia Estudantil no ensino superior, relacionadas a Assistência Estudantil, especificamente as estratégias para permanências e intervenção com público estudantil em nível universitário, com redação em português, publicados na íntegra, de acesso aberto, no período entre janeiro de 2004 e outubro de 2019. Foram excluídos deste estudo textos publicados através de carta ao editor, livros, pesquisas que não tivessem como objeto a moradia estudantil no contexto da Assistência Estudantil.

A busca nas bases de dados ocorreu durante o mês de janeiro de 2019 e outubro de 2019. Inicialmente foi realizada a busca no portal de periódicos da CAPES, através dos seguinte descritores: “*Assistencia Estudantil*” OR “*Assistência Estudantil*” AND “*Moradia Estudantil*”. Diferenciamos a busca com e sem acento pois sem essa diferenciação houveram resultados diferentes. Encontramos 134 resultados, destes realizamos seleção prévia de 70 artigos, tendo sido excluídos conforme o critério de elegibilidade 66 artigos. A partir da leitura dos 66 resumos, encontramos 2 artigos repetidos e apenas 4 artigos foram incluídos na pesquisa por tratarem da Moradia Estudantil.

Através do descritor “*Moradia Estudantil*” encontramos 55 resultados, destes realizamos seleção prévia de 22 artigos. A partir da leitura destes 22 artigos haviam 2 resultados repetidos. Dessa forma, foram incluídos na pesquisa 20 artigos. Importante ressaltar que o termo moradia estudantil desde o início da pesquisa veio sendo questionado, nesse processo de construção, pela variação de termos utilizados antes de 2007, principalmente nas produções internacionais, sendo comuns o uso do termos: casa do estudante, republica, dormitórios, alojamentos, residências universitárias, residencial universitários entre outros. Porém definimos por *moradia estudantil* tendo em vista ser esta a denominação na legislação desde 2007, tempo desde o qual viemos pesquisando sobre o tema.

Já a busca realizada no Catalogo de teses e dissertações da CAPES, se deu inicialmente através dos descritores “*Moradia Estudantil*” OR “*casa do estudante*”,

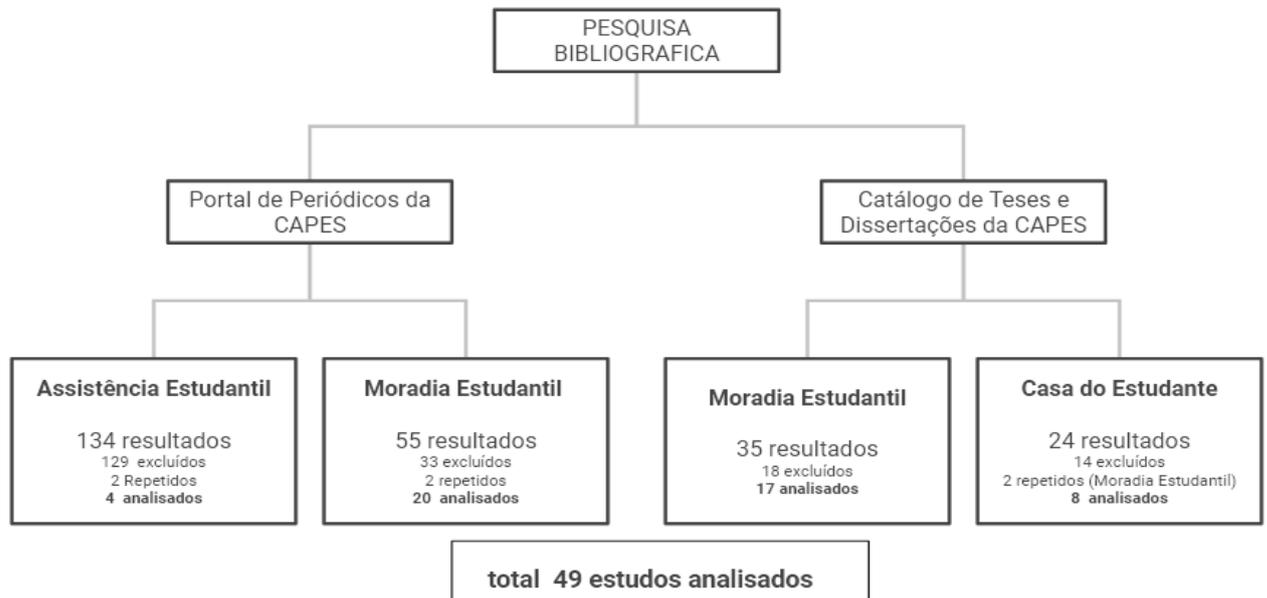
resultando em 151.676 textos. Dessa forma definimos como termo de busca de interesse dessa dissertação as pesquisas registradas apenas com “moradia estudantil”, sem delimitação do período de publicação. A seleção dos estudos foi realizada de acordo com os critérios pré-definidos de elegibilidade. Primeiro, as teses e dissertações foram acessados pelo título e depois o resumo. Selecionados os resumos elegíveis, deu-se início à leitura do material na íntegra.

Encontramos 35 dissertações e teses. A partir da leitura dos 35 resumos, foram excluídos 18 resultados e 17 resultados foram utilizados na revisão sobre o tema, no decorrer desta pesquisa. No catálogo de teses e dissertações também realizamos a busca pelo descritor “Casa do estudante”. Com esta expressão de busca encontramos 24 resultados, 13 foram excluídos, 2 resultados repetidos na busca por “moradia estudantil” restando para análise 9 resultados.

A amostra final totalizou 49 textos, sendo 24 artigos, 22 dissertações e 3 teses. A partir da definição da amostra a pesquisadora organizou uma tabela em word, a fim de organizar e extrair as informações necessárias para responder o objetivo da pesquisa. A tabela foi organizada a partir de um conjunto de categorias e variáveis, elencadas a partir do objetivo do estudo, conforme sistematizado.

A sistematização do processo de busca e seleção do corpus empírico seguiu o fluxo ilustrado na Figura 6. A caracterização detalhada dos estudos elegíveis foram sistematizadas e organizadas em um quadro (ver APÊNDICE A), através dos seguintes dados: título; autoria; ano de publicação; periódico; área de conhecimento; link para acesso à publicação; objetivo do estudo; participantes da pesquisa e principais resultados.

Figura 6. Fluxo de busca nos bancos de dados



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.3 Análise dos Dados

Existe uma diversidade de métodos e ferramentas possíveis para análise e interpretação dos coletados em pesquisas qualitativas, tais como análise de conteúdo, análise de discurso, análise narrativa, análise temática entre outras, e toda análise de dados requer uma metodologia de interpretação de dados. Para que haja reconhecimento científico, é importante que sejam seguidos protocolos e parâmetros reconhecidos cientificamente (BRAUN; CLARKE, 2006).

Uma vez que a recolha de dados requerem interpretação e procedimentos específicos, assim também é o tratamento dos dados para análise, envolvendo a preparação dos dados, visto que esse processo “consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem” (CRESWELL, 2007, p. 194).

É importante ressaltar que após a realização de uma técnica de pesquisa, como por exemplo um grupo e a pura descrição e transcrição de áudio por exemplo, temos que os dados em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido se forem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada.

Dessa forma para a análise dos dados e discussão dos resultados utilizamos o método de Análise Temática (AT), proposto por Braun e Clarke (2006) por

encontrarmos nesse método melhor adequação para a análise da pesquisa realizada nessa dissertação. Conforme as autoras a análise temática é uma metodologia para análise e interpretação de dados flexível e apropriada para pesquisas qualitativas, visto que: “Através de sua liberdade teórica, a análise temática fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo, de dados” (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 3).

Realizada por meio da identificação, análise e descrição de padrões ou temas encontrados nos resultados, esse método possibilita a apresentação e organização dos dados de forma sintética embora muito valorosa interpretando vários aspectos do tema de pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006). Existem outras formas de análise qualitativa de dados e aqui vamos diferenciar a Análise Temática da Análise de Conteúdo. De acordo com as autoras:

A análise de conteúdo é outro método que pode ser utilizado para identificar padrões entre os dados qualitativos, e é por vezes tratada como similar a abordagens temáticas (por exemplo, Wilkinson, 2000). No entanto, a análise de conteúdo tende a concentrar-se em um nível mais micro, muitas vezes fornece contagens (de frequência) (Wilkinson, 2000), e permite análises quantitativas de dados inicialmente qualitativos (Ryan & Bernard, 2000). A análise temática difere desta pelo fato que os temas tendem a não ser quantificados (embora às vezes eles possam ser; e Boyatzis (1998) sugere que a análise temática pode ser usada para transformar os dados qualitativos em uma forma quantitativa, e submetê-las a análise estatística), e a unidade de análise tende a ser mais do que uma palavra ou frase, que normalmente está na análise de conteúdo (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 6).

Isso também porque o fechamento de um tema não está relacionado a medidas quantitativamente, mas na apreensão de algum aspecto significativo relativo ao tema pesquisado. As seis etapas seguidas são orientações das autoras para realização da análise temática, podem ser semelhantes as fases de outros tipos de pesquisas qualitativas, não sendo etapas exclusivas da AT (BRAUN; CLARKE, 2006).

Todo processo da AT é caracterizado como recursivo, ou seja, que tem mobilidade, como se fosse um caminho a ser percorrido e retornado sempre que necessário, durante todas as fases propostas. Portanto é um processo que demanda dedicação e tempo do pesquisador e não deve ser acelerado (BRAUN; CLARKE, 2006).

Portanto, a flexibilidade – aspecto fundamental à pesquisa qualitativa – permanece vital na aplicação das etapas da AT e entendimento das perguntas de pesquisa (Patton, 2015). Isso também confirma que o processo de análise não é linear, no qual se move de uma fase à seguinte (SOUZA, 2019, p. 56).

As autoras Braun e Clarke (2006) sugerem que a análise temática seja realizada conforme as seguintes fases – estágios (ver Quadro 7). A primeira fase: Familiarização com dados; transcrição e revisão; leitura e releitura do banco de dados e apontamento de ideias iniciais durante o processo. Com o objetivo de atender as questões propostas pela pesquisa de dissertação, viemos desde o início do mestrado pesquisando sobre a Moradia Estudantil, realizando a coleta de dados, reunião de informações e literatura para fundamentação da revisão de literatura. Familiarizados com tema, formamos o banco de dados e começamos nossa imersão no tema de pesquisa. Com leituras e releituras ativas do material, em busca de significados, padrões e outros aspectos iniciamos nossas anotações e rascunhos sobre o material (BRAUN; CLARKE, 2006; SOUZA, 2019).

Quadro 7. Fases da Análise Temática

Fase	Descrição
1) Familiarização com dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando os temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise

Fonte: Souza (2019).

Após a primeira fase, iniciamos de fato, a produção de códigos iniciais a partir dos dados, de forma sistemática, reunindo extratos relevantes a cada código. A codificação inicial foi realizada por área de conhecimento das produções encontradas. Para Boyatzis (1998 apud BRAUN; CLARKE, 2006, p. 06), o código é

“o segmento, ou elemento, mais básico dos dados brutos que pode ser avaliado de maneira significativa com relação ao fenômeno” estudado. Este processo integra a análise em si, já que os dados já estão sendo organizados a partir de seus significados. O assunto principal pesquisado foi a moradia estudantil e temas relacionados a este.

Foram incluídos na pesquisa as produções desenvolvidas sobre a Moradia Estudantil, no que tange as contribuições, dificuldades e desafios para a garantia do acesso, permanência e conclusão do ensino superior pelos estudantes usuários deste programa, o que consideramos ser uma seleção derivada da teoria (theory-driven). A partir dessa seleção, realizamos a codificação de temas derivados dos dados (data-driven). A codificação foi realizada manualmente, no computador com uso de tabelas (BRAUN; CLARKE, 2006; SOUZA, 2019).

Na terceira fase, buscamos ajustar o foco da análise para o nível mais abrangente dos temas. Classificamos os diferentes códigos em temas potenciais, agrupando todos os extratos relevantes nesses temas que foram construídos ao longo da pesquisa. Nessa fase foram estabelecidas as relações entre códigos, temas e subtemas (BRAUN; CLARKE, 2006; SOUZA, 2019).

Na quarta fase da Análise temática, realizamos o refinamento e revisão dos temas, conferindo se os temas definidos funcionavam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo. A principal característica desta fase é o refinamento dos temas. Neste sentido, para o julgamento das categorias foram utilizados o critério de dupla via – homogeneidade interna e heterogeneidade externa. Foram combinados padrões em comum concomitantemente consideradas as distinções entre os temas. Nesta fase foi gerado um “mapa” temático da análise (BRAUN; CLARKE, 2006; SOUZA, 2019).

A quinta fase prevê a definição e nomeação dos temas, atenção e refinamento dos detalhes de cada tema e a história que a análise conta, gerando definições e nomes claros a cada tema. Nesta fase definimos o seguinte “mapa” temático de análise, conforme apresenta o Quadro 8.

Na sexta e última etapa foi produzida a análise final para essa dissertação, estando prevista a produção do relatório, o qual deve fornecer exemplos vívidos; a última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura e o relato científico da análise. O tratamento dos resultados, como último momento, constitui-se na análise reflexiva, uma interpretação dos dados obtidos.

Segundo as autoras, é a apresentação dos dados analisados por meio de uma história de “forma que convença o leitor do mérito e validade de sua análise” (BRAUN; CLARKE, 2006, p.22).

Quadro 8. Mapa Temático da Dissertação

Tema	Subtema	Refinamento do Tema
1. Agronomia sustentabilidade horta orgânica e sistema agroflorestal	i. Agronomia	I. Ecológico sustentável
2. Comportamento alimentar	ii. Saúde/nutrição	II. Experiência de ser morador
3. Experiência de ser morador	iii. Experiência acadêmica	
4. Ambiente coletivo de moradia		
5. Qualidade de vida	iv. Ser morador	
6. Rede de apoio social		
7. Redes de apoio		
8. Relação usuário ambiente		
9. Relações		
10. Relações com o ambiente		
11. Sociabilidade da casa		
12. Vivencias acadêmicas		
13. Formação integral	v. Experiência acadêmica	
14. Assistência estudantil	vi. Política pública	
15. Assistência estudantil política		
16. Auxílio moradia política		
17. Avaliação da política		
18. Avaliação do espaço arquitetura		
19. Assistência estudantil		
20. Conhecer Preferencias do consumidor na escolha da habitação		

21. Demandas dos estudantes		
22. Política social e políticas públicas		
23. O trabalho do AS	vii. O trabalho profissional	
24. Serviço social		
25. Tipos de gestão	viii. Gestão	
26. Levantamento bibliográfico ME – educação	ix. Levantamento bibliográfico ME – educação	IV. Levantamento bibliográfico ME – educação
27. Mercado imobiliário	x. Mercado imobiliário	V. Mercado Imobiliário
28. Valorização do mercado imobiliário	xi. Mercado imobiliário	
29. Alojamento temporário artigo jornal	xii. Artigo jornal	
30. Ambiente arquitetura	xiii. Arquitetura	
31. Perfil	xiv. Perfil	VI. Perfil
32. Perfil de saúde		
33. Saúde	xv. Saúde	VII. Saúde
34. Saúde integral		
35. Sus dependência		
36. Saúde Mental	xvi. Saúde mental	
37. Uso de álcool e drogas acolhimento e levantamento		
38. Uso de álcool e drogas		
39. Uso de álcool e drogas acolhimento e prevenção		
40. Uso de álcool e drogas processo saúde doença	xvii. Saúde mental – experiência de ser morador	

Fonte: Elaborado pela autora.

Então os dados coletados foram vistos com base na análise temática, classificados, codificados e analisados conforme os seguintes temas em torno da moradia estudantil, considerando que os mesmos atendem o objetivo de identificar nas produções desenvolvidas sobre a Moradia Estudantil aspectos relacionados a

contribuições, dificuldades e desafios para a garantia do acesso, permanência e conclusão do ensino superior pelos estudantes usuários deste programa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos a revisão bibliográfica com a caracterização dos textos incluídos neste estudo sobre o tema Moradia Estudantil, no Apêndice A foi incluída a tabela geral dos estudos incluídos nessa dissertação.

Do total de 119 estudos encontrados sobre Moradia Estudantil ou Casa do Estudante, 49 estudos foram analisados, pois se referem a moradia estudantil em termos de Assistência Estudantil, estratégias para permanências e intervenção com público estudantil em nível universitário. Isso representa 46% da produção encontrada. Alguns estudos sobre a moradia estudantil de nível técnico foram excluídos pela particularidade do público e diferença de responsabilidade institucional entre adolescentes e jovens adultos.

Não delimitamos o período pesquisado nem área de estudo no intuito de encontrar estudos sobre a moradia estudantil e sobre quais aspectos ela vem sendo pesquisada. Conforme os artigos selecionados para esta pesquisa, podemos observar que o registro na base de dados vem mostrando um interesse crescente nesse tema. A maior concentração de produções foi no ano de 2017, conforme mostra o Quadro 9.

Quadro 9. Produções por ano sobre o tema de pesquisa

1996	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
2006													
4	4	1	1	1	2	6	3	6	2	6	11	5	2

Total: 54 produções, sendo 5 repetidos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Encontramos uma diversidade de temas e abordagens sobre o tema demonstrando a riqueza deste assunto, que pode ser abordado desde o campo das exatas tais como engenharias, administração, ciências humanas até meio ambiente. Os estudos mais frequentes são no campo da educação e saúde. As publicações também se referem a moradia como um espaço importante acadêmico, sendo pouco estudado ou pouco visto na Universidade como tal.

Em geral os estudos abordam a moradia no âmbito da política de assistência estudantil, como um campo da política pública em que os estudantes tornam-se sujeitos que utilizam temporariamente uma política do estado. Os estudos apontam pra necessidade deste espaço ser pensado conforme a necessidade e relações dos estudantes.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Os estudos foram apresentados a seguir, apresentados individualmente, e inicialmente separados por área de conhecimento para aproximação inicial, com o objetivo de sistematizar os resultados encontrados e depois foram analisados conforme seus objetivos, resultados e conclusões. A ordem apresentada segue o Quadro 10.

Quadro 10. Áreas das produções encontradas

Educação	13
Saúde	11
Psicologia	5
Historia/ Memória Social e Bens Culturais	4
Administração Universitária/ Gestão	3
Política Social / políticas públicas	3
Ciências Sociais	2
Mercado Imobiliário	2
Serviço Social	2
Agronomia Sustentabilidade	1
Arquitetura E Urbanismo	1
Artigo jornal	1
Estudos Interdisciplinares Sobre A Universidade	1
Total	49

Fonte: Elaborado pela autora.

As pesquisas foram realizadas em diferentes bancos de dados da CAPES e com diferentes expressões de busca conforme especificado anteriormente na figura 8. Abaixo seguem os resultados encontrados, separados por área de estudo e conhecimento. A legenda para fonte de pesquisa: O catalogo de teses e dissertações da CAPES foi denominado “teses”, o portal de periódicos da CAPES denominado “Artigo CAPES”. As expressões de busca para catalogação na tabela foram denominadas: “ME = Moradia Estudantil”, “CE= Casa do Estudante”, “AE/ME= Assistência estudantil e moradia Estudantil”.

4.1.1 Educação

Na área da educação o total de resultados encontrados foram 13 estudos, incluídos na pesquisa, descritos abaixo, conforme a ordem do ano das publicações (ver Quadro 11).

Garrido (2012) - "Moradia estudantil e formação do(A) estudante universitário (A)". Na sua tese de doutorado a autora teve como objetivo identificar e analisar mudanças percebidas pelos residentes em moradias estudantis no domínio pessoal, social, acadêmico e saúde e as condições associadas a essas mudanças. Buscou também descrever as características de uma moradia estudantil adequadas à formação universitária, segundo a percepção de seus moradores.

É um estudo qualitativo, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvido em duas universidades públicas baianas, com 32 estudantes de graduação de ambos os sexos, residentes em oito moradias estudantis em tempo superior a dois semestres. Os dados foram coletados a partir de entrevista semiestruturada, cujo roteiro foi amparado por resultados de estudos centrados no impacto da moradia estudantil sobre o estudante nos anos de formação. Somado aos itens referentes aos quatro domínios investigados, o instrumento apresentava ainda uma questão sobre as características consideradas desejáveis para uma moradia estudantil, tendo em vista as necessidades e as responsabilidades impostas pela formação universitária. Foram identificados 542 pares de relação entre impactos e condições, distribuídos nos quatro domínios de impactos, na seguinte ordem de frequência: social, acadêmico, pessoal e saúde (GARRIDO, 2012).

Quadro 11. – Estudos na área da Educação

Autor	Título	Ano	Área	Fonte de pesquisa
GARRIDO, E.N.	Moradia Estudantil E Formação Do(A) Estudante Universitário (A)	2012	Educação	Teses Me
REGIS, C.V.	A Presença Feminina Na Casa Do Estudante Do Brasil (1931-1951): A Atuação Da União Universitária Feminina'	2012	Educação	Teses Ce
GARRIDO, E.N; MERCURI, E.N.G.S.	A moradia estudantil universitária como tema na produção científica naciona	2013	Educação	Artigo CAPES AE/ME
GARRIDO, E.N; MERCURI, E.N.G.S.	A experiência da moradia estudantil universitária: Impactos sobre seus moradores	2015	Educação	Artigo; Capes; ME
CABRAL JÚNIOR, L.R.G.; GONÇALVES, J.C.F; COSTA, J.R.C.	Moradia e educação: análise empírica e crítica da política assistencial oferecida aos/às moradores/as das Casas de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG	2017	Educação	Artigo Capes ME CAPES AE/ME
BRITO, L.S. BARBOSA, A.	Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados	2017	Educação	Artigo CAPES AE/ME
HINTERHOLZ, M.L.	O Lugar Onde A Casa Mora: Memórias Sobre A Casa Do Estudante Universitário Aparício Cora De Almeida Ceuaca (1963-1981)	2017	Educação	Teses; Me; Teses Ce
BEZERRA, F.	Estudantes Em Movimento: A Casa Do Estudante Da Paraíba Como Espaço De Formação De Sujeitos (1963-1980)'	2017	Educação	Teses Ce
LACERDA, I.P; VALENTINI, F.	Impacto da Moradia Estudantil no desempenho acadêmico e na Permanência na Universidade	2018	Educação	Artigo; CapesME
MAURELL, J.R.P.; MACHADO, C.C.	Concepções de ingressantes da Moradia Estudantil sobre as disciplinas Cálculo	2018	Educação	Artigo; CapesME
WIESE, R. S.; ZANIN. N. Z.	O papel da extensão na qualificação dos espaços de acolhimento estudantil indígena na UFSC	2018	Educação	Artigo Capes ME
HINTERHOLZ, M. L; ALMEIDA, D.B.	A moradia estudantil como espaço de formação: memórias sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (1963-1981)	2019	Educação	Artigo Capes ME
MAURELL, J.R.P ; MACHADO, C.C.	A produção científica sobre moradia estudantil : um estudo dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES	2019	educação	Artigo Capes ME

Fonte: Elaborado pela autora

Os impactos positivos foram mais numerosos nos domínios social e acadêmico; os indesejáveis, nos domínios saúde e pessoal. As condições de impacto identificadas foram organizadas nas categorias relativas ao ser morador e à moradia em seus aspectos sociais e estruturais. Dentre as condições propiciadoras de mudanças, as associadas aos aspectos sociais presentes na moradia apresentaram maior força na produção de impactos. Os aspectos estruturais da moradia, por sua vez, revelam uma situação preocupante: a eles foi atribuída a maior parte dos impactos indesejáveis no domínio saúde. Os estudantes apresentaram 183 sugestões dirigidas à moradia, aos serviços e aos compromissos institucionais e dos moradores (GARRIDO, 2012).

Os resultados confirmam a contribuição da moradia no enriquecimento da vivência acadêmica e apontam para a necessidade de investimentos nesses espaços, especialmente no que tange aos aspectos estruturais e que valorizem seu potencial de formação. Diante do escasso conhecimento sobre o impacto das moradias estudantis brasileiras, sugerem-se novos estudos em outros contextos institucionais que incorporem variáveis não contempladas na presente investigação. A autora destaca que a vivência acadêmica, composta por uma gama de atividades com as quais os estudantes se deparam nesse período, em ambiente acadêmico, tanto dentro como fora da sala de aula, está relacionada a tais impactos. A moradia estudantil, um dos espaços que compõem o ambiente acadêmico, traz contribuições importantes para o estudante em formação, e as investigações, especialmente aquelas realizadas nos Estados Unidos, confirmam isso. Contudo, no Brasil, as raras publicações sobre moradias estudantis e/ou seus moradores não têm atentado para esse aspecto, concentrando-se, frequentemente, na sua análise enquanto ação de assistência estudantil (GARRIDO, 2012).

Vitorino (2012) na dissertação “A Presença Feminina Na Casa Do Estudante Do Brasil (1931-1951): A Atuação Da União Universitária Feminina”, se dedicou a estudar o período que houve um processo de “luta” por parte de algumas mulheres, em especial da Associação União Universitária Feminina, por um espaço que garantisse as mulheres assistência, intercâmbio e cultura. Conta a história a partir de 1931, no II Congresso Feminista organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com a reivindicação de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça por um pavilhão feminino para a estudante brasileira na então Casa do Estudante do Brasil, instituição destinada a colaborar com estudantes “pobres”. O

término da investigação é marcado em 1951, quando se consolida a assistência feminina na Casa do Estudante do Brasil (CEB). No período delimitado ficou claro que as mulheres já participavam da Casa do Estudante do Brasil, ocupando um espaço político importante na Fundação.

Para fundamentação teórico-metodológica a autora (2012) utilizou dos seguintes autores para compreensão da estrutura do ensino superior da época: Fávero (2006), Horta (1994), Schwartzman *et al.* (2000), e Cunha (2007). Para a categoria gênero: Joan Scott (1992), Guacira Louro (1997), Rachel Soihet (1997; 1974), Gonçalves (2006), e Pinsky (2009). A metodologia utilizada para analisar periódicos (jornais e revistas) da época estudada, baseou-se na perspectiva da Nova História, para tanto os referenciais foram: Peter Burke (1992), Le Goff (1996), Jim Sharpe (1992), Thompson (2004), Luca (2008) e Kossoy (2001). Com este trabalho foi possível conhecer mais sobre a luta de algumas mulheres para ingressar e permanecer no ensino superior, entendendo os mecanismos, as ligações e posicionamentos políticos que as mesmas possuíam (VITORINO, 2012).

Garrido e Mercuri (2013) no artigo “A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional” teve como objetivo analisar a produção científica nacional sobre moradias estudantis universitárias. Para isso consultaram as principais bases de dados nacionais e sites de diversas instituições brasileiras de ensino superior onde encontraram em 23 estudos publicados entre 2000 e 2009.

Como resultado encontraram produções com diferentes focos agrupados em três principais categorias: a moradia estudantil, as ações da assistência estudantil e o estudante morador. Afirmam que a produção científica sobre moradias universitárias estrangeira é vasta porém a nacional é escassa e pouco abordam o espaço como local de formação. Considerando que a moradia estudantil é um espaço de responsabilidade institucional, sugerem que estudos que conheçam a realidade destes espaços e os impactos produzidos nos estudantes podem subsidiar o planejamento de ações adequadas a formação universitária (GARRIDO; MERCURI, 2013)

Garrido e Mercuri (2015) – escreveu sobre “A Experiência da moradia estudantil Universitária: Impactos sobre seus Moradores”. A autora considera importante conhecer e avaliar o impacto da moradia estudantil na vida dos estudantes nos âmbitos pessoal, social e acadêmico bem como as condições associadas a esses impactos. Realizou 32 entrevistas semiestruturadas em oito

moradias de a duas universidades públicas da Bahia. Foram identificados aspectos positivos e negativos dessa experiência. Considera que a convivência na moradia estudantil enriquece a vida acadêmica dos estudantes sendo necessário o investimento nestes espaços no âmbito estrutural para reduzir as dificuldades que os moradores enfrentam e destaca a importância de ações que considerem potencial de formação existente nas moradias.

Cabral-Júnior, Gonçalves e Costa (2017) no artigo “MORADIA E EDUCAÇÃO: análise empírica e crítica da política assistencial oferecida aos/às moradores/as das Casas de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG” reforçam o objetivo da moradia estudantil a quem dela necessitar para sendo facilitar o acesso e permanência dos estudantes no ensino superior de acordo com o PNAES. Realizam uma análise empírica e crítica da política de Assistência Estudantil ofertada aos moradores das casas de estudantes da FURG, por meio de questionário aos moradores e bibliografia e legislação referentes ao tema.

Reforçam a importância da assistência estudantil como instrumento para redução das desigualdades socioeconômicas e para a qualidade da educação dos estudantes como forma de justiça social e dignidade da pessoa humana. Afirmam a importância do movimento estudantil neste processo e apontam medidas para melhoria da assistência estudantil na Universidade (JUNIOR; GONÇALVES; COSTA, 2017).

Brito e Barbosa (2017) no artigo “Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados” analisam a experiência do programa de auxílio Moradia desenvolvido em uma Universidade de Pernambuco. A pesquisa é realizada a partir da percepção dos estudantes que recebem o auxílio, considerando a previsão de implantação de mecanismos de avaliação da política conforme PNAES.

Por meio de uma pesquisa qualitativa e aplicação de questionário a todos os estudantes deste auxílio, o estudo concluiu que o programa cumpre seu papel de diminuir as desigualdades socioeconômicas, formação para a cidadania e possibilita a permanência do estudante no curso. Este artigo apareceu duas vezes na mesma expressão de busca (BRITO; BARBOSA, 2017).

Hinterholz (2017) – Entitulou sua dissertação “O Lugar Onde A Casa Mora: Memórias sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida CEUACA (1963-1981)”. Realizou um estudo historiográfico sobre a Casa do

Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA), fundada no ano de 1934 em Porto Alegre - RS. Buscou entender a Casa na perspectiva de uma instituição educativa, utilizando documentos narrativas de memória de oito antigos moradores.

A partir de um olhar ampliado do processo educativo nas moradias estudantis, para além da escolarização, interessada em buscar, por meio da construção de uma história desta instituição, práticas e experiências dos sujeitos habitantes, e também analisar de que forma a Casa é significada por cada um dos entrevistados. No campo da História da Educação, utilizou pressupostos da História Cultural, especialmente o conceito de representação, por meio dos quais buscou analisar as entrevistas de forma dialógica e os demais documentos na construção do trabalho como periódicos, imagens, estatutos e plantas do prédio sede (HINTERHOLZ, 2017).

Os métodos utilizados foram História Oral e a análise documental histórica. Importante destacar os marcos históricos eleitos para contextualizar a instituição CEUACA foram a Ditadura Civil Militar (1964-1985) e o Maio de 68. Na intenção de valorizar as experiências daqueles que narram, a temporalidade final foi definida cronologicamente, entre a entrada do morador entrevistado mais antigo e a saída do mais recente (1963-1981). O estudo discutiu, entre outras coisas, as origens e consolidação da Casa como instituição, a formação de sua complexa estrutura organizacional e os efeitos do modelo de autonomia e autogestão. O autor refere que a CEUACA pôde ser percebida como um espaço de ambivalências, de transição, ocupado por estudantes oriundos de camadas empobrecidas que em pouco tempo passariam por um processo de ascensão social (HINTERHOLZ, 2017).

O autor conclui que a moradia se constitui como uma importante estratégia de permanência e condições de possibilidade da presença destes estudantes no Ensino Superior, e a socialização em novos espaços foram destacados. Foram recorrentes tanto nas narrativas quanto no discurso dos periódicos analisados, a atribuição de um sentido formativo à experiência de moradia estudantil. O estudo contemplou ainda as implicações do contexto político e suas reverberações no interior da Casa, por meio de cisões ideológicas que concorreram fortemente na forma como os sujeitos rememoraram suas vivências na instituição. Ainda que todas as valorações sobre esta experiência de moradia elaboradas pelos antigos moradores tenham sido positivas, foi possível perceber que a Casa é inscrita e

elaborada de diferentes maneiras nas narrativas de si dos sujeitos entrevistados (HINTERHOLZ, 2017)

Bezerra e Chaves (2017) na sua dissertação “Estudantes Em Movimento: A Casa Do Estudante Da Paraíba Como Espaço De Formação De Sujeitos (1963-1980)” Neste estudo o autor conta a história da constituição da Casa do Estudante da Paraíba (CEP). Destaca que o principal desafio dessa pesquisa foi identificar os elementos formativos que influenciaram a trajetória dos estudantes que moraram na Casa, tendo como foco central apontar as características dessa formação e como elas acontecem no âmbito de uma instituição educativa promotora de educação informal, no período compreendido entre 1963-1980. A referência teórica utilizou dos conceitos de lugar social, cultural e institucional e das narrativas de memórias entendidas como ato pessoal de recordação, inserido numa dimensão coletiva.

A metodologia utilizada foi da Historia Oral por meio de entrevistas, e outras fontes tais como os livros de memórias sobre a CEP e um conjunto de artigos de jornais sobre a CEP (A UNIAO, CORREIO DA PARAIBA E O NORTE). A partir desse conjunto de fontes, foi possível identificar os elementos da formação forjados no interior da CEP e que aparecem na construção, disseminação, na apropriação da narrativa dominante e na compreensão dos procedimentos legais (e os não oficiais) que permitiam o acesso a Instituição; nas negociações dos processos eleitorais que exigiam astucias ainda não dominadas pelo sujeito principiante e, especialmente, nas diferentes formas de estudar e aprender. O autor considera a experiência de viver em casa de estudante um espaço de educação informal, portanto, que aparece como a matriz fundamental das experiências educativas e como o lado não visível de um conjunto de praticas educativas em que a educação escolar ocupa um lugar mais restrito (BEZERRA, 2017).

Lacerda e Valentini (2018) escreveram um artigo sobre o “Impacto da Moradia Estudantil no desempenho acadêmico e na Permanência na Universidade”. Realizaram um pesquisa com delineamento quase-experimental dividindo em dois grupos: residentes e não-residentes, tiveram a participação de 408 estudante, sendo 262 residentes na moradia estudantil e apresentam o perfil destes grupos. Consideraram os resultados sobre quatro categorias: residentes pré e pós-processo seletivo e não residentes pré e pós-processo seletivo. Os resultados apontam para melhor e maior aproveitamento no desempenho acadêmico dos moradores inclusive com menos trancamento de disciplinas. Concluem que os resultados afirmam a

importância da moradia para a permanência do estudante e o impacto positivo acerca do desempenho acadêmico.

Maurell e Machado (2018) realizaram um estudo sobre “Concepções de ingressantes da Moradia Estudantil sobre as disciplinas Cálculo”. Buscaram conhecer e compreender de que forma os estudantes que ingressam na moradia estudantil desenvolvem estratégias para o aprendizado e aprovação nas disciplinas Cálculo. Para isso realizaram o levantamento de perfil dos estudantes ingressantes na moradia estudantil na Universidade Federal do Rio Grande em 2017/1 matriculados nas disciplinas Cálculo. Dados anteriores ao ingresso na Universidade foram considerados assim como também a modalidade de ingresso e ementas das disciplinas de cálculo. Também foram realizadas entrevistas solicitando que definissem em uma palavra a disciplina de cálculo. As expressões utilizadas pelos estudantes para definir as disciplinas Cálculo foram: “divisor de águas, complicado, paixão, medo, difícil, possibilidades, empecilho, necessário” (MAURELL; MACHADO, 2018, p. 11). As autoras entendem que as respostas são concepções que vão sendo construídas e estão relacionadas as áreas de formação dos estudantes.

Wiese e Zanin (2018) tratam sobre “O papel da extensão na qualificação dos espaços de acolhimento estudantil indígena na UFSC” apresentando os resultados de uma experiência de atividade de extensão que proporcionou refletir sobre o papel social da Arquitetura na construção de espaços para o acolhimento e a valorização da cultura e dos povos indígenas brasileiros na contemporaneidade. Buscaram apresentar soluções arquitetônicas com vista a qualificar os espaços de alojamento dos estudantes e famílias indígenas da UFSC, considerando aspectos construtivos, mas também culturais dos público que utiliza o serviço. Destaca o alcance da atividade de extensão como contribuição para o processo de ensino e aprendizagem promovendo a interação com a comunidade e o debate sobre o tema da diversidade cultural dos povos originários do sul do país.

Hinterholz e Almeida (2019) versam sobre “A moradia estudantil como espaço de formação: memórias sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (1963-1981)”. Realizaram um pesquisa por meio de da História Oral com antigos moradores sobre a convivência neste espaço coletivo procurando interpretar significados dessa experiência considerando principalmente três aspectos: a autogestão; o espaço social ocupado pela Casa; o lugar desta nas narrativas de si. Concluem que as moradias estudantis são “organismos vivos,

produtoras e transmissoras de culturas, que inscrevem seus moradores num espaço social, ultrapassando assim os limites de uma experiência passageira” (HINTERHOLZ; ALMEIDA, 2019, p.01) Ou seja, geram impacto na vida do morador.

Maurell e Machado (2019) pesquisaram sobre “A produção científica sobre moradia estudantil : um estudo dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES” buscando identificar e analisar os artigos científicos, publicados nos últimos cinco anos sobre o tema a Moradia Estudantil. Como metodologia utilizou o mapa teórico (BIEMBENGUT, 2008), realizaram uma pesquisa por assunto no Portal de Periódicos da CAPES, com as seguintes expressões “Moradia Estudantil”, “Casa do Estudante” e “Moradia Universitária”. Inicialmente identificaram 50 publicações, entre os artigos revisados por pares. Aplicaram o filtro “data de publicação 2014-2018” reduzindo estes para 27 publicações. Foram considerado os artigos que tivessem temáticas relacionadas a moradia estudantil, com foco na educação. Com esse recorte identificaram e analisaram sete artigos com os seguintes assuntos: as memórias, história/trajetórias dos estudantes, a assistência estudantil como campo político e os processos de aprendizagem dos moradores.

As autoras referem a partir deste estudo que existem poucas abordando a Moradia Estudantil na área da educação, pois grande parte da pesquisas têm contemplado ações e investigações sobre saúde e nutrição. Assim como as publicações na área da educação estão concentradas entre 2016 e 2018 e localizadas, pois cinco delas foram realizadas nas e/ou sobre as Casas de Universidades do Rio Grande do Sul. Quanto as revistas as publicações foram em revistas variadas e cinco delas de âmbito internacional (MAURELL; MACHADO, 2019).

4.1.2 Saúde

Na área da saúde o total de resultados encontrados foram 11 estudos, incluídos na pesquisa, descritos no Quadro 12, conforme a ordem do ano das publicações.

Quadro 12. – Estudos na área da Saúde

Autor	Título	Ano	Área	Fonte de pesquisa
MIRANDA, E. <i>et al.</i>	Educação em saúde em moradia universitária: abordagem integral da vulnerabilidade dos sujeitos	2007	Saúde	Artigo Capes ME
ZALAF, M R.R.	Reconhecimento E Enfrentamento De Necessidades De Estudantes Com Uso Problemático De Drogas Em Moradia Estudantil	2012	Saúde	Teses Me
LARANJO, T.H.M; SOARES, C.B	Moradia universitária: processos de socialização e consumo de drogas	2006	Saúde Álcool e Drogas	Artigo Capes ME
ALVES, H.J; BOOG, M.C.F.	Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção de saúde	2007	Saúde Nutrição	Artigo Capes ME
ZALAF, M.R.R; FONSECA, R.M.G.S	Na boca da CRUSP: Programa de Prevenção e Acolhimento em caso de uso problemático de álcool e drogas	2007	Saúde Álcool e Drogas	Artigo Capes ME
ZALAF, M.R.R; FONSECA, R.M.G.S.	Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar	2009	Saúde Álcool e Drogas	Artigo Capes ME
OSSE, C.M.C.; COSTA, I.I	Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília	2011	Saúde	Artigo Capes ME
BISSOLI, M <i>et al.</i>	Residentes em moradia estudantil da Ufla apresentam consumo menor de álcool: uma abordagem epidemiológica seccional	2016	Saúde Álcool e Drogas	Artigo Capes ME
ROSA, P.; GIUSTI, L.; RAMOS, M.	Educação alimentar e nutricional com universitários residentes de moradia estudantil	2016	Saúde Nutrição	Artigo Capes ME
DUARTE, P.M.	Perfil De Saúde Dos Moradores Da Casa Do Estudante Universitário Da Universidade Federal De Santa Maria	2014	Saúde Educação Física	Teses Ce
ZALAF, M. R. R.	Uso Problemático De Álcool E Outras Drogas Em Moradia Estudantil: Conhecer Para Enfrentar	2007	Saúde	Teses Me

Fonte: Elaborado pela autora

Miranda, Amorim e Stancato (2007) tratam sobre “Educação em saúde em moradia universitária: abordagem integral da vulnerabilidade dos sujeitos”. Os autores referem o objetivo da moradia estudantil da UNICAMP que atende em torno de 1.000 moradores com vulnerabilidade a problemas de saúde relevantes do ponto de vista da atenção pública primária. O estudo tem como objetivo uma proposta de educação em saúde calcada na “participação que partirá da realização de um censo sobre saúde dos moradores por meio de um questionário estruturado que engloba assuntos abordados no nível primário do Sistema Único de Saúde” (MIRANDA; AMORIM; STANCATO, p. 01). Caso necessário seja identificada necessidade serão realizados encaminhamentos a outros serviços de saúde. Os autores pretendem encontrar um perfil socioeconômico condizente com a SUS-dependência e uma prevalência de agravos e doenças semelhantes aos números do Brasil.

O uso de drogas também foi abordado no artigo “Moradia universitária: processos de socialização e consumo de drogas” das autoras Laranjo e Soares (2006). Elas buscaram conhecer e analisar o discurso dos moradores de um conjunto residencial estudantil universitário sobre os processos de socialização e consumo de drogas. Por meio de pesquisa qualitativa com 20 alunos residentes na moradia em São Paulo, 2003. Reconheceram a moradia como um espaço de socialização entre os jovens como uma ação de permanência conforme PNAES. Abordaram questões como: o conhecimento sobre a história da moradia, a experiência de viver nela e a percepção dos moradores sobre o consumo de drogas. Para coleta e análise utilizaram como método o discurso do sujeito coletivo.

Os resultados encontrados apontam para baixo conhecimento sobre o histórico da moradia e que as estratégias para enfrentamento das dificuldades são buscadas individualmente. Identificaram entre os moradores a guerra às drogas e redução de danos como as principais concepções de prevenção ao consumo de drogas. Também foram observados a existência de uma visão negativa sobre a moradia estudantil “relacionada com a constante divulgação de fatos conturbados e com o desconhecimento sobre a importância da moradia para viabilizar a permanência de estudantes pobres na universidade” (LARANJO; SOARES, 2006, p. 1027).

Para os moradores a moradia viabiliza o acesso e a permanência mesmo tendo dificuldades na convivência coletiva e com a administração da universidade.

Sobre o uso de drogas na moradia, partes dos moradores destacam a necessidade de haver menor tolerância ao consumo de drogas e a outra parte refere ser importante desenvolver um trabalho educativo, principalmente com os ingressantes (LARANJO; SOARES, 2006).

As autoras Zalaf e Fonseca (2007) escreveram dois artigos sobre o assunto “Na boca da CRUSP: Programa de Prevenção e Acolhimento em caso de uso problemático de álcool e drogas” descrevem a experiência de um programa de prevenção do uso problemático de álcool e outras drogas, desenvolvido no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, no campus Butantã. O objetivo do programa é divulgar informações sobre uso das substâncias e comportamento de risco. Nos casos de estudantes com situação identificada são adotadas estratégias como acolhimento, aconselhamento, sensibilização e encaminhamento para instituições de apoio, tratamento e acompanhamento. A avaliação desse programa fez parte da dissertação de mestrado "Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar". As autoras concluem que a Universidade deve estar aberta a diversas estratégias de aproximação com os usuários e trabalhar de acordo com a realidade que se apresenta nos distintos meios sociais. Também apontam que a existência de um programa de “acompanhamento e apoio a tratamento no próprio ambiente fez diferença no processo saúde-doença das pessoas atendidas” (ZALAF; FONSECA 2007, p. 132).

No artigo “Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar” de Zalaf e Fonseca (2009) teve como objetivo:

Compreender como se dá o processo saúde-doença dos moradores referente ao uso problemático de drogas, identificar as condições objetivas do uso de drogas e analisar as manifestações subjacentes às questões de gênero relacionadas ao uso de drogas pelos estudantes (ZALAF; FONSECA, 2009, p. 132).

As autoras (2009) utilizaram a Teoria da Determinação Social para análise dos dados. Realizou entrevistas semi-estruturadas que focalizaram a história do processo saúde-doença relacionado ao uso problemático de álcool e de outras drogas antes e depois do ingresso na moradia estudada. Como resultados a moradia aparece como mais um elemento que favorece o uso problemático de drogas, aliado à depressão, ao desemprego e às características próprias desse espaço acadêmico. Estereótipos de gênero relacionadas ao uso de drogas, como

subalternidade feminina, preconceito e culpabilização, mostraram-se refletidas na moradia estudantil.

Ainda neste mesmo tema, os autores Bissoli *et al.* (2016) tratam sobre o assunto no artigo “Residentes em moradia estudantil da Ufla apresentam consumo menor de álcool: uma abordagem epidemiológica seccional” com o objetivo de descrever o consumo de álcool de estudantes residentes em moradia estudantil dessa Universidade. Realizaram um delineamento epidemiológico observacional seccional. Aplicaram o Teste de Triagem do Envolvimento com Álcool, Cigarro e Outras Substâncias (Assist) entre novembro de 2015 e março de 2016, com 176 graduandos em regime presencial. O teste de hipóteses foi realizado através do teste não paramétrico U de Mann-Whitney. Os resultados apontaram um envolvimento significativamente maior com álcool dos estudantes não residentes em moradia estudantil. Sugerem ações institucionais no sentido da prevenção do consumo de álcool abusivo entre toda a população de estudantes da Universidade Federal de Lavras.

Dentro da Saúde, foram identificados no portal da CAPES 3 artigos na área da nutrição. Sendo 2 artigos repetidos, restando apenas 2. Abaixo descritos e referenciados, são o mesmo publicados na mesma revista no mesmo ano, das autoras Alves e Boog (2007) sobre “Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção de saúde”. Este artigo foi bastante citado por outros autores que realizaram algum tipo de estudo na nutrição, mesmo que não tenham sido relacionados a moradia estudantil. Por este motivo houveram exclusões de artigos de saúde na seleção, este artigo era identificado nas referencias bibliográficas.

O estudo teve como objetivo descrever qualitativamente o comportamento alimentar de estudantes residentes na moradia universitária. A metodologia utilizada foi um estudo quanti-qualitativo, com uma amostra sorteada de cem estudantes universitários, residentes em moradia estudantil no município de Campinas, em 2004. Foram realizadas entrevistas com preenchimento de um formulário para colher o recordatório alimentar das últimas 24 horas, incluindo questões abertas relativas ao sistema de compras e práticas de consumo dos estudantes, tendo sido criados critérios para análise da qualidade das refeições. Testes qui-quadrado e o exato de Fisher foram aplicados. As entrevistas e análises utilizaram a teoria das representações sociais de Moscovici (ALVES; BOOG, 2007).

Nos resultados apareceram que o almoço é a refeição de melhor qualidade sendo 63% realizada no RU. Consumo de leite e frutas foram avaliados. A maioria (69%) apresentou comportamento alimentar individual e 43% consideraram que o fato de comer em companhia alterava positivamente sua alimentação. O fato de estarem provendo sua própria alimentação modifica comportamentos e representações entre os estudantes acerca do ato alimentar. Concluem que “A qualidade da alimentação, os padrões de comensalidade e as representações sociais do ato alimentar oferecem subsídios para o desenvolvimento de práticas de cuidado com a alimentação e promoção à saúde” (ALVES; BOOG, 2007, p. 197).

No artigo de Rosa, Giusti e Ramos (2016) tratam sobre “Educação alimentar e nutricional com universitários residentes de moradia estudantil”, tiveram como objetivo Identificar e ampliar os conhecimentos sobre alimentos para contribuir na mudança de hábitos e práticas alimentares inadequadas de adultos jovens residentes de moradia estudantil. Por uma pesquisa quase-experimental realizaram uma intervenção educacional na área de alimentação e nutrição com universitários residentes da casa do estudante. Por grupos e encontros semanais, por três meses, no formato de diálogos, atividades lúdicas e dinâmicas.

Os questionários possibilitaram conhecer o comportamento alimentar dos participantes. Os estudantes moradores informaram na auto avaliação conseguirem ao final da atividade utilizar os conhecimentos adquiridos e dicas de alimentação saudável além de se sentirem mais seguros para comprarem alimentos. Concluíram que os encontros foram positivos e estimularam os moradores a mudança no seu comportamento alimentar e maior autônoma para comprarem alimentos (industrializados ou in natura).

Zalaf (2007) realizou doutorado em 2012 em Enfermagem. Sua dissertação de mestrado em 2007 “Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar” buscou compreender como ocorre o processo saúde-doença de estudantes da moradia estudantil do campus Butantã da USP. Para identificar as condições objetivas desse processo e se havia questões de gênero relacionadas a ele utilizou a Teoria da Determinação Social do processo saúde-doença aliada a questões de gênero.

A autora realizou entrevistas com moradores sobre suas histórias de vida e comportamento relativos ao uso de álcool e outras drogas e temas relacionados a discriminação do uso entre homens e mulheres antes e depois do ingresso na

moradia. Concluiu que o ambiente de liberdade da moradia estudantil e outros aspectos de saúde, conjuntura social e acadêmica são condições favoráveis para o agravamento do uso problemático de álcool e outras drogas para quem ingressa em situação de dependência. Também foram identificados reprodução da discriminação de gênero (ZALAF, 2007).

A mesma autora em 2012 escreveu sua tese de doutorado "Reconhecimento e enfrentamento de necessidades de estudantes com uso problemático de drogas em moradia estudantil". O estudo teve como objetivo identificar e analisar os limites e possibilidades do Serviço social no Projeto Na boca do CRUSP – prevenção e acolhimento. Relacionados ao atendimento as necessidades dos estudantes e ex estudantes com uso problemático de álcool e outras drogas que são ou foram moraram na residência universitária da USP. Para isso foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com atendidos pelo projeto. Os resultados apontam para a relevância do projeto e identificou pontos possíveis de intervenção e possibilidade de aprimoramento dos serviços (ZALAF, 2012).

Osse e Costa (2011) tratam sobre a "Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília", buscaram mapear as condições psicossociais e a qualidade de vida de universitários da moradia estudantil da Universidade de Brasília. Aplicaram questionários com 87 participantes voluntários, auto-aplicáveis sobre a situação socio-demográfica, eventos de vida, uso de álcool e drogas e comportamento suicida. Resultados apontam para a dependência dos recursos institucionais, geralmente em "fases iniciais de curso, a maioria vinda de outros estados, apresentaram pródromos que indicaram ansiedade, depressão e dificuldades em relação à ajuda" (OSSE; COSTA, 2011, p. 115). O comportamento de risco entre os estudantes surge como forma de enfrentamento a problemas relacionados à adaptação ao novo contexto. Os programas de assistência da universidade não cobrem a complexidade da demanda. Os autores sugerem criação de ações emergenciais para ampliação dos programas existentes e de novos serviços para garantir a permanência e conclusão do curso com melhor qualidade de vida.

Duarte (2014) em sua dissertação de mestrado sobre "Perfil De Saúde Dos Moradores Da Casa Do Estudante Universitário Da Universidade Federal De Santa Maria", refere que os estudantes universitários, geralmente estão passando por uma fase de transição caracterizada por significativas mudanças morfofisiológicas,

comportamentais, cognitivas e sociais. Essa fase na universidade é marcada pelo estabelecimento de novas relações sociais e novos comportamentos são adquiridos, podendo tornar o universitário vulnerável a situações que coloquem em risco a sua saúde. Para a autora, nas moradias universitárias, além dos fatores já mencionados, ainda existe a mudança de cidade resultando no afastamento do ambiente familiar e da rede social conhecida do estudante, bem como a divisão desse novo espaço de moradia ser dividido com pessoas desconhecidas.

O objetivo do estudo foi traçar um perfil de saúde dos moradores da Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal de Santa Maria. Utilizou-se de estudo descritivo com delineamento transversal, realizado com 768 estudantes. O instrumento de coleta de dados foi um questionário, administrado de forma autoaplicada. As análises foram descritivas incluindo: média e desvio padrão, para as variáveis contínuas; frequências e intervalo de confiança, para as variáveis categóricas, tendo sido conduzidas no programa estatístico STATA 12.0. Os resultados apontam para baixos níveis de atividade física, principalmente no lazer; baixo consumo regular de frutas, verduras e legumes; excessivo consumo de álcool e tabaco; elevada prevalência de autopercepção de saúde regular/ruim; assim como elevada prevalência de excesso de peso entre os pesquisados. Considera importante e necessário o desenvolvimento de programas que promovam a adoção de um estilo de vida mais saudável na moradia estudantil, uma vez que a universidade é um local propício para criação e implementação de estratégias que estimulem mudanças comportamentais.

4.1.3 Psicologia

Na área da Psicologia o total de resultados encontrados foram 5 estudos, incluídos na pesquisa, descritos no Quadro 13, conforme a ordem do ano das publicações.

Sousa (2005) Na sua dissertação de mestrado em Psicologia “Significados E Sentidos Das Casa Estudantis: Um Estudo Com Jovens Universitários”, buscou compreender os significados e sentidos das casas estudantis para seus moradores. A pesquisadora utilizou a teoria sócio-histórica de Vigotski. Compreende que significados e sentidos se constituem de modo diferente. Refere que as moradias

estudantis existem desde o surgimento das universidades porém não há estudos sistematizado sobre elas.

Quadro 13. Estudos na área da Psicologia

Autor	Titulo	Ano	Área	Fonte de pesquisa
SOUSA, L.M.	Significados E Sentidos Das Casa Estudantis: Um Estudo Com Jovens Universitários	2005	Psicologia	Teses Me
OSSE,C.M.C.	Pródromos E Qualidade De Vida De Jovens Na Moradia Estudantil Da Universidade De Brasília	2008	Psicologia Clinica e Cultura	Teses Me
FERREIRA, L.S.	Redes De Apoio Social E Qualidade De Vida De Estudantes Migrantes Moradores De Casa De Estudantes	2013	Psicologia	Teses Ce
COSTA, D.Z.N.	Variáveis Individuais, Sociais e do Ambiente Físico em Residências Universitárias	2014	Psicologia	Artigo CAPES AE/ME
ROSENTAL, C..R.B.	Como Uma Segunda Casa: A Sociabilidade E As Redes De Apoio Aos Estudantes Residentes Nas Unidades De Moradia Estudantil Da Universidade Federal De Viçosa/MG.	2016	Psicologia	Teses Me
LACERDA, I.P.	O Impacto Do Programa De Moradia Estudantil Sobre A Vida Acadêmica De Estudantes De Nível Superior	2017	Psicologia	Teses Me

Fonte: Elaborado pela autora.

Realizou uma pesquisa empírica aplicando questionário para traçar o perfil dos moradores das casas de Goiânia/GO. Também utilizou observação nas casas, leituras sobre o tema e grupos focais. Os resultados apontam que os estudantes são em sua grande maioria jovens e com renda baixa e oriundos de famílias com pouca escolaridade. Para sua manutenção, trabalham, são bolsistas ou estagiários. Nos documentos encontrou significados vindos de movimentos estudantis e de uma visão social de mundo presente nas universidades. Os grupos focais mostram que os significados e sentidos de ser morador podem ser contraditórios e contrapostos. (SOUZA, 2005)

Segundo a autora (2005, p. 6), “Essa contradição foi compreendida à luz da dialética exclusão-inclusão, pois os sujeitos buscam superar sua história de exclusão pela inclusão no mercado de trabalho” Assim os estudantes enfrentam as dificuldades cotidianas de morar em uma moradia coletiva sejam sentidos como um sacrifício a ser enfrentado em nome da esperança por uma mudança de vida com a conclusão da graduação.

Osse (2008), fez seu mestrado em psicologia e cultura escrevendo sobre – “Pródromos e Qualidade de Vida de Jovens na Moradia Estudantil da Universidade de Brasília”. O estudo tinha como objetivo identificar e sistematizar os serviços disponíveis de atenção aos estudantes da UNB, com vistas a subsidiar o planejamento de ações de proteção, prevenção e assistência estudantil futuras na Universidade. Os jovens foram escolhidos por estarem em fase propícia ao aparecimento de sofrimento psíquico.

A pesquisa foi realizada sob a ótica epistemológica da pesquisa-ação integral e sistêmica com base em representantes da comunidade acadêmica. A Amostra é teórica, constituída durante a realização da pesquisa. Foram aplicados questionários, grupos de discussão e entrevistas. Para análise de dados utilizou o SPSS18. Entre os resultados encontrados foram: dados relevantes sobre o estado de saúde mental dos jovens; os representantes dos centros acadêmicos desconhecem os recursos de Assistência estudantil da Universidade embora reconheça sua importância. Os serviços encontram-se na capacidade máxima de atendimentos. Há necessidade de aumento do atendimento especializado e articulação dos serviços. Apresenta no final propostas de ações imediatas, médio e longo prazo (OSSE, 2008).

Ferreira (2013), fez sua dissertação de mestrado sobre “Redes de Apoio Social e Qualidade de Vida de Estudantes Migrantes Moradores de Casa de Estudantes”. O objeto de estudo desta pesquisa encontra-se na rede de apoio social e na qualidade de vida de estudantes migrantes moradores de Casas de Estudantes em Belém/PA. A pesquisa exploratória, descritiva, correlacional, de corte transversal, com abordagem quantitativa, contém revisão bibliográfica narrativa e pesquisa de campo. Com o objetivo de investigar a correlação das redes de apoio social com a qualidade de vida de estudantes migrantes moradores de casas de estudantes, o perfil sócio demográfico dos estudantes migrantes moradores de casas de estudantes; a constituição de suas redes sociais no que tange a parente e amigos

significantes; a qualidade do apoio social percebido e da qualidade de vida dos mesmos foram investigados.

A pesquisa foi realizada em seis Casas de Estudantes existentes na cidade de Belém, que acolhem estudantes do ensino médio e superior procedentes de cidades do interior do estado do Pará, de outros estados brasileiros e de outros países. Os instrumentos utilizados foram o Inventário Sócio Demográfico - ISD; o Questionário de Redes Sociais; a Escala de Apoio Social (EAS) e; o Questionário da Visão de Saúde Mental (QSDM), com enfoque no KIDSCREEN 27. Autora apresenta os dados encontrados do perfil. Em relação às questões de Rede Social, esta é formada por um ou dois familiares e por dois a três amigos, constituindo assim uma rede social pequena (FERREIRA, 2013).

No que tange ao apoio social os dados relativos a amostra deste estudo indicam ótimo Apoio Material; o Apoio Afetivo, o Apoio de Interação Positiva, o Apoio de Informação foram apresentados como bons; na dimensão Apoio Emocional os estudantes mostraram resultado regular; e ao que tange ao Apoio Geral a maioria dos estudantes possuem bom Apoio e apenas a minoria apontam Apoio Geral péssimo (FERREIRA, 2013).

A caracterização do perfil sociodemográfico surge como um dado de base primária, apoiador para formulação de pesquisas fidedignas as condições de estudantes migrantes moradores de casa de estudantes. Os resultados sobre a composição da rede obtidos neste estudo, reforçam a ideia norteadora deste estudo – de que as redes sociais são reduzidas no processo migratório. No entanto, os resultados sobre a qualidade do apoio social percebido, tornam possível a reflexão de que o fator relevante na análise da qualidade do apoio social esta relacionado a qualidade das relações e não a quantidade destas (FERREIRA, 2013).

Destaca-se a importância da qualidade das relações obtidas nas redes sociais e nas redes de apoio social para alcançar bons índices de qualidade de vida. No que tange aos resultados referentes a qualidade de vida destaca-se aqui a influência desta dimensão para uma boa adaptação diante das mudanças causadas pela entrada no nível superior e pelo processo migratório. Quando se analisa os resultados da Técnica de Análise de Correspondência percebeu-se ampla correspondência entre as redes de apoio social e a qualidade de vida, torna-se importante evidenciar aqui que o apoio social é um fator capaz de proteger e promover a qualidade de vida (FERREIRA, 2013).

Costa e Zenith (2014) no artigo “Variáveis Individuais, Sociais e do Ambiente Físico em Residências Universitárias” analisa o ambiente das moradias coletivas universitárias. Refere que a importância desse tema é crescente em função das novas políticas de acesso ao ensino superior público. Investigou variáveis individuais, sociais e do ambiente físico em residências universitárias com a finalidade de subsidiar os programas de moradia da Assistência estudantil. Utilizou conceitos de identidade social, apropriação do espaço, dilema dos comuns e mapa cognitivo.

Segundo os resultados dessa pesquisa, os participantes não se sentem pertencentes ao grupo dos residentes universitários, não percebem a moradia estudantil como sua casa e apresentam dificuldades para cumprir regras e tarefas. A sala aparece como um espaço significativo associados a conflitos interpessoais e ao mesmo tempo a momento agradáveis. O autor discute a significância desses resultados para entender a dinâmica de uma moradia/residência universitária e a contribuição para sua formação (COSTA; ZENITH, 2014).

Rosental (2016) Na sua dissertação “Como Uma Segunda Casa: A Sociabilidade E As Redes De Apoio Aos Estudantes Residentes Nas Unidades De Moradia Estudantil Da Universidade Federal De Viçosa/MG.” Analisou o papel das redes sociais familiares e não familiares, na vida pessoal dos estudantes de graduação residentes nas unidades de moradia estudantil da Universidade Federal de Viçosa (UFV), campus Viçosa, MG. Com abordagem quantitativa e qualitativa estudou a influência e a importância das redes sociais nas condições de vida de grupos em situações de vulnerabilidade socioeconômica (neste caso os estudantes moradores nas unidades de moradia estudantil da Ufv), explicando as suas dinâmicas de reprodução social. Caracterizou por meio do perfil socioeconômico dos estudantes tais como: informações do grupo familiar e dos estudantes moradores, seu quadro de vulnerabilidade socioeconômica; identificação dos padrões de sociabilidade associados a esses estudantes, e ainda da análise do papel das redes familiares e não familiares enquanto aporte material, social e psicológico para os estudantes.

Os resultados encontrados foram na configuração das redes de relações, os tipos de redes existentes, os padrões distintos de sociabilidade, os mecanismos e as dinâmicas às quais estão vinculados os estudantes pesquisados, a maior parte das trocas foram mediadas por grupos que tinham entre si relações de grande

personalidade e grande confiança. Entretanto, foram detectadas também trocas, especialmente aquelas relacionadas aos órgãos institucionais, que envolviam uma menor personalidade e uma menor confiança. No entanto, todas elas representaram importantes aportes para os estudantes. Isso porque as trocas nem sempre envolvem bens similares, envolvem confiança, ligada à homofilia, na confiança naqueles grupos ou sujeitos, cujos comportamentos similares são percebidos nas suas dimensões pessoais, profissionais e políticas dos sujeitos. O estudo reforça o aspecto de que as redes se constituem em importantes aportes em condições de pobreza e impactos no bem-estar dos indivíduos, além de nos permitir identificar os padrões de sociabilidade relacionados a esses sujeitos (ROSENTAL, 2016).

Lacerda (2017) escreveu sobre “O Impacto Do Programa De Moradia Estudantil Sobre A Vida Acadêmica De Estudantes De Nível Superior”. Analisou a relação entre qualidade de vida, vivências acadêmicas e residência universitária. Realizou dois estudos, o primeiro um estudo quantitativo com amostra formada por 408 estudantes universitários moradores e não moradores. Os resultados indicaram para o aumento do desempenho acadêmico entre moradores e menor incidência de trancamento de disciplinas.

O segundo estudo foi dividido em dois, sendo, o estudo 2A qualitativo com amostra de 30 estudantes universitários residentes na moradia. Os resultados indicaram, no estudo 2A, uma relação positiva entre viver na moradia estudantil e aumento da qualidade de vida e experiências da vida acadêmica. Mas também indicaram aspectos negativos em relação à estrutura da moradia e fatores que interferem no comportamento dos estudantes frente a novos desafios. O estudo 2B quantitativo com amostra de 57 estudantes sendo 31 residentes e 26 não residentes, indicando diferença estatisticamente significativa para o grupo de residentes no que se refere às vivências acadêmicas, especificamente para o fator desempenho acadêmico (LACERDA, 2017).

4.1.4 História, Memória Social e Bens Culturais

Na área da História/ Memória Social e Bens Culturais, foram encontrados 4 resultados. Um artigo foi publicado e aparece duas vezes nos resultados, dessa forma foram analisados 3 resultados, conforme descrito no Quadro 14.

Quadro 14. Estudos na área da História/Memória e bens culturais

Autor	Título	Ano	Área	Fonte
SANTOS, J.S.	O Sonho De Uma Geração (Casa Do Estudante Do Norte Goiano (Cenog) E Movimento Separatista - 1959-1968)	1996	Historia	Teses Ce
HINTERHOLZ, M.L.	Tácitas E Marginais: Memórias das Casas de Estudante Autônomas de Porto Alegre e as Possibilidades para a História da Educação	2017	Historia	Artigo Capes ME
FERREIRA, R.C.	Os Estudantes Indígenas Em Cena: A Memória Coletiva Sobre A Inclusão Na Universidade	2014	Memória Social E Bens Culturais	Teses Ce

Fonte: elaborado pela autora.

Na área da historia encontramos a dissertação de mestrado de Jocyléia Santana dos Santos (1996) sobre - O Sonho De Uma Geração (Casa Do Estudante Do Norte Goiano (CENOG) E Movimento Separatista - 1959-1968) realizado na Universidade Federal De Pernambuco, Recife. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE. Porém não encontramos seu trabalho em nenhum tipo de pesquisa ou busca na internet, além do fato do trabalho ser mais antigo e ser bem anterior a Plataforma Sucupira. Selecionamos o estudo pelo título para registro sobre mais m estudo que trata sobre o tema de moradia estudantil.

Na área da história da educação – Hinterholz (2017) no seu artigo “Tácitas E Marginais: Memórias das Casas de Estudante Autônomas de Porto Alegre e as Possibilidades para a História da Educação” refere que o tema da moradia estudantil é pouco explorada pela historiografia o que atribui a visão deste espaço como um espaço ligado a uma ação de assistência não sendo considerado como lugar de formação e de troca de saberes. Apresenta por meio da História Cultural, a história do surgimento e organização de três casas de estudantes autônomas de Porto Alegre e discutir a inscrição deste tema no campo da História da Educação. As casas autônomas não estão ligadas a instituições educação com manutenção própria, diferente das casas de estudante das Universidades Federais e IF's.

Na área de memória social e bens culturais, Ferreira (2014) escreveu sobre “Os Estudantes Indígenas Em Cena: A Memória Coletiva Sobre A Inclusão Na Universidade”. A autora desenvolveu uma pesquisa-ação com o objetivo geral desvelar a memória coletiva dos estudantes indígenas no processo de inclusão no

ensino superior, no que se refere ao acesso e à permanência deles na Casa do Estudante Universitário, da UFRGS, no período de 2008 a 2013, para intervir na realidade acadêmica. Buscou conhecer o perfil dos estudantes indígenas para a caracterização e o reconhecimento das origens, da situação familiar e dos cursos em formação; sensibilizar a comunidade estudantil para participar do processo de investigação, envolvê-la na reflexão sobre a inclusão dos estudantes indígenas no ensino superior e na construção de mudanças para a garantia do acesso e da permanência desses estudantes na UFRGS; conhecer as experiências cotidianas vivenciadas por eles na interação com a comunidade universitária, para identificar os limites e as possibilidades do acesso e da permanência deles na UFRGS; construir coletivamente um vídeo da memória coletiva sobre a importância da inclusão, do acesso e da permanência desses estudantes na comunidade universitária para incidir na realidade acadêmica.

Na metodologia do estudo utilizou a revisão teórica realizada sobre a temática e as categorias memória coletiva, ações afirmativas, diversidade cultural, ensino superior, inclusão social e minorias étnicas. O desenvolvimento da pesquisa consistiu em 04 (quatro) principais fases: fase exploratória (diagnóstico), fase principal (planejamento), fase ação (seminário e filmagens) e fase de avaliação (análise dos resultados e produção do vídeo). Participaram da pesquisa 6 (seis) estudantes indígenas da UFRGS que, coletivamente, produziram um vídeo o qual desvela as memórias guardadas acerca do processo de inclusão na UFRGS, os limites e as possibilidades do cotidiano acadêmico, as questões referentes ao acesso e à permanência deles na universidade, bem como as mudanças que propõem. A pesquisa se constituiu em uma importante estratégia para a implementação de mudanças no âmbito acadêmico no que diz respeito ao acesso e à permanência dos estudantes indígenas na UFRGS (FERREIRA, 2014).

4.1.5 Administração universitária e Gestão

Na área da Administração universitária e Gestão foram encontrados 3 resultados, descritos no Quadro 15.

Quadro 15. Estudos na área da Administração Universitária/Gestão

Autor	Título	Ano	Área	Fonte
BARRETO, D.	Moradias Estudantis Das Universidades Federais Do Sul Do Brasil: Reflexões Sobre As Políticas De Gestão Universitária	2014	Administração Universitária	Teses Me
MACHADO SOBRINHO, S.	Política De Assistência Estudantil: Uma Análise Dos Programas “Moradia Estudantil” E “Auxílio Moradia” Da Ufsc	2014	Administração Universitária	Teses Me
SILVA, P.V.A	Avaliação E Importância Dos Programas De Assistência Estudantil Da Universidade De Brasília – Unb'	2016	Gestão Pública	Teses Ce

Fonte: Elaborado pela autora.

Barreto (2014) escreveu sua dissertação “Moradias Estudantis Das Universidades Federais Do Sul Do Brasil: Reflexões Sobre As Políticas De Gestão Universitária” com o objetivo de analisar o tipo de gestão aplicado nas moradias estudantis das Universidades federais dos Sul do Brasil. Realizou uma pesquisa qualitativa de caráter interpretativo e aplicada. Escolheu as instituições para análise pela localização e similaridades nas políticas desenvolvidas nessa área. As universidades pesquisadas foram UFRGS, UFSM, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). A coleta de dados foi por meio de pesquisa documental e bibliográfica, e entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis pela Moradia Estudantil nas universidades e representantes discentes do DCE. Refere que as moradias estudantis são fundamentais para o acolhimento de estudantes que vêm de outras cidades e deixam suas famílias de origem e não possuem condições de se manter na cidade onde estudam. O investimento na educação, para estes estudantes surge como uma oportunidade de transformação social e convivem na moradia com estudantes em condições semelhantes. Conclui que o tipo de gestão que prevalece nas moradias tem foco na democracia representativa, embora apresentem algumas diferenças entre elas principalmente com relação a forma como a gestão ocorre nas Universidades.

Machado-Sobrinho (2014) escreveu sua dissertação sobre a “Política De Assistência Estudantil: Uma Análise Dos Programas “Moradia Estudantil” E “Auxílio Moradia” Da Ufsc”. Realizando uma comparação crítica entre os dois programas de

moradia da Universidade, por meio de entrevistas com os beneficiados pelos programas e envolvidos com a assistência estudantil da UFSC. Também refere ter realizado uma teorização própria sobre este tipo de programa. Destaca ser fundamental a concepção destes programas como parte do processo de democratização do acesso ao ensino superior e por isso é importante analisar os programas de Assistência Estudantil para construção de conhecimento sobre a Universidade.

Silva (2016) Estudo 20, realizou sua dissertação sobre “Avaliação e importância dos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília – UnB”. Inicia destacando que a democratização do ensino superior é uma estratégia de combate da desigualdade social, porém, a inclusão efetiva de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na universidade demanda a implementação eficaz de programas de assistência estudantil. Como objetivo geral, a pesquisa buscou analisar a assistência estudantil na Universidade de Brasília (UnB). De forma específica, o autor pretendia: 1) avaliar os programas de assistência estudantil da UnB; 2) identificar os principais problemas dos Restaurantes Universitários (RUs) e da Casa do Estudante (CEU) da UnB; 3) avaliar o desempenho acadêmico e as dificuldades peculiares dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica; 4) estimar o impacto de algumas dificuldades do estudante em vulnerabilidade socioeconômica no seu desempenho acadêmico.

Aplicou e analisou 189 questionários que respondidos por estudantes beneficiados pela assistência estudantil da UnB, empregando os seguintes métodos: estatística descritiva, análise de cluster e análise de regressão múltipla. De forma geral, os programas de assistência estudantil que oferecem algum recurso financeiro direto receberam sugestões para a atualização do valor e críticas aos constantes atrasos no pagamento. O programa de auxílio alimentação foi bem avaliado, destacando sugestões para o pagamento de valor monetário suficiente nos casos em que o beneficiário comprovar dificuldade de ter acesso ao RU. O programa de auxílio emergencial se mostrou limitado no atendimento do seu objetivo, os motivos foram a sua pouca divulgação e a burocracia e lentidão na concessão do benefício. O programa de acesso à língua estrangeira, na sua essência, não apresentou maiores críticas. O grande problema desse programa é o descompasso entre a oferta e a demanda de vagas, limitando o seu acesso. O programa vale livro se mostrou pouco eficaz devido, principalmente, ao seu pequeno benefício, apenas

10% de desconto, e a sua restrição para a compra de livros publicados somente pela editora da UnB (SILVA, 2016).

A avaliação dos RUs da UnB foi positiva. Exceto pela qualidade do suco e variedade do cardápio, em geral, as questões referentes à higiene, ao horário de funcionamento, à qualidade e à quantidade da comida, entre outras, foram caracterizadas com uma qualidade boa, muito boa ou excelente. Tal como o RU, a avaliação da CEU foi positiva, destacando alguns problemas como o acesso limitado da internet, a falta constante de água e a indisponibilidade de servidores para a realização de pequenos consertos como, por exemplo, o de chuveiro queimado. Os resultados não indicaram um desempenho acadêmico inferior do estudante em vulnerabilidade socioeconômica e nem maiores problemas de assédio moral com esse perfil de estudante. Porém, os resultados foram conclusivos no que se refere as dificuldades dos estudantes consequentes da necessidade de trabalhar, da insuficiência dos programas de assistência estudantil e de que o ensino médio com formação ruim limitam o desempenho acadêmico do estudante em vulnerabilidade socioeconômica (SILVA, 2016).

4.1.5 Política Social e Políticas Públicas

Na área da política social e políticas publicas foram encontrados 3 estudos, descritos no Quadro 16, todos encontrados no catalogo de teses e dissertações da CAPES. Um resultado com expressão de busca “Casa do Estudante” e dois resultados com expressão de busca “Moradia Estudantil”.

No mestrado em Política Social, Gonçalves (2011) escreveu sobre “A Assistência Estudantil Como Política Social No Contexto Da Ufpel: Concepções, Limites E Possibilidades”. A Autora Desenvolveu Uma Pesquisa No Entre 2009 e 2010, com o objetivo de analisar a concepção dos moradores da Casa do Estudante da UFPEL, sobre as Políticas de Assistência Estudantil da universidade. Enfoca particularmente os alunos participantes dos programas de moradia, transporte e alimentação. A pesquisa qualitativa guiou-se pelos pressupostos da crítica dialética. O universo da pesquisa corresponde a 30% do total de moradores, utilizou como principal instrumento, a entrevista semiestruturada. Os resultados indicam: na concepção dos sujeitos da pesquisa, os Programas de Assistência Estudantil representam grande oportunidade para permanecer na Universidade e concluir um

Curso Superior. É a alternativa principal, sem ela não teriam condições de concluir o curso. Os estudantes consideram que os programas revertem-se em políticas inclusivas, permitindo sentirem-se apoiados para terem acesso à Universidade e novas oportunidades de ascensão social, política, cultural e intelectual (GONÇALVES, 2011).

Quadro 16. Estudos na área da Política Social/Políticas Públicas

Autor	Título	Ano	Área	Fonte
GONÇALVES, V.T.S.A.	A Assistência Estudantil Como Política Social No Contexto Da Ufpel: Concepções, Limites E Possibilidades	2011	Política Social	Teses Ce
MARANHAO, F.C.A.	Política Pública De Assistência Estudantil: Um Estudo Da Satisfação Dos Universitários Residentes Na Moradia Estudantil Da Ufrpe'	2016	Políticas Públicas	Teses Me
ARAÚJO, A.C.C	A Percepção Discente Sobre A Residência Universitária No Brasil E O Programa Auxílio Moradia No Campus Da Ufc Em Sobral	2016	Políticas Públicas E Gestão Da Educação Superior	Teses Me

Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudantes ainda consideram necessário que os assistentes sociais responsáveis pelos programas disponibilizem mais tempo para interação com os usuários. O autor refere que, nas falas referentes à ampliação da moradia estudantil, com a construção de nova casa, uma expectativa remota sem muito crédito segundo eles. Salientam a necessidade de aumento do número de Bufês e diminuir o número de alunos nas filas do Restaurante Universitário (RU) para os estudantes retornarem às suas atividades acadêmicas em tempo hábil. Ratificam a necessidade de ampliar as Políticas de Assistência Estudantil e o número de vagas nos programas devido ao aumento de vagas na UFPEL. A maioria caracteriza a Assistência Estudantil como ajuda, apoio e poucos a ressaltam como um dever do Estado, direito social dos estudantes de se manterem inseridos numa Universidade pública e concluírem o curso. (GONÇALVES, 2011)

Maranhão (2016) escreveu a “Política Pública De Assistência Estudantil: Um Estudo Da Satisfação Dos Universitários Residentes Na Moradia Estudantil Da UFRPE”. Buscou verificar além do nível de satisfação dos universitários residentes

nas moradias estudantis do campus Sede da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) o perfil dos residentes segundo as variáveis sociodemográficas, socioeconômicas, culturais, acadêmicas e relativas ao Programa de Residência Estudantil. Ressalta que por vivenciarem o cotidiano da moradia, os moradores conseguem realizar uma avaliação com maior precisão, evidenciando assim os aspectos positivos e negativos encontrados no âmbito das residências estudantis.

Trata-se de um estudo de caráter descritivo e exploratório, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvido com os residentes de ambos os sexos das três residências estudantis existentes no campus. Os dados foram coletados através de questionário semiestruturado aplicado a 73% do universo dos residentes, e das entrevistas realizadas com os seis diretores representantes de cada moradia estudantil. Considerando os três aspectos analisados: infraestrutura, convivência social e desempenho acadêmico, os resultados apontaram que a grande maioria está satisfeita com a residência estudantil a qual está alojado. (MARANHÃO, 2016)

A partir desse estudo espera-se facilitar o acesso a uma variedade de informações válidas e confiáveis que possam ser utilizadas pela comunidade acadêmica, e, principalmente pelos gestores públicos, a fim de subsidiar a tomada de decisão acerca das ações da Política de Assistência Estudantil na instituição, especificamente, as residências estudantis. E, em virtude da escassa produção científica da importância das moradias estudantis na vida acadêmica de muitos estudantes, sugerem-se novos estudos em outros contextos institucionais que incorporem variáveis não contempladas na presente investigação (MARANHÃO, 2016).

Araújo (2016) “A percepção discente sobre a Residência Universitária no Brasil e o programa auxílio moradia no Campus da UFC em Sobral'. O campus da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Sobral não possui moradia estudantil e implementou o Programa Auxílio Moradia para atender a demanda de moradia para estudantes oriundos de outros municípios. O campus de Sobral optou pelo Programa Auxílio Moradia, cujo processo de implantação seria mais breve do que construir e equipar uma residência universitária. Buscou compreender a percepção do estudante sobre o Programa Auxílio Moradia no campus da UFC em Sobral, estabelecendo um comparativo com a percepção de residentes universitários de

diferentes universidades brasileiras. Realizou pesquisa bibliográfica e exploratória para a construção da fundamentação teórica e a compreensão do problema da pesquisa.

Os dados obtidos na pesquisa foram analisados quantitativamente e qualitativamente. A comparação entre os dois pontos de vista permitiu que a pesquisa apresentasse, na visão dos estudantes, as vantagens e desvantagens do Programa Auxílio Moradia e da Residência Universitária. Também apontou que os dois grupos de estudantes possuem percepções opostas: para os bolsistas, o Auxílio Moradia é o programa que melhor atende as necessidades de seus beneficiários, enquanto que para os residentes, a Residência Universitária é o programa mais completo no que se refere à moradia estudantil (ARAUJO, 2016).

A oposição das percepções dos dois grupos de entrevistados revela que cada grupo não experimentou a realidade do outro, o que prejudica a criação de um juízo de valor imparcial sobre o assunto. Estas percepções poderão servir de embasamento para auxiliar os gestores de políticas de assistência estudantil a repensarem os dois programas de assistência à moradia. Este trabalho permitiu compreender a necessidade de modificar a estrutura dos programas existentes de maneira que possam melhor atender às demandas dos seus beneficiários (ARAUJO, 2016).

4.1.6 Ciências Sociais

No campo das ciências sociais, nas duas expressões de busca o resultado abaixo apareceu, tanto como “moradia estudantil” e como “casa do estudante”. Segue o Quadro 17, com informações sobre este estudo.

Quadro 17. Estudos na área das Ciências Sociais

Autor	Título	Ano	Área	Fonte
Machado, J.S.	Em Busca De Um Mesmo “Ceú”: Estudo Antropológico Sobre (Ex)Moradores Da Casa Do Estudante Da Universidade Federal De Santa Maria.	2012	Ciências Sociais	Teses Me

Fonte: Elaborado pela autora.

Machado (2012) realizou seu mestrado em ciências sociais a respeito do assunto com o título “Em busca de um mesmo “CEU”: Estudo antropológico sobre (Ex)Moradores da Casa do Estudante da Universidade Federal de Santa Maria”. O estudo teve como objetivo analisar a assistência estudantil no âmbito das residências universitárias para conhecer a realidade dos estudantes suas relações interpessoais, sonhos e perspectivas no espaço da moradia

Por meio de um estudo de campo com estudantes de duas residências universitárias da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em Joao Pessoa. Foi definida amostra para coleta por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas, pesquisa documental e bibliográfica. Refere que a assistência ao estudante vem sendo realizada por meio de ações pontuais de acordo com cada instituição, nem sempre suficientes. Considera a assistência estudantil indispensável para a permanência na Universidade (MACHADO, 2012).

4.1.7 Mercado Imobiliário

Na área que aborda o mercado imobiliário em torno das Universidades para servirem como moradia estudantil foram identificados dois artigos – 36 e 39 (ver Quadro 18). Apesar de tratar sobre o mercado imobiliário se referem a moradia estudantil nestes termos, da movimentação e valorização imobiliária nos entornos das universidades e do crescimento desse mercado. Incluímos ainda no estudo, pois é necessário pensar que algumas universidades pagam auxílio moradia para os estudantes, o que acaba por alimentar este mercado também.

Quadro 18. Estudos na área do Mercado Imobiliario

Autor	Título	Ano	Área	Fonte
SILVA, G.C.; PEITER, M.X.	Espacializacao E Valorizacao De Terrenos No Bairro Camobi--Santa Maria, Rs”	2014	Mercado imobiliário	Artigo Capes ME
ALBANO, C; GUTERRES, M; MOREIRA, T.	Utilização da técnica de preferência declarada: um estudo no setor de habitação para estudantes universitários	2018	Mercado Imobiliário	Artigo Capes ME

Fonte: Elaborado pela autora.

Silva e Peiter (2014) escreveram sobre a “Espacialização E Valorização De Terrenos No Bairro Camobi--Santa Maria, Rs”. Apesar de ser um estudo técnico que buscou quantificar e analisar os terrenos do bairro, na contextualização da pesquisa aparece como fator de influência para o desenvolvimento do bairro e valorização imobiliária pois “Atualmente, as áreas próximas à Universidade começam a se desenvolver com grande intensidade, principalmente com a construção de edificações, que buscam suprir a demanda gerada pela UFSM”. Também refere que este crescimento ao redor da UFSM “e ao longo das grandes vias de acesso que ligam o Bairro à cidade. A densificação se dá principalmente pela substituição de residências simples, por edifícios que, em grande parte, são destinadas à moradia estudantil”¹³ (SILVA; PEITER, 2014, p. 99). Concluem que o bairro está em crescimento visível e o desenvolvimento traz uma valorização imobiliária diferenciada.

Albano, Guterres e Moreira (2018) tratam sobre “Utilização da técnica de preferência declarada: um estudo no setor de habitação para estudantes universitários”. Relatam os resultados de uma pesquisa preferência declarada, com aplicação específica sobre processo de escolha do local de habitação dos estudantes universitários. Realizaram uma coleta de dados com os estudantes de uma universidade federal por meio de um questionário. Os resultados apontam as “preferências deste segmento consumidor, possibilitando um maior conhecimento sobre os fatores que são predominantes quando da escolha do local para habitação”. A pesquisa demonstrou ser uma ferramenta útil e eficiente para conhecer essa realidade. “Pois, esta pode servir para uma melhor compreensão de como os estudantes ponderam suas escolhas [...] conhecer melhor as características da demanda” (ALBANO, GUTERRES E MOREIRA, 2018, p. 180). Os autores referem no estudo a forma como preferem e escolhem a moradia e que a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) localiza-se em uma área afastada e ainda não possui uma infraestrutura adequada, os estudantes em sua grande maioria optam por residirem no centro da cidade, ainda que o custo do aluguel seja superior.

¹³ A moradia estudantil aqui referida não como política pública, mas pela migração dos estudantes para estudarem em Santa Maria.

4.1.8 Serviço Social

Na área do Serviço Social foram encontradas duas produções na mesma busca pelo termo “Moradia Estudantil” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Um dos estudos não foi encontrado na internet mas trata sobre o assunto da moradia (ver Quadro 19).

Quadro 19. Estudos na área do Serviço Social

Autor	Título	Ano	Área	Fonte
LIMA, C.P.N	Aspecto Atuais De Assistência Estudantil No Campus I Da Ufpb: Programa De Moradia Estudantil	2002	Serviço Social	Teses Me
ALMEIDA, B.C.	O Trabalho De Assistentes Sociais Na Moradia Estudantil Universitária Da Universidade Federal De Goiás.'	2015	Serviço Social	Teses Me

Fonte: Elaborado pela autora.

Lima (2002) Estudo 1 - na sua dissertação de mestrado em Serviço Social tratou sobre “Aspecto Atuais de Assistência Estudantil no Campus I da UFPB: Programa de Moradia Estudantil”. No entanto seu é anterior à Plataforma Sucupira e em buscas na internet não encontramos o seu trabalho. Foi realizado na Universidade Federal Da Paraíba/João Pessoa, João Pessoa, Biblioteca Depositária: Setorial, Central e Nacional.

Almeida (2015) Estudo 11, escreveu sobre - O Trabalho De Assistentes Sociais Na Moradia Estudantil Universitária Da Universidade Federal De Goiás. Nesta dissertação de mestrado a autora analisou o trabalho de assistentes sociais na Moradia Estudantil da Universidade Federal de Goiás, no período de 1990 a 2014. O referencial utilizado ancorou-se na tradição marxista gramsciana, com às pesquisas bibliográfica e documental. Sua análise foi guiada pela perspectiva da trajetória do capitalismo monopolista contemporâneo, do desenvolvimento do Estado moderno e das formas que este assumiu em cada momento histórico visando atender às exigências de mudanças do grande capital na produção e no trabalho, espalhando-se para outros mercados (ALMEIDA, 2015)

Refere que no âmbito do Estado brasileiro o trabalho profissional dos assistentes sociais é uma construção social e histórica, assalariado e resultante das relações sociais em uma sociedade de classes. Expôs de que forma este trabalho se desenvolve dando destaque ao processo educativo de participação coletiva de estudantes moradores de Casas de Estudantes Universitários na efetivação da política de assistência social e na interface com a educação superior pública. Também considerou Movimento Estudantil/Movimento de Casas de Estudantes, como parte integrante da política com suas instâncias de organização e participação em âmbitos nacional, regional e local (ALMEIDA, 2015).

4.1.9 Agronomia e Sustentabilidade

Com a busca “Moradia estudantil” encontramos um artigo no portal de periódicos da CAPES na área de estudos da agronomia e sustentabilidade, conforme descrito abaixo.

Quadro 20. Estudos na área da Agronomia/Sustentabilidade

Autor	Título	Ano	Área	Fonte
FOSSALUZA <i>et al.</i>	Moradia Estudantil Agroecológica	2010	Agronomia Sutentabilidade	Artigo Capes ME

Fonte: Elaborado pela autora.

Fossaluzza *et al.* (2010) – estudo 1 - realiza estudo na área da Agronomia/sustentabilidade e traz a proposta de utilização de uma área da moradia estudantil não utilizada para implantar um sistema agroflorestral, horta orgânica e bioconstruções. Esta moradia está localizada fora dos limites do campus da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Esta área não era aproveitada e assim era motivo de gastos com manutenção para a Administração Geral do Campus de Botucatu. Este projeto objetivou a cooperar com a manutenção do espaço e desenvolver ações com sustentabilidade no local e que possam ser utilizadas em ações de caráter socioambiental com instituições de ensino público e no entorno. Os moradores foram chamados a contribuir com a separação dos resíduos orgânicos e recicláveis. Como alguns dos resultados: a melhoria do solo, plantio de espécies arbóreas nativas, hortaliças e ervas medicinais e condimentares,

além da utilização de homeopatia no controle de pragas e duas safras de hortaliças consumidas pelos moradores. A importância e destaque desse estudo se dá pela amplitude do projeto que envolveu a comunidade externa a Universidade e o entorno da moradia estudantil. Também destacou como desafio de conseguir adesão e participação rotineira no projeto, o que resultou em mutirões esporádicos.

4.1.10 Arquitetura

Na busca no termo “Moradia Estudantil” o trabalho apresentado no Quadro 21 foi encontrado na área da arquitetura.

Quadro 21. Estudos na área da Arquitetura

Autor	Título	Ano	Área	Fonte
GOETTEMS, R.F.	Moradia Estudantil Da Ufsc: Um Estudo Sobre Relações Entre O Ambiente E Os Moradores.	2012	Arquitetura e Urbanismo	Teses Me

Fonte: Elaborado pela autora.

Goettems (2012) escreveu sua dissertação de mestrado sobre “Moradia Estudantil Da Ufsc: Um Estudo Sobre Relações Entre O Ambiente E Os Moradores” A autora refere que a moradia estudantil é um espaço de deve prover suporte psicofísico para os estudantes que ali residem. A moradia tem como objetivo ofertar um local para habitação, apoio a constituição do indivíduo como adulto, profissional e cidadão, socialização e desenvolvimento de atividades extracurriculares. O processo de Expansão das universidades a demanda por moradia estudantil é crescente e refere a importância de avaliar os espaços de moradia que são oferecidos aos estudantes. A metodologia adotada foi estudo de caso, na UFSC, objetivando a avaliação do espaço habitado pelos estudantes moradores com foco na relações entre usuário e o ambiente. O estudo se desenvolveu com base na relação que o estudante-morador tem com o espaço ofertado e como ocorre a relação entre o ambiente construído e a adequação do uso por meio da espacialização das atividades desenvolvidas pelos estudantes.

Buscou referencias na historia da Universidade e da sua moradia estudantil e a compreensão do conceito de habitação/casa/moradia com apoio de pesquisas

no campo comportamento ambiental. A abordagem utilizada multi-métodos proporcionou avaliar e caracterizar o prédio da moradia e orientou as observações da interação humano X ambiente. Foram identificados elementos que influenciam tanto na forma como os moradores percebem o seu ambiente quanto a forma como se relacionam com os outros moradores. Desse levantamento surgiram sugestões para alterações no prédio estudado e para adequações das necessidades e expectativas dos moradores. Também foi possível traçar recomendações gerais que auxiliem os arquitetos para futuros projetos de moradias estudantis considerando estes aspectos (GOETTEMS, 2012).

4.1.11 Artigo de Jornal

Dos artigos de jornais encontrados na busca, apenas um estava disponível na internet, foi salvo como artigo 22. Entitulado “Contrato emergencial nao teve valor divulgado - Reitor se reunirá com MEC em busca de alternativas para moradia estudantil” publicado no Jornal Globo de Brasil, 9 de agosto de 2017. O artigo noticia que O reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) iria se reunir com o MEC para apresentar as demandas dos alunos em relação aos alojamentos e encontrar alternativas para atendê-las. Em caráter emergencial válida por 30 dias a UFRJ contratou uma hospedagem em hotel, onde cada quarto receberá três estudantes. Segundo os estudantes, apesar de não ser um espaço grande ainda é melhor do que ficar em um colchonete na quadra de basquete. A dúvida era por quanto tempo ficariam ali.

4.1.12 Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

Cerqueira (2018) escreveu sua dissertação sobre “Moradias Estudantis: A Luta Pela Permanência Na Universidade”. Para compreender a realidade da assistência prestada aos alunos que necessitam de auxílio estudantil para manutenção na universidade, sua pesquisa buscou analisar a experiência no Brasil acerca da situação das moradias estudantis da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Metodologia realizou 2 estudos: o primeiro sobre a moradia estudantil: uma análise sobre a produção nacional e o segundo sobre moradias estudantis da Universidade Federal da Bahia (UFBA): construção e permanência.

O primeiro estudo realizou um levantamento dos trabalhos disponíveis junto às principais bibliotecas e bases virtuais de informações existentes na área de ciências humanas, repositórios das maiores universidades brasileiras, além da consulta às referências dos artigos e trabalhos encontrados, utilizando os seguintes descritores: moradia estudantil, gestão universitária; assistência estudantil e universidade, sendo selecionados 16 trabalhos. Dessa forma identificou as principais abordagens e discussões nacionais já desenvolvidas até o momento, levando em consideração a produção mais recente, compreendendo o período de 2000 a 2017. Após o levantamento dividiu os resultados em duas em duas categorias, quais sejam: a gestão das moradias do ponto de vista dos recursos alocados e as dificuldades vividas pelos estudantes residentes (CERQUEIRA, 2018).

Os trabalhos que encontrou demonstram a necessidade e importância de oportunizar de apoio para além do auxílio financeiro, fazendo com que a moradia possibilite a real inclusão do estudante na universidade, suprimindo suas necessidades essenciais e proporcionando maior adaptação ao ambiente universitário. Assim, a importância da vivência nas moradias estudantis como apta a trazer desenvolvimento aos estudantes e como uma importante atividade da Universidade foram identificadas (CERQUEIRA, 2018).

O segundo estudo, dentro da mesma dissertação, versou sobre “Moradias Estudantis Da Ufba: Construção E Permanência” analisou as casas de estudantes pertencentes à Universidade Federal da Bahia, compreendendo o processo de criação e sua gestão atual. Utilizou relatos orais obtidos com servidores ligados a estas moradias como principal arcabouço de pesquisa, conjugando com a pesquisa bibliográfica a documentos históricos, dados disponibilizados pela Universidade Federal da Bahia, trabalhos produzidos sobre o tema e materiais audiovisuais (vídeos e fotografias), colhidos nas principais bibliotecas virtuais de ciências humanas. Assim concluiu pela necessidade de melhoria e ampliação dos espaços de moradia como forma de garantir a permanência e a qualidade da educação prestada aos estudantes em situação de vulnerabilidade. (CERQUEIRA,2018)

Sua reflexão permeou sobre a prioridade de consolidação das políticas de assistência estudantil, tendo em vista a importância delas tanto para redução da evasão existente na Universidade e a relevância destes espaços como agente

estimulador do desenvolvimento pessoal e acadêmico, agindo como instrumento na formação dos estudantes (CERQUEIRA, 2018).

4.2 SÍNTESE DOS RESULTADOS

Do total de 119 estudos encontrados sobre Moradia Estudantil ou Casa do Estudante, 54 estudos foram analisados, pois se referem a moradia estudantil com relevância em termos de Assistência Estudantil, estratégias para permanências e intervenção com público estudantil em nível universitário. Isso representa 46% da produção encontrada. Alguns estudos sobre a moradia estudantil de nível técnico foram excluídos pela particularidade do público e diferença de responsabilidade institucional com o público adolescente e jovem adulto.

O termo para referencia de buscas e palavras chaves deve ser pensado pelos pesquisadores, conforme a legislação atual da Assistência Estudantil para cumprir seu papel de disseminar o conhecimento produzido e de subsidiar as ações dos gestores da Assistência Estudantil. Entendemos ser adequado o uso do termo “moradia Estudantil” e “moradia universitária” associado a “casa do estudante” e “assistência estudantil”.

Todos os estudos analisados trazem contribuições relevantes que nos levam a refletir sobre este campo da assistência estudantil. Essas pesquisas também nos trazem dados de como a moradia estudantil se constitui no âmbito brasileiro, trazendo relatos de experiências da moradia estudantil no âmbito brasileiro, todos abordando o tema a partir dos marcos regulatórios atuais como REUNI e PNAES.

A revisão bibliográfica sobre o tema “moradia estudantil” reforça seu caráter essencial como uma importante e fundamental ação da política da Assistência Estudantil contribuindo portanto de forma efetiva para o acesso, permanência do estudante a universidade e automaticamente para conclusão na sua graduação (MACHADO, 2012; CERQUEIRA, 2018).

A moradia é reconhecida em todos os estudos como uma importante ação da assistência estudantil. Foram encontrados na pesquisa três estudos que fazem o levantamento das produções sobre a moradia estudantil (GARRIDO; MERCURI, 2013; MAURELL; MACHADO, 2018; CERQUEIRA, 2018) que concluem que a história das moradias ainda é pouco contada e sistematizada, esta também é uma

afirmação de outros autores e próprio FONAPRACE (2014). Mesmo assim, atualmente há um número relevante de estudos realizados entre artigos, teses e dissertações, relatando experiências referenciadas nas Universidades Federais Brasileiras, que podem servir como base para novos estudos e subsidiar ações institucionais.

A intenção deste estudo foi encontrar estudos sobre a moradia estudantil e sobre quais temas vem sendo pesquisados, por isso não delimitamos o período pesquisado nem área de estudo. Porém podemos observar que o registro na base de dados vem mostrando um interesse crescente nesse tema, com maior número de estudos em 2017, conforme apresenta o Quadro 22.

Quadro 22. Produções por ano sobre o tema de pesquisa

1996	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
2006													
4	4	1	1	1	2	6	3	6	2	6	11	5	2

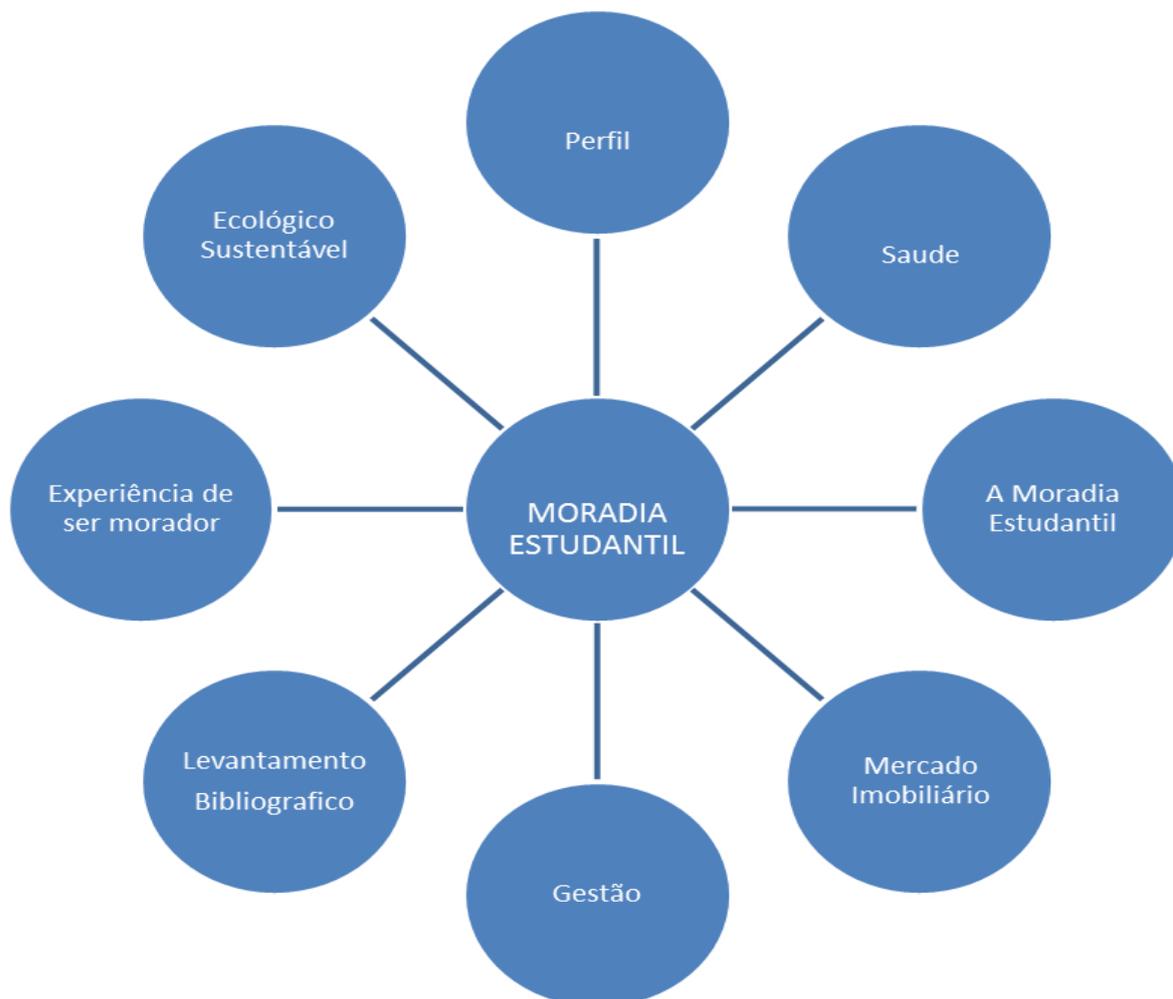
Total: 54 produções, sendo 5 repetidos.

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos resultados foi executada a partir da Análise Temática de Braun e Clarke (2006) tendo sido codificadas inicialmente para fins de organização e início da análise dos dados por área do conhecimento, conforme exposto no item anterior.

Depois passamos para as fases de agrupamento dos temas potenciais reunindo todos os dados relevantes para cada tema potencial. Logo em seguida geramos um mapa temático da análise conforme descrito na Figura 7.

Encontramos uma diversidade de estudos realizados e abordagens sobre o tema que demonstram a riqueza deste assunto, o qual pode ser abordado desde o campo das exatas tais como engenharias, administração até o meio ambiente. Os estudos mais frequentes são no campo da educação e saúde. Muitos estudos realizaram o estudo de perfil de moradores, mas a única convergência entre os autores é a faixa etária: a maior parte é um público jovem, entre 18 e 24 anos (SOUZA, 2005; MIRANDA; AMORIM; STANCATO, 2007; FERREIRA, 2013; DUARTE, 2014; FERREIRA, 2014; ROSENTAL, 2016; MARANHÃO, 2016; LACERDA; VALENTINI, 2018; MAURELL; MACHADO, 2018).

Figura 7. Mapa Temático

Fonte: Elaborado pela autora.

Algumas diferentes referências encontradas e incluídas neste estudo sobre Moradia Estudantil foram encontrados tais como: dois sobre a exploração do mercado imobiliário em torno da moradia estudantil (SILVA; PEITER, 2014), um da arquitetura propondo refletir sobre o uso deste espaço pensado conforme a necessidade e relações dos estudantes (GOETTEMS, 2012) e um sobre a proposta de construção sobre aproveitamento de área verde para implantação de um sistema de horta e autosustentável, refere a dificuldade mobilização dos estudantes para tal e envolvem a comunidade externa a universidade (FOSSALUZA *et al.*, 2010).

Apesar de temas inusitados e talvez inicialmente estranhos ao tema, trazem importantes reflexões e estudaram o público da moradia. O mercado imobiliário vem usufruindo da localidade das universidades, dos auxílios financeiros e das dificuldades de mobilidade urbana das grandes cidades (FONAPRACE, 2018).

O programa Auxílio Moradia aparece em três estudos (MACHADO SOBRINHO, 2014; ARAÚJO, 2016; BRITO; BARBOSA, 2017) e os autores trazem a importância de pensar neste auxílio, uma vez que este geralmente não cobre as despesas com moradia do estudante. Trata-se aqui de um tema complexo. É um dos aspectos que possivelmente influencie nessa insuficiência para cobertura das despesas esteja relacionada com a centralização das unidades de ensino e da exploração e expansão do mercado imobiliário nos entornos das universidades o que faz com que haja um crescimento nos valores de mercado para morar nestas regiões conforme os autores Silva e Peiter (2014).

Outro aspecto a ser considerado no auxílio moradia é o caso das universidades que ainda encontram-se em locais afastados das regiões centrais, como é o caso da UNIPAMPA. Segundo Albano, Guterres e Moreira (2018), também existem os estudantes que em sua grande maioria optam por residirem no centro da cidade, ainda que o custo do aluguel seja superior. No caso do estudo realizado, a UNIPAMPA localiza-se em uma área afastada e ainda não possui uma infraestrutura adequada. Aqui podemos considerar o caso das universidades com campus afastados nas cidades.

Os servidores geralmente optam pela aplicação do recurso “na construção de novos prédios” pois assim “passam a incorporar o patrimônio da Universidade” e entendem que isso seria mais adequado “ao invés do Programa Auxílio Moradia, por entenderem que se trata de recurso público sendo investido na iniciativa privada” (ALBANO; GUTERRES; MOREIRA, 2018, p. 180).

Essa defesa no movimento estudantil também é real. Os estudantes que utilizam a moradia estudantil preferem não trocar de programa uma vez que o valor repassado não pagaria sua despesa com aluguel e assim como existem estudantes que preferem o Auxílio Moradia “em face da sua privacidade, mesmo considerando baixo o valor do benefício” (ALBANO; GUTERRES; MOREIRA, 2018, p. 180).

Outro aspecto a ser considerado na Moradia estudantil e diretamente correlacionado, que aparecem nos estudos, é a estrutura e infraestrutura das moradias estudantis pelo país. Algumas universidades possuem estruturas próprias construídas para moradia estudantil, outras adaptaram prédios do seu patrimônio. Há também as universidades que alugam espaços para essa finalidade, adaptando prédios e residências para servirem aos estudantes como moradia.

Sendo importante encontrar um espaço adequado para que consiga estudar e concluir seu curso, por isso pensar a estrutura oferecida nestes espaços, neste sentido, Goettems (2012) desenvolveu um estudo na área da arquitetura com importantes contribuições sobre pensar e conhecer como ocorre o uso deste espaço e o impacto deste espaço nas relações estudantis e acadêmicas, deixando propostas para projetos de construção destes espaços. Um interessante estudo para gestores e trabalhadores da Assistência estudantil – moradia Estudantil e para pesquisadores sobre o tema também.

Isso se confirma pelos estudos que encontraram nos seus resultados aspectos negativos relacionados a estrutura relatados pelos estudantes (GARRIDO, 2012; LACERDA, 2017) o que confirma a necessidade de investimento nestes espaços (OSSE; COSTA, 2011; FONAPRACE, 2018) planejados para essa finalidade (GOETTEMS, 2012) e que a assistência estudantil ainda não possui recursos suficientes que deêm conta da realidade da sua demanda (OSSE; COSTA, 2011).

Existem temas muito importantes e pouco abordados no aspecto da moradia estudantil, que no cotidiano das universidades geram muita discussão e conflitos entre estudantes e gestão: tais como a questão indígena e a experiência de ser mãe ou responsável por uma criança e morar em uma casa do estudante e a acessibilidade para pessoas com deficiência. Sobre ser mãe ou responsável e morar em casa do estudante não encontramos nenhum estudo, mas a alternativa que a UFRGS, por exemplo, encontrou atualmente, foi a de oferecer o auxílio moradia para os estudantes nessa condição, o que recai sobre as questões anteriores, quanto ao auxílio moradia.

Quanto a questão indígena, foram encontrados dois estudos. Contando uma experiência de atividade de extensão da UFSC, Wiese e Zanin (2018, p. 1), que proporcionou uma reflexão acerca do “papel social da Arquitetura na construção de espaços para o acolhimento e a valorização da cultura e dos povos indígenas brasileiros na contemporaneidade”. Ainda sobre o acolhimento dos estudantes indígenas, temos a importância de pensar e refletir sobre a permanência para inclusão efetiva destes estudantes e demandas específicas devido a cultura dos povos indígenas (FERREIRA, 2014). Estes estudos são pioneiros nessa temática, mas mostram a necessidade de se ampliar o debate da diversidade cultural dos

povos originários em todo o país e suas necessidades específicas relacionadas a moradia.

Ainda são necessários estudos que evidenciem essa experiência no seu amplo aspecto, não apenas como um lugar temporário para morar (GARRIDO, 2012, 2015; HINTERHOLZ, 2017). Apesar de ser sua finalidade, na realidade, na vida cotidiana, este é um espaço dinâmico onde as relações se estabelecem e seu caráter agregador de conhecimento e formativo não é explorado. (GARRIDO 2012; GARRIDO; MERCURI, 2013; BRITO; BARBOSA, 2017; HINTERHOLZ, 2017; BEZERRA, 2017; CERQUEIRA, 2018; HINTERHOLZ; ALMEIRA 2019).

Ou seja, essa experiência além da permanência no curso, enriquece a vida e experiência acadêmica do estudante, para além das atividades formais, possibilita que o estudante participe das atividades da Universidade de forma integral. Podemos dizer da formação para cidadania (BRITO; BARBOSA, 2017), maior participação política a partir do movimentos estudantil e de uma construção de visão social de mundo presente nas universidades (SOUZA, 2005).

Importantes estudos falam de alguns dos aspectos mais aprofundados da convivência em um espaço coletivo (LARANJO; SOARES, 2006; GARRIDO, 2012, 2015; MARANHÃO, 2016; HINTERHOLZ, 2017; LACERDA, 2017; CERQUEIRA, 2018; HINTERHOLZ; ALMEIDA 2019), das dificuldades e relacionadas a isso e da importância das relações e redes de apoio formadas após a entrada na moradia estudantil (FERREIRA, 2013; ROSENTAL, 2016).

Conhecer a realidade da moradia se faz importante para cumprir seu papel de acesso, permanência e conclusão da graduação, onde os estudantes devem ser escutados, considerando a diversidade cultural e regional brasileira. (SILVA, 2016; MARANHÃO, 2016; BRITO; BARBOSA, 2017) e porque alguns estudos encontraram impactos negativos relatados pelos estudantes nos aspectos da vida social e pessoal (GARRIDO, 2012; LACERDA, 2017).

A experiência de ser morador em uma casa do estudante passa desde o planejamento (ou não) da sua saída de casa para estudar. É importante considerar a complexidade dessa ação da Política de Assistência Estudantil – a moradia é um espaço que o estudante ocupa para morar por um tempo. O espaço é institucional e seu uso é particular dos sujeitos moradores. Não encontramos estudos brasileiros que abordem este aspecto. De como se dá essa complexa relação. O mais próximo disso foi o estudo de Goettems (2012, p. 36), que estudou e utilizou conceitos

buscando diferenciar casa, moradia e habitação, refere que para que a experiência ocorra de “forma plena, é necessário que o ambiente prime pelo convívio social; territorialidade; privacidade e identidade com o lugar. Assim, permite-se que os estudantes criem um vínculo com o espaço, tornando a habitação estudantil um lar”.

Dessa forma, dentre os importantes aspectos a serem considerados no planejamento dessa ação é a estrutura oferecida a esses estudantes (GOETTEMS, 2012). Pois, o serviço é oferecido para contribuir com a vida do estudante e, na avaliação dos estudantes usuários desse serviço aparecem queixas nesse aspecto (GARRIDO, 2012; LACERDA, 2017).

Na área da saúde-mental autores abordam aspectos de saúde-doença e a importância da prevenção relacionada ao uso problemático de álcool e outras drogas (LARANJO; SOARES, 2006; ZALAF, 2007, 2012; ZALAF; FONSECA, 2009; BISSOLI *et al.*, 2016) relacionados ao comportamento de risco (OSSE; COSTA, 2001; ZALAF; FONSECA, 2007). Aspectos relacionados a saúde em geral foram abordados por Miranda, Amorim e Stancato (2007) na área da nutrição (ALVES; BOOG, 2007; ROSA; GIUSTI; RAMOS, 2016)

Sendo assim entendemos o caráter de complexidade da moradia estudantil e a necessidade de atenção e investimentos nesse espaço (OSSE; COSTA, 2011; ZALAF; FONSECA, 2009). O ideal seria a manutenção de formas de avaliação dos programas, conforme prevista pelo PNAES, além de uma forma quantitativa, mas que considerassem a percepção do estudante, conhecer a realidade a partir do estudante usuário, principalmente porque é ele que vive o cotidiano da moradia e dele se apropria. (MACHADO, 2012; FERREIRA, 2013; GOETTEMS 2012; COSTA; ZENITH, 2014; SILVA, 2016).

Consideramos assim ser relevante e urgente conhecer e aprofundar estudos sobre a moradia estudantil, de como as Universidades e a UFRGS trata essa questão dentro da PAE. Sendo assim possível contribuir com dados para atualização da regulamentação da política de atendimento à moradia estudantil e ser uma opção de referências para subsidiar as ações e planejamento das intervenções da UFRGS e equipes de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral explorar o tema da moradia estudantil tendo como ponto de partida a execução da Política de Moradia Estudantil na UFRGS, contando um pouco da sua história e configuração atual. Utilizamos como referência atual o Programa Nacional de Assistência Estudantil, buscando dar visibilidade a ações que contribuam para o acesso, permanência e conclusão do ensino superior dos/as estudantes na universidade. Para isso realizamos um breve levantamento histórico da Assistência Estudantil no Brasil e da Moradia Estudantil na UFRGS, por meio de documentos, livros, arquivos institucionais e pesquisa bibliográfica.

Tivemos como objetivos específicos compreender a estrutura da Política de Moradia Estudantil da Universidade a partir da legislação vigente e como ela contribui para a garantia do acesso, permanência e conclusão do ensino superior do estudante; Levantar e analisar quais são os documentos e dados disponíveis, normas vigentes sobre a Moradia Estudantil na UFRGS e a concordância com a legislação atual brasileira e realizar um levantamento e pesquisa, sistematizando o panorama da produção científica brasileira sobre as produções desenvolvidas sobre a Moradia Estudantil no que tange às contribuições, dificuldades e desafios para a garantia do acesso, permanência e conclusão do ensino superior pelos estudantes usuários deste programa.

Realizamos nossa reflexão partindo do Paradigma ecológico-contextual onde o indivíduo – estudante (morador) foi compreendido a partir do contexto onde está inserido – a moradia estudantil da Universidade. Consideramos que o mesmo ambiente ou a mesma experiência podem ter efeitos muito diferentes nas pessoas.

Pois o a partir dessa abordagem, compreendemos que, o ambiente é considerado como o ambiente é percebido pela pessoa sendo ele composto de um sistema articulado em 4 níveis crescentes e interconectados. Onde o ambiente dessa forma recebe modificações a partir das ações dos indivíduos assim como exercem influência no comportamento destes: sendo eles o Macrossistema, Exossistema, Mesossistema e Microssistema (FRANCO; BASTOS, 2002; SARRIERA; SAFORCADA, 2017).

Escolhemos como metodologia de análise de resultados a análise temática

de Braun e Clarke (2006), por entendermos que ser mais adequada fins de organização e início da análise dos dados por área do conhecimento, e para posteriormente a construção de um mapa temático da análise conforme descrito na Figura 7.

Encontramos uma diversidade de estudos realizados e abordagens sobre o tema que demonstram a riqueza deste assunto, o qual pode ser abordado desde o campo das exatas tais como engenharias, administração até o meio ambiente.

Sendo assim, consideramos a moradia estudantil a partir do seu contexto, as influências do ambiente e das suas relações, como um ambiente comunitário, e as redes de apoio estabelecidas em torno deste ambiente. Tendo sido encontrado nestes estudos os *princípios* fundamentais para o entendimento deste Enfoque Ecológico que permitem a compreensão da dinâmica de um contexto comunitário são: Interdependência, Congruência e adaptação, Evolução e sucessão e por fim troca e desenvolvimentos dos recursos (SARRIERA; SARFOCADA, 2017).

A *Interdependência* entre os diferentes sistemas – micro, meso e macro – se referem ao fato que todos os níveis estão e são inter-relacionados. Sendo todos os envolvidos como agentes participantes nessa interação. (SARRIERA; SARFOCADA, 2017). Foram identificados e evidenciados nos estudos considerando que a alteração em um dos níveis afeta todos os outros níveis do sistema direta ou indiretamente. Estando presente este conceito em todo o mapa temático desta dissertação. Sendo o Mapa temático exemplo da interdependência entre os diferentes sistemas.

O Macrossistema representado pela sistema político e econômico do País, o Exossistema representado pela política de pública educação superior, Universidades e PNAES, o Mesossistema caracterizado como espaço comunitário, neste caso pela comunidade universitária da UFRGS e os microssistemas onde se inserem e se relacionam diretamente com o estudante como a moradia estudantil, espaço acadêmico, família, amigos e outros.

A *congruência e adaptação* refere-se ao equilíbrio, sobre das relações e circunstâncias nas quais interagem pessoa e ambiente, sobre o modo de agir diante das situações acerca de enfrentamento e adaptação, entendida como a forma dinâmica de interação entre sujeito e ambiente em transformação (SARRIERA; SARFOCADA, 2017).

Na *evolução e sucessão* é imprescindível o conhecimento da história reconhecendo o contexto histórico da comunidade para que assim seja possível identificar seus recursos, alterações e potenciais, quais são os recursos disponíveis no âmbito comunitário (SARRIERA; SAFORCADA, 2017).

Troca e desenvolvimento de recursos, é o intercâmbio de recursos comunitários, considerando sempre a pessoa inserida neste contexto. É possível trabalhar a partir da perspectiva das forças e recursos, o empoderamento, entendido como mobilização e participação social, com vistas ao processo de trocas na comunidade em todas as suas dimensões.

Todos esses elementos ficam evidentes nas relações estabelecidas em torno política de Assistência e da Moradia estudantil. Dentro da Assistência Estudantil, a Moradia Estudantil é uma das ações que merece destaque dado a sua importância e complexidade. A moradia possui um papel fundamental para que os esforços das políticas sociais do governo sejam concretizadas no atendimento da formação do estudante de qualidade, garantindo a permanência e conclusão em um curso de graduação. Pois além de moradia e abrigo, o espaço é propício a aprendizados, e possui forte potencial para desenvolvimento das habilidades sociais, humanas, políticas e acadêmicas dos estudantes.

Apesar de termos avançado no sentido de legal, tendo regulamentado diretrizes nacionais para desenvolvimento dessa política, ainda há muito que se ser feito no sentido de garantir que a execução destas aconteça na prática. Os esforços do Governo Federal em ampliar vagas no ensino superior com a criação de programas para este fim foram fundamentais, mas evidentemente, ainda há questões sobre as quais devemos refletir. Na introdução deste trabalho nos perguntamos: É possível manter-se com as mesmas condições físicas nas universidades públicas e institutos federais de ensino regionalizados e descentralizados, que atendam a demanda da população que vive em regiões não centrais?

A pesquisa confirmou que a distribuição das universidades públicas ainda são centralizadas, formas de ingresso via vestibular, ainda caracterizam-se como um dos obstáculos enfrentados pelos estudantes. Outra dificuldade são as ofertas de cursos oferecidos apenas em algumas regiões, ou as dificuldades na seleção destes ainda são motivos importantes considerados que constituem as decisões dos estudantes na hora de escolher o curso e a Universidade que irão estudar.

É possível afirmar que a política de moradia estudantil desenvolvida pela UFRGS e das Universidades baseiam-se na Política Nacional de Assistência Estudantil, e atende o objetivo de proporcionar moradia aos estudantes da UFRGS com ações que contribuam para o acesso, permanência e conclusão do ensino superior dos/as estudantes na universidade, mas o programa precisa de atualizações.

Na UFRGS a estrutura física da moradia estudantil são prédios antigos que carecem de manutenção e atualização para o uso. A oferta de vagas também precisa ser atualizada, sendo importante uma ampla discussão com os estudantes sobre o uso e destinação dos recursos e, com a comunidade universitária sobre a constituição de novos espaços para casa do estudante, além da reforma e do aumento do número de vagas atual.

Também é necessário estabelecer e ampliar o debate institucional para o atendimento de demandas específicas dos estudantes tais como: acolhimento indígena com suas particularidades, acolhimento na moradia estudantil de estudantes PCD's e o atendimento de moradia para pais ou responsáveis com crianças também precisa ser construído junto aos estudantes.

Considerando que encontramos poucos registros encontrados para construção do projeto de pesquisa sobre a moradia estudantil, tornou-se um objetivo da pesquisa realizar um levantamento e sistematização da produção científica brasileira sobre as produções desenvolvidas sobre a Moradia Estudantil, no que tange as contribuições, dificuldades e desafios para a garantia do acesso, permanência e conclusão do ensino superior pelos estudantes usuários deste programa. A descrição de cada estudo encontra-se nos resultados dessa pesquisa. Consideramos que este estudo contribui nesse sentido. Foi a partir das construções das casas de estudantes que o movimento estudantil organizou-se para reivindicar políticas de assistência ao estudante e que elas foram criadas (SILVA, 2004; HINTERHOLZ, 2016).

A luta política por direitos dos estudantes no Movimento Estudantil teve papel fundamental na história da constituição das casas do estudante por todo Brasil. É necessário reconhecer a sua importância histórica, garantir e legitimar a participação estudantil na construção das políticas estudantis, tornando-os ativos nesse processo atual concretizando assim a efetiva democratização do espaço universitário (CABRAL-JUNIOR *et al.*, 2017).

A moradia é reconhecida em todos os estudos como uma importante ação da assistência estudantil. Mas a história das moradias ainda é pouco contada e sistematizada embora haja, atualmente, um número relevante de estudos realizados entre artigos, teses e dissertações, contando experiências referenciadas nas Universidades Federais Brasileiras, que podem servir como base para novos estudos e subsidiar ações institucionais da Assistência Estudantil - Moradia Estudantil.

Sugerimos a adoção dos termos “moradia Estudantil” e “moradia universitária” associado a “casa do estudante” e “assistência estudantil” quando o assunto ou objeto de pesquisa for a moradia estudantil. Assim a busca pelo termo e palavras chaves pelos pesquisadores, ficam padronizadas, em conformidade com a legislação atual da Assistência Estudantil, facilitando assim as pesquisas sobre o tema e cumprindo seu papel de subsidiar as ações dos gestores e trabalhadores da Assistência Estudantil.

Como a intenção deste estudo foi encontrar estudos sobre a moradia estudantil e sobre quais temas vem sendo pesquisados, não delimitamos o período pesquisado nem área de estudo. Porém podemos observar que o registro na base de dados vem mostrando um interesse crescente nesse tema. A maior concentração de produções foi no ano de 2017.

A revisão bibliográfica sobre o tema “moradia estudantil” reforça seu caráter essencial como uma importante e fundamental ação da política da Assistência Estudantil, contribuindo portanto de forma efetiva para o acesso, permanência do estudante a universidade e automaticamente para conclusão na sua graduação.

Os estudos analisados trazem contribuições relevantes que nos levam a refletir sobre este campo da assistência estudantil. Essas pesquisas também nos trazem dados de como o programa de moradia estudantil vem sendo desenvolvida no âmbito brasileiro, trazendo relatos de experiências da moradia estudantil em todo País. Todos autores abordam o tema a partir dos marcos regulatórios atuais como REUNI e PNAES.

Ainda são necessários estudos que evidenciem essa experiência no seu amplo aspecto, não apenas como um lugar temporário para morar, pois apesar de ser sua finalidade, na realidade, na vida cotidiana, este é um espaço dinâmico onde as relações se estabelecem. Para cumprir seu papel de acesso, permanência e conclusão os estudantes devem ser escutados, sendo considerados participantes na

organização e constituição desse espaço, considerando a diversidade cultural e regional brasileira.

Os dados coletados neste estudo permitem afirmar a importância e relevância das ações desenvolvidas pela Assistência Estudantil e pelo programa de Moradia Estudantil na permanência dos estudantes no ensino superior e que ela cumpre seu papel de redução das desigualdades sociais no acesso ao ensino superior.

Sabemos que os conflitos existentes nas políticas sociais não param. Eles vão sempre avante. E dentro desses conflitos os desafios dos profissionais que atuam na assistência estudantil também continuam a se fazer constantes. É importante que a instituição necessariamente identifique esses conflitos desencadeados pela crescente desigualdade social. Quais desafios se prevêem para o futuro próximo? Para onde caminharão esses conflitos sociais?

Algumas dessas situações podem ser enfrentadas com auxílio de ações institucionais e, caracterizando-se como demanda para os profissionais, que deverão compreender a realidade do ponto de vista profissional, ou seja, desvelando a situação social; a situação política; a situação econômica; a situação cultural vivenciada pelos usuários da política de assistência estudantil.

Além disso, quais são as outras formas de contribuições dos profissionais no mundo atual para compreensão dos problemas ou situações apresentadas na prática? São outros tantos desafios. Assistimos hoje a um desmonte da política pública. Há um verdadeiro desmantelo. Tudo isso tende a se alargar com a globalização e o capitalismo desenfreados. As pessoas não possuem a preparação suficiente para vencer os numerosos desafios que se lhes apresentam: problemas de educação; problemas de manutenção; problemas de relacionamento entre elas e o seu ambiente; problemas de lazer; problemas de emprego, problemas referentes à vida.

Dessa forma entendemos que realizar pesquisas sobre desafios enfrentados no cotidiano e disseminar o conhecimento adquirido é uma alternativa possível para enfrentamento e superação destes desafios. O contexto político é o mesmo para todos estudantes e trabalhadores. Portanto as alternativas coletivas podem se constituir na força para o avanço, resistência e manutenção das conquistas adquiridas até agora.

Há muito para ser feito ainda. Nosso marco legal é avançado porém recente e temos que lutar com projetos profissionais para implanta-los e garantir sua continuidade. Para que o PNAES e suas determinações, sejam efetivamente cumpridas, é necessário um compromisso, não só do poder público, mas também comunidade acadêmica. Deverá haver vontade política de todos os gestores das universidades. Caberá, também, à comunidade acadêmica, legitimar as conquistas promovidas e determinadas no PNAES, assim como o acompanhamento e monitoramento dos programas de atendimento prestados ao público a que se destina.

Fica claro ainda, a necessidade da manutenção e de criação de novos espaços para moradia e implantação de programas de acompanhamento a moradia estudantil que privilegiem prevenção de situações emblemáticas ocasionados pela diversidade da convivência coletiva e outros fatores que envolvem a experiência de ser morador.

Assim, aqui apresentamos um trabalho que pretende contribuir para a qualidade do trabalho no tema pesquisado, e acreditamos que é possível, sim, acreditar em mudanças, mesmo que hajam limites institucionais, falhas metodológicas em programas de apoio e o processo de resistência a novas propostas. Mesmo com as dificuldades encontradas ao longo da realização desse mestrado, seguimos adiante entendendo significado único dessa experiência, para isso foi necessário apoiar-se nos colegas, professores e amigos.

Entendemos, que não é possível acomodar-se diante dos efeitos da prática profissional, uma vez que fica a certeza de que muito há, ainda, para ser feito com relação constituição de uma assistência estudantil que atenda as demandas dos estudantes em situações determinadas pelo PNAES.

Através do desenvolvimento deste trabalho, foi possível perceber que é possível investir num crescimento e evolução acerca do tema da Moradia Estudantil, que será possível de acordo com o envolvimento, dedicação e aspirações de cada profissional comprometido com a intervenção, por intermédio de mediações das relações estabelecidas entre usuário/instituições de atendimento e pelos vínculos e implicações construídas entre o profissional e sua profissão.

A assistência estudantil em geral prescinde da participação estudantil. A moradia estudantil é complexa e demanda esforços coletivos para seu atendimento. Dar voz ao estudante e considerá-los participantes do processo de criação dos

programas ofertados. Não é suficiente nem eficaz oferecer uma vaga em um quarto ou um quarto, ainda que este seja super equipado; não é suficiente criar normativas e regras para concessão e uso sem a participação estudantil. Quem vive este espaço e os seus impactos são os moradores.

Os desafios podem ser enfrentados, junto aos estudantes, para além dos recursos existentes, é necessária compreensão política de todos os envolvidos do significado da Assistência Estudantil. A luta é coletiva. É preciso vê-los, senti-los e construir junto a estes, um estudante consciente de seus direitos e deveres, fazê-los tomar consciência do seu papel social, para além de cumprir com o desempenho acadêmico.

Dar visibilidade a importância deste trabalho e sua existência frente à comunidade e sociedade em geral. Isto implica, certamente, num desafio, o qual os profissionais relacionados à área e, particularmente, os profissionais comprometidos com a essência da Assistência Estudantil, tanto almejam desvendar: a transformação dos processos de desigualdade em justiça social e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Assembleia Constituinte de 1946. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de Setembro de 1946**. Atualizada até a emenda constitucional nº 10 de 9/11/1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Diretoria de Documentação e Publicidade, 1964.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto nº 69.927, de 13 de Janeiro de 1972. **Institui em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho"**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília (DF), 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília (DF), 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília (DF), 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília (DF), 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. **Lei nº 12711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Lei de Cotas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago.

2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. **Lei nº 8.662/1993.** Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 07 jan. 2020.

_____. Portaria normativa nº 19, de 6 de novembro de 2014. **Altera a Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino, de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012, que regulamenta o Sistema de Seleção Unificada.** Brasília (DF), 2014. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_26148826_PORTARIA_NORMATIVA_N_19_DE_6_D_E_NOVEMBRO_DE_2014.aspx. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. **Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências.** Brasília (DF), 2013. Disponível em: http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Portaria normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Brasília (DF), 2012a. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_23866622_PORTARIA_NORMATIVA_N_18_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2012.aspx. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Portaria normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012. **Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu.** Brasília (DF), 2012b. Disponível em: <https://sisu.furg.br/images/portaria21mec.pdf> Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Portaria Normativa nº 39/2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Brasília (DF), 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 03 jul. 2017.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em:

http://eprints.uwe.ac.uk/11735/2/thematic_analysis_revised... Acesso em: 05 jan. 2020.

BRITO, Lilian da Silva; BARBOSA, Alba. Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 125-145, 2017. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9989>. Acesso em: 17 set. 2019.

CABRAL-JÚNIOR, Luciano Roberto Gulart; GONÇALVES, Jean Carlo Flores; COSTA, José Ricardo Caetano. MORADIA E EDUCAÇÃO: análise empírica e crítica da política assistencial oferecida aos/às moradores/as das Casas de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande–FURG. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 4, n. 3, 2017. Disponível em <https://doaj.org/article/919fccb4f6124c3883d1c6ab240419d9>. Acesso em: 16 dez. 2019.

CERQUEIRA, Manuela Vanesca da Silva. **Moradias estudantis: a luta pela permanência na universidade**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28685>. Acesso em: 22 set. 2019.

CHAUÍ, Marilena. Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. **Revista Brasileira de Educação**, Set /Out /Nov /Dez, nº 24, 2003.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (CRESS/RJ). **A trajetória do Serviço Social**. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2015. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

COSTA, Gerson Carlos de oliveira; OLIVEIRA, Pedro de. **Moradias Estudantis: Uma política pública na consolidação do Direito à Cidade**. Salvador: UrbBA(12), 2018. Disponível em: http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex3_moradias-estudantis.pdf. Acesso em: 08 set. 2019.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>. Acesso em: 22 set. 2019.

CRESWELL, John W.. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DELABRIDA, Zenith Nara Costa. Variáveis individuais, sociais e do ambiente físico em residências universitárias. **Psico**, v. 45, n. 3, p. 11-22, 2014. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/17361>. Acesso em: 22 set. 2019.

DUARTE, Paola Marques. **Perfil de saúde dos moradores da Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_9352817bd5c6529dc5057ee1e4df07f1. Acesso em: 22 set. 2019.

FERREIRA, Laiana Soeiro. **Redes de apoio social e qualidade de vida de estudantes migrantes moradores de casa de estudantes**. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11089>.. Acesso em: 22 set. 2019.

FERREIRA, Rosane Caminski. **Os Estudantes Indígenas Em Cena: A Memória Coletiva Sobre A Inclusão Na Universidade**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2014. Disponível em: <http://videos.ufrgs.br/lume/arquivos/os-estudantes-indigenas-em-cena-a-memoria-coletiva-sobre-a-inclusao-na-universidade-tttt/view>. Acesso em: 22 set. 2019.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V Pesquisa Do Perfil Do Socioeconômico E Cultural Dos Estudantes De Graduação Das Instituições Federais De Ensino Superior Brasileiras – 2018**. Brasília (DF), 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

_____. **IV PESQUISA DO PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS**. Uberlândia: UFU, 2014. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf. Acesso em: 16 dez. 2019.

_____. **I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Belo Horizonte: FONAPRACE, 1997.

FRANCO, Anamélia Lins et al. Um olhar sobre o Programa de Saúde da Família: a perspectiva ecológica na psicologia do desenvolvimento segundo Bronfenbrenner e o modelo da vigilância da saúde. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 2, p. 65-72, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000200008&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 22 set. 2019.

FOSSALUZA, André Santachiara et al. Moradia estudantil agroecológica. **Revista Ciência em Extensão**, p. 80-81, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/142482>. Acesso em: 22 set. 2019.

GARRIDO, Edleusa Nery. A experiência da moradia estudantil universitária: impactos sobre seus Moradores. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, n. 3, p. 726-739, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000300726&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 set. 2019.

_____. **Moradia estudantil e formação do (a) estudante universitário (a)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250939>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GARRIDO, Edleusa Nery; MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 1, p. 87-95, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572013000100009&script=sci_arttext. Acesso em: 15 dez. 2019.

GATTÁS, Maria L. B.; FUREGATO, Antonia R. F. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 323-327, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v19n3/a11v19n3.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019..

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016.

GOETTEMS, Renata Franceschet. **Moradia Estudantil da UFSC**: Estudo sobre as relações entre o ambiente e os moradores. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100726>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GONÇALVES, Vivianne Satte Alam. **A Assistência Estudantil Como Política Social No Contexto Da Ufpel**: Concepções, Limites E Possibilidades. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2011. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_5f713f8f1324989f2c092e09387787e0. Acesso em: 15 dez. 2019.

GRAEFF, Betina Alves. **A política de assistência estudantil na universidade federal**: da escola pública para o ensino superior. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/576>. Acesso em: 15 dez. 2019.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. **O Lugar Onde A Casa Mora**: Memórias Sobre A Casa Do Estudante Universitário Aparício Cora De Almeida Ceuaca (1963-1981). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172174>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. Táticas e marginais: memórias das casas de estudante autônomas de Porto Alegre e as possibilidades para a história da educação. **Revista História da Educação**, v. 21, n. 51, p. 435-448, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=3&script=sci_arttext&pid=S2236-34592017000100435&lng=en&tlng=en. Acesso em: 22 set. 2019.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz; ALMEIDA, Doris Bittencourt. A moradia estudantil como espaço de formação: memórias sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (1963-1981). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019. Disponível em: <https://doaj.org/article/dfb749dbefd9453e895e588bdd16c22f>. Acesso em: 22 set. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche? Capital financeiro, trabalho e questão social - 2ª ed.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 128, p.13-38, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000100013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 nov. 2019.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200285&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 23 jun. 2019.

JORNAL O GLOBO. Contrato emergencial nao teve valor divulgado - Reitor se reunirá com MEC em busca de alternativas para moradia estudantil. **Jornal O Globo**. São Paulo, 09 ago. 2017. Disponível em http://aarffsa.com.br/noticiasnovas/noticia_09082017093626.pdf. Acesso em 22 set. 2019.

KELLY, J. *et al.* **Psicología Comunitaria: el enfoque ecológico contextualista.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 2018.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>. Acesso em 22 set. 2019.

LACERDA, Izabella Pirro; VALENTINI, Felipe. Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 2, p. 413-423, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000200413&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 set. 2019.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos, 4ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LARANJO, Thais Helena Mourão; SOARES, Cássia Baldini. Moradia universitária: processos de socialização e consumo de drogas. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 6, p. 1027-1034, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=3&script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000700010&lng=en&tlng=en. Acesso m: 22 set. 2019.

LIMA, Carla Patricia Novaes de. **Aspecto atuais de assistência estudantil no campus da UFPB**: programa de moradia estudantil. 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002. Disponível em: <http://www.bdae.org.br:8080/handle/123456789/1159>. Acesso em: 22 set. 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>. Acesso em 18 jan. 2020.

MACHADO, Elielma Ayres. **Ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Rio de Janeiro (2002 – 2012)**. Rio de Janeiro: Flacso, 2013

MACHADO, Juciara Teixeira. **Em Busca De Um Mesmo “Ceú”**: Estudo Antropológico Sobre (Ex)Moradores Da Casa Do Estudante Da Universidade Federal De Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6271>. Acesso em 18 jan. 2020.

MACHADO, Otávio Luiz. Casas de estudantes e educação superior no Brasil: Aspectos Sociais e Históricos. In: ZAIDAN, M., FILHO, MZ, & MACHADO, OL (Orgs.), **Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior**. Recife: Editora Universitária, 2007.

MACHADO-SOBRINHO, Silvio. **Política de assistência estudantil**: uma análise dos programas “moradia estudantil” e “auxílio moradia” da UFSC. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129427>. Acesso em: 22 set. 2019.

MACIEL, Ana Lucia; BORDIN, Erica M; COSTA, Roberta J. **Gestão Social e Políticas Públicas**: a dialética entre o público e o privado em debate. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2014.

MARANHÃO, Fábica Castro de Albuquerque. **Política pública de assistência estudantil** : um estudo da satisfação dos universitários residentes na moradia estudantil da UFRPE. Dissertação (Mestrado profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24844>. Acesso em: 22 set. 2019.

MAURELL, Joice Rejane Pardo; MACHADO, Celiane Costa. Concepções de ingressantes da Moradia Estudantil sobre as disciplinas Cálculo. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018. Disponível em: <https://doaj.org/article/e097433fbfd1436398cf01b3034e2d70>. Acesso em: 22 set. 2019.

_____. A produção científica sobre moradia estudantil: um estudo dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 4, 2019. Disponível em <https://doaj.org/article/8e43b4c95b6c4cc18c0ac006875f9c1a> . Acesso em: 22 set. 2019.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MINAYO, Maria Cecília; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilsa Ramos (Ed.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MIOTTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social: os desafios da Intervenção Profissional. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 16, p.61-71, out. 2013

MIRANDA, Érique José Peixoto de; AMORIM, Magdaeli Costa; STANCATO, Kátia. Educação em saúde em moradia universitária: abordagem integral da vulnerabilidade dos sujeitos. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 12, n. 2, p. 349-371, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=2&script=sci_arttext&pid=S1414-40772007000200009&lng=en&tlng=en. Acesso em: 22 set. 2019.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº3, 2001.

ORNELAS, José. Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise psicológica**, v. 15, n. 3, p. 375-388, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v15n3/v15n3a02.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

OSSE, Cleuser Maria Campos. **Pródromos e qualidade de vida de jovens na moradia estudantil da Universidade de Brasília - UnB**. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OSSE, Cleuser Maria Campos; COSTA, Ilmo Izídio da. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 28, n. 1, p. 115-122, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2011000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 22 set. 2019.

PEREIRA, Potyara A. P. A intersetorialidade das Políticas Sociais na Perspectiva Dialética. In: MONNE RAT, Giselle; ALMEIDA, Ney Luís T.; SOUZA, Rosimary G. **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

PEREIRA, Potyara A. P.. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.]

REGIS, Caren Victorino. **A Presença Feminina Na Casa Do Estudante Do Brasil (1931-1951): A Atuação Da União Universitária Feminina**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro, 2012.

ROSA, Priscila Bárbara Zanini; GIUSTI, Lisiane; RAMOS, Maurem. Educação alimentar e nutricional com universitários residentes de moradia estudantil. **Ciência & saúde. Porto Alegre. Vol. 9, n. 1 (jan./abr. 2016), p. 15-20**, 2016. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/20852>. Acesso em: 22 set. 2019.

ROSENTAL, Claudia Rogeria Bisi. **Como uma segunda casa**: a sociabilidade e as redes de apoio aos estudantes residentes nas unidades de moradia estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/9900/texto%20completo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 set. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Elenice Cheis dos. **Política De Assistência Estudantil Para Estudantes Cotistas De Baixa Renda Na Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul - Ufrgs**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174825/001063883.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 jul. 2018

SANTOS, Jocyléia Santana dos. O Sonho De Uma Geração (Casa Do Estudante Do Norte Goiano (Cenog) e Movimento Separatista – (1959-1968) Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

SARRIERA, Jorge Castellá. Uma perspectiva da orientação profissional para o novo milênio. **Revista da ABOP**, v. 3, n. 1, p. 85-96, 1999.. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-88891999000100008. Acesso em: 09 out. 2019.

SARRIERA, Jorge Costellá; SAFORCADA, Enrique Teófilo. **Introdução à Psicologia Comunitária**: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2017.

SILVA, Ângelo Ronaldo Pereira da. **As casas de estudante da Ufrgs**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA, Pedro Vieira da. **Avaliação E Importância Dos Programas De Assistência Estudantil Da Universidade De Brasília – UnB**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21474>. Acesso em: 22 fev. 2020.

SOUZA, Jacqueline Damiense Almeida de. **Na Travessia: Assistência Estudantil na educação Profissional. As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23610/1/2017_JacquelineDamienseAlmeidadeSouza.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

SOUZA, Juliana Maciel de. **Trajetória do estudante no curso noturno de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: perfil do ingressante, situação acadêmica e motivos de retenção e evasão**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/104662.101>. Acesso em: 12 set. 2019.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jan. 2020.

SOUZA, Livia Mesquita de. **Significados e Sentidos Das Casa Estudantis: Um Estudo Com Jovens Universitários**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Memórias da UNE**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://une.org.br/memoria/> acesso em. Acesso em: 11 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Decisão nº 183/95 e Resolução nº 42/95. **Aprova o Estatuto e Regimento Geral**. Aprovadas pelo Conselho Universitário nos anos de 1996, 1997, 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011 e 2015. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/estatuto-e-rgu-2015>. Acesso em: 20 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico da UFRGS**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 20 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **O que são as ações afirmativas?**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/2019/01/07/o-que-sao-as-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 20 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Recursos PNAES recebidos e Nº de beneficiários, período 2010-2018 (VER TABELA 1 – PG. 38)

_____. Edital nº 01/2019. **Dispõe sobre critérios e normas para concessão do conjunto de benefícios destinados aos estudantes regularmente matriculados em curso de graduação presencial de todos os campi da UFRGS, com perfil condizente com o definido no Art.5º do Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Porto Alegre, 2019a. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2019/04/EDITAL-n%C2%BA-01.2019-Programa-de-benef%C3%ADcios-1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. Edital nº 03/2019. **Programa de benefícios 2019/1 Auxílio material de ensino – Odontologia.** Porto Alegre, 2019b. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2019/02/EDITAL-n%C2%BA-03.2019-AME-ODONTO-2019-1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. Edital nº 04/2019. **Benefício moradia estudantil 2019-1 Modalidade auxílio moradia temporário.** Porto Alegre, 2019c. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2019/04/EDITAL-n%C2%BA-04.2019-Aux%C3%ADlio-moradia-retifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. Edital nº 11/2019. **Benefício moradia estudantil 2019-1 Casa do Estudante Universitário- CEU.** Porto Alegre, 2019d. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2019/04/EDITAL-n%C2%BA-04.2019-Aux%C3%ADlio-moradia-retifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. Edital nº 02/2019. **Programa de Benefícios 2019, Auxílio Extraordinário.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2019/02/EDITAL-n%C2%BA-02.2019-Aux-extraordin%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. Edital do processo seletivo para moradia estudantil 2019/2. **CASA DE ESTUDANTES DA UFRGS (CEUFRGS) – CAMPUS SAÚDE.** Porto Alegre, 2019l. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ceufrgs/Editais_PS_192.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

_____. Instrução Normativa nº 03/2019, Aprovada em 30/05/2019, Ata nº 43. **Dispõem sobre regulamentação relativa ao Benefícios da Moradia Estudantil, modalidade vaga física na CEU.** Porto Alegre: UFRGS, 2019m. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2019/06/IN-CEU.pdf>. Acesso em 12 out. 2019.

_____. Relatório das ações da Pró-Reitoria de assuntos estudantis - 2018. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2019/05/RELATÓRIO-SITE-2018.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

_____. **O que são as ações afirmativas?** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/2019/01/07/o-que-sao-as-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Decisão nº 183/95 e Resolução nº 42/95. **Aprova o Estatuto e Regimento Geral.** Aprovadas pelo Conselho Universitário nos anos de 1996, 1997, 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011 e 2015. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/estatuto-e-rgu-2015>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **Histórico da UFRGS.** Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Regimento interno da casa do estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - CEUFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/PPSUS%20-%20MIRIAM%20DIAS/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Regimento-CEUFRGS%20(1).pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, 2010. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361> . Acesso em 22 jul. 2019

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, n. 2, p. 459-485, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/11.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

ZALAF, Marília Rita Ribeiro. **Reconhecimento e enfrentamento de necessidades de estudantes com uso problemático de drogas em moradia estudantil.** Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-19042012-080716/pt-br.php>. Acesso em: 22 set. 2019.

ZALAF, Marília Rita Ribeiro; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Na boca da CRUSP: Programa de Prevenção e Acolhimento em caso de uso problemático de álcool e drogas. **Escola Anna Nery**, v. 11, n. 4, p. 650-654, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452007000400015. Acesso em: 22 set. 2019.

_____. Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 1, p. 132-138, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342009000100017&script=sci_arttext. Acesso em: 22 set. 2019.

WIESE, Ricardo Socas; ZANIN, Nauíra Zanardo. O papel da extensão na qualificação dos espaços de acolhimento estudantil indígena na UFSC. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 15, n. 29, p. 34-46, 2018 Disponível em <https://doaj.org/article/fe605c763395496dad0bc4d8395899bd>. Acesso em: 22 set. 2019.

**APÊNDICE A –
LISTA DE ESTUDOS INCLUÍDOS NA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

	Autor	Título	Ano	Área	Fonte
1.	BARRETO, Dalton.	Moradias Estudantis Das Universidades Federais Do Sul Do Brasil: Reflexões Sobre As Políticas De Gestão Universitária'	2014	Administração Universitária	Teses Me
2.	MACHADO SOBRINHO, Silvio.	Política De Assistência Estudantil: Uma Análise Dos Programas “Moradia Estudantil” E “Auxílio Moradia” Da Ufsc	2014	Administração Universitária	Teses Me
3.	FOSSALUZA, André Santachiara <i>et al.</i>	Moradia Estudantil Agroecológica	2009	Agronomia Sudentabilidade	Artigo Capes ME
4.	GOETTEMS, Renata Franceschet.	Moradia Estudantil Da Ufsc: Um Estudo Sobre Relações Entre O Ambiente E Os Moradores.	2012	Arquitetura E Urbanismo	Teses Me
5.	Jornal Globo, 9 de agosto de 2017	Contrato emergencial nao teve valor divulgado - Reitor se reunirá com MEC em busca de alternativas para moradia estudantil	2017	Artigo jornal	Artigo Capes ME
6.	MACHADO, Juciára Teixeira.	Em Busca De Um Mesmo “Ceú”: Estudo Antropológico Sobre (Ex)Moradores Da Casa Do Estudante Da Universidade Federal De Santa Maria	2012	Ciências Sociais	Teses Me
7.	MACHADO, Juciára Teixeira	Em Busca De Um Mesmo “Ceú”: Estudo Antropológico Sobre (Ex)Moradores Da Casa Do Estudante Da Universidade Federal De Santa Maria	2012	Ciências Sociais	Teses Ce
8.	GARRIDO, Edleusa Nery.	Moradia Estudantil E Formação Do(A) Estudante Universitário (A)	2012	Educação	Teses Me
9.	REGIS, Caren Victorino.	A Presença Feminina Na Casa Do Estudante Do Brasil (1931-1951): A Atuação Da União Universitária Feminina'	2012	Educação	Teses Ce
10.	GARRIDO, Edleusa Nery; MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva	A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional	2013	Educação	Artigo Capes ME
11.	GARRIDO, Edleusa Nery ; MERCURI, Elizabeth	A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional	2013	Educação	Artigo CAPE S AE/ME

Autor		Título	Ano	Área	Fonte
	Nogueira Gomes Da Silva				
12.	GARRIDO, Edleusa Nery; MERCURI Elizabeth Nogueira Gomes da Silva	A experiência da moradia estudantil universitária: Impactos sobre seus moradores	2015	Educação	Artigo Capes ME
13.	CABRAL JÚNIOR, Luciano Roberto Gulart; GONÇALVES, Jean Carlo Flores; COSTA, José Ricardo Caetano	MORADIA E EDUCAÇÃO: análise empírica e crítica da política assistencial oferecida aos/às moradores/as das Casas de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG	2017	Educação	Artigo Capes ME
14.	BRITO Lilian Da Silva ; BARBO SA; Alba	Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados	2017	Educação	Artigo CAPE S AE/ME
15.	CABRAL JÚNIOR Luciano Roberto Gulart; GONÇALVES Jean Carlo Flores; COSTA José Ricardo Caetano	MORADIA E EDUCAÇÃO: análise empírica e crítica da política assistencial oferecida aos/às moradores/as das Casas de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG	2017	Educação	Artigo CAPE S AE/ME
16.	HINTERHOLZ, Marcos Luiz	O Lugar Onde A Casa Mora: Memórias Sobre A Casa Do Estudante Universitário Aparício Cora De Almeida Ceuaca (1963- 1981)	2017	Educação	Teses Me
17.	BEZERRA, Francisco Chaves.	Estudantes Em Movimento: A Casa Do Estudante Da Paraíba Como Espaço De Formação De Sujeitos (1963-1980)	2017	Educação	Teses Ce
18.	HINTERHOLZ, Marcos Luiz	O Lugar Onde A Casa Mora: Memórias Sobre A Casa Do Estudante Universitário Aparício Cora De Almeida Ceuaca (1963- 1981)	2017	Educação	Teses Ce

	Autor	Título	Ano	Área	Fonte
19.	BARBOSA, Lillian Da Silva Brito ; Alba	Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados	2017	Educação	Artigo CAPE S AE/ME
20.	LACERDA, Isabella Pirro; Valentini, Felipe	Impacto da Moradia Estudantil no desempenho acadêmico e na Permanência na Universidade	2018	Educação	Artigo Capes ME
21.	MAURELL, Joice Rejane Pardo; MACHADO, Celiane Costa	Concepções de ingressantes da Moradia Estudantil sobre as disciplinas Cálculo	2018	Educação	Artigo Capes ME
22.	WIESE, Ricardo Socas; ZANIN, Nauíra Zanardo	O papel da extensão na qualificação dos espaços de acolhimento estudantil indígena na UFSC	2018	Educação	Artigo Capes ME
23.	HINTERHOLZ, Marcos Luiz ; ALMEIDA, Doris Bittencourt	A moradia estudantil como espaço de formação: memórias sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (1963-1981)	2019	Educação	Artigo Capes ME
24.	MAURELL, Joice Rejane Pardo ; MACHADO, Celiane Costa	A produção científica sobre moradia estudantil : um estudo dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES	2019	educação	Artigo Capes ME
25.	CERQUEIRA, Manuela Vanesca Da Silva.	Moradias Estudantis: A Luta Pela Permanência Na Universidade	2018	Estudos Interdisciplin ares Sobre A Universidade	Teses Me
26.	SILVA, Pedro Vieira Da	Avaliação E Importância Dos Programas De Assistência Estudantil Da Universidade De Brasília – Unb	2016	Gestão Pública	Teses Ce
27.	SANTOS, Jocyléia Santana Dos	O Sonho De Uma Geração (Casa Do Estudante Do Norte Goiano (Cenog) E Movimento Separatista - 1959-1968	1996	Historia	Teses Ce
28.	HINTERHOLZ, Marcos Luiz	Tácitas E Marginais: Memórias das Casas de Estudante Autônomas de Porto Alegre e as Possibilidades para a História da Educação”	2017	Historia	Artigo Capes ME
29.	HINTERHOLZ, Marcos Luiz	Tácitas E Marginais: Memórias das Casas de Estudante Autônomas de Porto Alegre e as Possibilidades para a História da Educação	2017	Historia	Artigo Capes ME

	Autor	Título	Ano	Área	Fonte
30.	FERREIRA, Rosane Caminski	Os Estudantes Indígenas Em Cena: A Memória Coletiva Sobre A Inclusão Na Universidade	2014	Memória Social E Bens Culturais	Teses Ce
31.	ALBANO, Claudio; GUTERRES, Marcelo; MOREIRA, Thaisa	Utilização da técnica de preferência declarada: um estudo no setor de habitação para estudantes universitários	2018	Mercado Imobiliario	Artigo Capes ME
32.	SILVA, Guilherme Cardoso; PEITER, Marcia Xavier	Espacializacao E Valorizacao De Terrenos No Bairro Camobi--Santa Maria, RS	2014	Mercado imobiliário	Artigo Capes ME
33.	GONÇALVES, Vivianne Trotta Satte Alam	A Assistência Estudantil Como Política Social No Contexto Da Ufpel: Concepções, Limites E Possibilidades	2011	Política Social	Teses Ce
34.	MARANHAO, Fabia Castro de Albuquerque.	Política Pública De Assistência Estudantil: Um Estudo Da Satisfação Dos Universitários Residentes Na Moradia Estudantil Da Ufrpe	2016	Políticas Públicas	Teses Me
35.	ARAÚJO, Anne Caroline Costa.	A Percepção Discente Sobre A Residência Universitária No Brasil E O Programa Auxílio Moradia No Campus Da Ufc Em Sobral	2016	Políticas Públicas E Gestão Da Educação Superior	Teses Me
36.	SOUSA, Livia Mesquita De	Significados E Sentidos Das Casa Estudantis: Um Estudo Com Jovens Universitários	2005	Psicologia	Teses Me
37.	COSTA, Delabrida, Zenith Nara	Variáveis Individuais, Sociais e do Ambiente Físico em Residências Universitárias	2014	psicologia	Artigo CAPE S AE/ME
38.	ROSENTAL, Claudia Rogeria Bisi.	Como Uma Segunda Casa: A Sociabilidade E As Redes De Apoio Aos Estudantes Residentes Nas Unidades De Moradia Estudantil Da Universidade Federal De Viçosa/MG	2016	psicologia	Teses Me
39.	LACERDA, Izabella Pirro	O Impacto Do Programa De Moradia Estudantil Sobre A Vida Acadêmica De Estudantes De Nível Superior	2017	Psicologia	Teses Me
40.	OSSE, Cleuser Maria Campos.	Pródromos E Qualidade De Vida De Jovens Na Moradia Estudantil Da Universidade De Brasília	2008	Psicologia Clinica E Cultura	Teses Me
41.	FERREIRA, Laiana Soeiro.	Redes De Apoio Social E Qualidade De Vida De Estudantes Migrantes Moradores De Casa De Estudantes	2013	Psicologia Teoria E Pesquisa Do Comportamento	Teses Ce

	Autor	Título	Ano	Área	Fonte
42.	LARANJO, Thais Helena Mourão ; SOARES, Cássia Baldini	Moradia universitária: processos de socialização e consumo de drogas	2006	Saúde Álcool e Drogas	Artigo Capes ME
43.	MIRANDA, Érique José Peixoto de ; AMORIM, Magdaeli Costa ; STANCATO, Kátia	Educação em saúde em moradia universitária: abordagem integral da vulnerabilidade dos sujeitos	2007	Saúde	Artigo Capes ME
44.	ALVES, Hayda Josiane ; BOOG, Maria Cristina Faber	Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção de saúde	2007	Saúde Nutrição	Artigo Capes ME
45.	ZALAF, Marília Rita Ribeiro ; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa Da	Na boca da CRUSP: Programa de Prevenção e Acolhimento em caso de uso problemático de álcool e drogas	2007	Saúde Álcool e Drogas	Artigo Capes ME
46.	ZALAF, Marília Rita Ribeiro.	Uso Problemático De Álcool E Outras Drogas Em Moradia Estudantil: Conhecer Para Enfrentar	2007	Saúde	Teses Me
47.	ZALAF, Marília Rita Ribeiro ; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa	Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar	2009	Saúde Álcool e Drogas	Artigo Capes ME
48.	OSSE, Cleuser Maria Campos; COSTA, Ileno Izídio da	Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília	2011	Saúde	Artigo Capes ME
49.	ZALAF, Marília Rita Ribeiro	Reconhecimento E Enfrentamento De Necessidades De Estudantes Com Uso Problemático De Drogas Em Moradia Estudantil	2012	Saúde	Teses Me
50.	DUARTE, Paola Marques.	Perfil De Saúde Dos Moradores Da Casa Do Estudante Universitário Da Universidade Federal De Santa Maria	2014	Saúde	Teses Ce
51.	BISSOLI , Marcos et al.	Residentes em moradia estudantil da Ufla apresentam consumo menor de álcool: uma abordagem epidemiológica seccional	2016	Saúde Álcool e Drogas	Artigo Capes ME
52.	ZANINI, Rosa, Priscila Bárbara; GIUSTI, Lisiane ; RAMOS, Maurem	Educação alimentar e nutricional com universitários residentes de moradia estudantil	2016	Saúde Nutrição	Artigo Capes ME

	Autor	Título	Ano	Área	Fonte
53.	LIMA, Carla Patricia Novaes De.	Aspecto Atuais De Assistência Estudantil No Campus I Da Ufpb: Programa De Moradia Estudantil	2002	Serviço Social	Teses Me
54.	ALMEIDA, Beatriz Cristina De	O Trabalho De Assistentes Sociais Na Moradia Estudantil Universitária Da Universidade Federal De Goiás.	2015	Serviço Social	Teses Me